



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LUCAS MORAES SANTOS

SE A ESFERA PÚBLICA FOSSE UM QUADRO, NÓS PINTAMOS FORA DAS  
MARGENS: A PARADA LGBT DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO COMO ESFERA  
PÚBLICA DE LUTA POR DIREITOS

Brasília

2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LUCAS MORAES SANTOS

SE A ESFERA PÚBLICA FOSSE UM QUADRO, NÓS PINTAMOS FORA DAS  
MARGENS: A PARADA LGBT DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO COMO ESFERA  
PÚBLICA DE LUTA POR DIREITOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Direitos Humanos e Cidadania como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, linha de pesquisa 2:  
Direitos humanos, democracia, construção de identidades,  
diversidade e movimentos sociais.

Orientadora: Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto

Brasília

2018

**(Ficha catalográfica)**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LUCAS MORAES SANTOS

SE A ESFERA PÚBLICA FOSSE UM QUADRO, NÓS PINTAMOS FORA DAS  
MARGENS: A PARADA LGBT DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO COMO ESFERA  
PÚBLICA DE LUTA POR DIREITOS

Banca avaliadora

---

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto (presidente)

---

Prof. Dr. James Naylor Green (avaliador externa)

---

Profa. Dra. Débora Diniz Rodrigues (avaliadora interno)

---

Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa (suplente)

Para todos aqueles que, embrutecidos, ainda encontram tempo para dançar.  
Para todos os que não nos levaram a sério porque gritávamos e dançávamos e porque se  
levavam a sério demais.

Vocês precisam desse trabalho mais do que nós.

Para Marielle e Anderson (que vivem).

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Menelick, por nunca se contentar com nada menos que o nível mais profundo das ideias. Por me manter desafiado e crescendo. Pela confiança.

Ao meu pai, pelo senso inabalável de justiça e indignação. Por me ensinar que só vale a pena viver uma vida que se vive pelas pessoas. Que o mundo é coletivo.

A Adalberto. Se não estivesses aí cuidando do maior tesouro que tenho na vida, eu não poderia estar aqui fazendo isso. Te amo.

A Maria Teresa, Maria Júlia, João Manoel e Maria Luiza. Obrigado pelo primeiro, o melhor e mais importante trabalho que já tive até hoje: o de ser o irmão mais velho de vocês. Tudo o que eu faço é para tentar estar à altura do cargo. O preço de vê-los crescer à distância, que pago para estar aqui, é quase insuportável.

Aos amigos Sávio, Julianna, e Maiara por terem feito de Brasília um lar para mim. Eu cheguei a achar que não era possível, mas vocês mudaram tudo.

À tia Rogenir por sempre sonhar por mim mais alto do que eu mesmo. Esse teu talento para ver o melhor nas pessoas ainda vai convencer a gente que a gente pode mudar o mundo. Ah, e obrigado pelos almoços de domingo.

A João Victor e Camila pelos últimos 20 anos e, portanto, pela pessoa inteira que eu sou. Que venham mais vinte.

À Cristiane minha mãe, o primeiro agradecimento. Pelas ligações nas horas de desespero, pelos desabafos, pelo amor – responsável por toda e qualquer segurança existencial com a qual eu ande pelo mundo. Pelas transferências ocasionais, quando a grana apertou, e sem as quais, concluir esse mestrado não teria sido uma opção. Por, sem querer e pelo exemplo, ter me ensinado a só fazer aquilo que posso fazer com amor. Por ter ensinado a capacidade de se recriar sempre. Por ter garantido que eu perdesse o medo de mudanças, afinal, foram muitas. Por ser puro calor. Eu te amo.

Obrigado.

“Eu risco palavras para que você as veja mais; o fato de que elas estão obscuras faz com que  
você queira lê-las”.

Jean Michel Basquiat

## RESUMO

O presente trabalho analisa a forma específica de política da Parada LGBT, a partir do contato com militantes do Grupo Gayvota, que realiza a parada em São Luís do Maranhão e as tensões produtivas entre o movimento, a mídia tradicional e a opinião pública, buscando compreender de que formas o movimento da Parada LGBT contribuiu na luta por direitos da daquela população. Para isso analisam-se, ainda, as matérias dos três principais jornais locais de São Luís a respeito das paradas realizadas em 2004 e 2010. Investiga-se de que maneiras a estética pode ser usada como política e de que maneira o movimento LGBT tem feito uso desse expediente na luta por visibilidade e por direitos e em que medida tal movimento foi bem sucedido. Para isso, o trabalho lançou mão do instrumental proporcionado pela Teoria Fundamentada nos Dados, realizando um trabalho de progressiva abstração e teorização em cima das entrevistas com os participantes e a partir também de matérias sobre a parada publicadas nos três maiores jornais do estado. A partir do trabalho foi possível identificar uma significativa, ainda que não homogênea e nem permanente, mudança na forma dos veículos se referirem à Parada, promovendo maior visibilidade para demandas de políticas públicas, bem como, identificou-se a transposição de vários dos membros organizadores da parada para dentro do aparato do Estado, de onde passam a construir as próprias políticas públicas que antes pleiteavam.

**Palavras-chave:** Movimento LGBT. Parada do Orgulho. Visibilidade. Mídia. Estética. Política.



## **ABSTRACT**

The present work analyses the specific form of politics operated by the Pride Parade of São Luís, based on the contact with the activists from Gayvota, the organization which hosts the parade in São Luís, Maranhão and the productive tensions between the movement, the traditional media and the public opinion, seeking to comprehend the ways in which the Pride Parade has contributed to the struggle for the rights of that population. For that, we also analyzed, journalistic pieces from the three main local newspapers in São Luís, regarding the parades between 2004 and 2010. We investigate the ways in which aesthetics can be used as politics and in which ways the LGBT movement has used such an agency in the struggle for visibility and for rights and in which measure such a movement was successful. For that, the research used the instruments of the Grounded Theory, accomplishing a work of progressive abstraction and theorization over the interviews with the participants and also over the pieces of news regarding the Parade from the three bigger newspapers in the state. Thus, it was possible to identify a meaningful, if not homogeneous or permanent, change in the way that the media refer to the Parade, promoting more visibility for the political demands over policies, as well as, to identify as transposition of a number of the organizing members of the Parade to the State staff, from where they started to build the policies they only used to demand.

**Keywords:** LGBT movement. Pride parade. Visibility. Media. Aesthetics as politics.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1.....	92
---------------	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1.....	33
Tabela 2.....	37

## **LISTA DE SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AMATRA – Associação Maranhense de Travestis, Transexuais e Homens Trans

APOGBLT - Associação da Parada do Orgulho de GLBT de São Paulo.

ATRAMA – Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão

LGB – Lésbicas, Gays e Bissexuais

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ONU – Organização das Nações Unidas

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 TEORIA FUNDAMENTADA NA AÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT: CAMINHOS DE UMA EMANCIPAÇÃO</b> .....	21
2.1 Para emancipação de sujeitos nas relações de Poder .....	21
2.2 Da Teoria Fundamentada nos Dados.....	24
2.2 Fundamentando nossa teoria .....	26
<b>3 SE A ESFERA PÚBLICA FOSSE UM QUADRO, NÓS PINTAMOS FORA DAS MARGENS</b> .....	41
3.1 Pintando fora das margens.....	42

3.1 Estética como política.....	50
3.2 Estética como política: trunfo ou risco .....	61
<b>4 PINTAMOS TÃO BEM FORA DO QUADRO, QUE FOI IMPOSSÍVEL IGNORAR</b>	
.....	72
4.1 Por que nos importa o conceito de esfera pública: .....	72
4.2 Emoldurando os quadros: mídia, esfera pública e agenda-setting .....	81
4.3 Um movimento “irreverente” .....	87
4.4 A sabedoria das massas .....	97
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	106
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	109
<b>7 ANEXOS</b> .....	114

## **1 INTRODUÇÃO**

É curioso que um dos momentos mais cruciais de minha trajetória no mestrado em Direitos Humanos do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília tenha se dado não nos corredores ou gramados da UnB, tampouco em uma das muitas horas de biblioteca ou nas refeições compartilhadas com as grandes amigas e os grandes amigos que fiz no âmbito deste programa e que eu levarei para o resto da vida. Não se engane. Cada um desses momentos e pessoas transformou-me profundamente e tornou-me uma versão um pouco mais serena, um pouco mais profunda e um pouco mais aberta do pesquisador, do cidadão e do ser humano que espero ser. Mas no que diz respeito à minha compreensão em relação à pesquisa que eu realizaria, foi uma noite solitária do outono de 2017 que se mostrou crucial para a formulação do projeto de pesquisa que levaria a essa dissertação.

Tenho sido um homem abertamente gay, tanto para a família, quanto para os amigos há algum tempo. Ao ponto de, por vezes, em minha bolha de inúmeros privilégios, eu me esquecer de que ser gay é uma questão que suscita polêmicas para a maior parte da população brasileira. A minha jornada com este trabalho, entretanto, tem sido uma de desmonte deste esquecimento. Uma jornada de revelar a mim mesmo que eu vinha me fraudando e que eu

nunca esqueci nada disso. Era simplesmente mais fácil viver como se tivesse. O projeto de pesquisa original, anterior à banca de qualificação, era inteiramente outro. Muito mais técnico, volvia em torno da democratização dos meios de comunicação e da crítica dos modelos regulatórios da radiodifusão no Brasil. Como vinha fazendo a vida toda, protegi-me de mim mesmo em minha vida profissional, utilizando à técnica e a suposta neutralidade da compreensão cartesiana de ciências. Construí temas de pesquisa que, de certa forma me eram fáceis, porque não punham em evidência aspectos de mim que pudessem ser desafiadores para pessoas.

E não haveria nada de errado com isso, não fosse o fato de que eu estava exausto. Não chegara ainda à metade do mestrado e já não aguentava mais. Eu perdera todo o encanto pelo tema e começava a sentir um certo desespero e uma forte ansiedade associados ao fato de que, cada vez mais, eu não me sentia capaz de efetivamente me convencer a fazer uma pesquisa com ele tema.

Com relação a isso, pode-se dizer que, mais do que tudo, essa é uma pesquisa que nasceu da solidão. E, no meu caso, de uma solidão até recentemente desconhecida. Ou, melhor, ignorada. Uma velha companheira que sempre esteve comigo, mas a quem, até aqui, recusei-me a dirigir a palavra. Enquanto homem gay, cis, branco e de classe média, assumido a respeito da minha sexualidade, e bem recebido por meus pares, amigos e familiares, a certeza de uma realidade privilegiada por vezes afastou-me ainda mais desta constante presença. Como reclamar tendo tanto, quando tantos têm tão pouco e ainda menos? A verdade é que é muito solitário crescer LGBT.

Aqueles de nós que tem a sorte de chegar à vida adulta – a expectativa de vida de uma pessoa trans, por exemplo, no Brasil é de 33 anos – acabamos gratos por ao menos conseguir, contra todas as expectativas, coerções e violências, viver as primeiras experiências genuínas com a sexualidade, ou com muita sorte, até mesmo construir uma vida abertamente LGBT. Depois de tanta coisa, não é de estranhar que sintamos que deixamos toda aquela solidão para trás. Porque, de fato, deixamos muito. Custa-nos suor, sangue e vida. Parece que foi muito e foi. Mas alguns sábados a noite sozinho em casa são suficientes para entender que a solidão não foi a lugar algum. Ela sempre esteve ali, como uma doença autoimune, da qual você às vezes esquece, mas que resolve dar as caras quando menos se espera. Você sai do armário, mas o armário nunca sai de você.

Para mim o estopim foi, na supracitada noite de outono de 2017, a leitura do devastador artigo escrito por Michael Hobbes a respeito da silenciosa epidemia de depressão, abuso de drogas, suicídio e comportamentos destrutivos entre homens gays. No artigo, Hobbes descreve as experiências de amigos e participantes da pesquisa que empreendeu e que revelam o enorme vazio de crescer com um segredo que não se pode compartilhar com ninguém e como esse vazio acompanha-os para a vida adulta, mesmo no caso de homens gays cisgênero, assumidos, bem-sucedidos profissionalmente e completamente incluídos no mercado de trabalho.

É dessa solidão que nasce o impulso para este trabalho. De uma necessidade de abandonar um tema seguro e consensual, um tema que levaria a uma dissertação para cuja apresentação eu poderia tranquilamente convidar minha avó. E, uma vez abandonado, tomar para mim um tema tanto mais difícil quanto imprescindível porque muito pessoal para tantos de nós, um tema que até aqui estive no pano de fundo de linguagem da minha trajetória, mas que (e, talvez, por isso Habermas) é preciso agora trazer para a arena do discurso. Crescer acostumado a esconder o que se sente e a performar (BUTLER, 1990) uma sexualidade, um modo de vida, uma certa masculinidade, por puro medo da repressão, talvez tenha me acostumado a impedir que tudo aquilo que é genuinamente afetivo transpareça e assumo um papel frontal em minha produção. E o modelo cartesiano de ciências serve de subterfúgio ideal para esconder os afetos que, porventura, direcionem suas escolhas. Talvez, por isso, inadvertidamente, desde a graduação, eu tenha resistido a dar centralidade a temáticas relativas à sexualidade em minha produção. Talvez, no fundo, haja qualquer coisa de permanente demais em tornar minha produção acadêmica tão transparente de mim e do que mexe comigo. Justo a produção acadêmica e, portanto, profissional, que costuma ser assim tão irremediavelmente bem documentada e registrada. Eu não estava tão fora do armário assim quanto imaginava e, agora percebo, talvez nenhum de nós algum dia consiga sair completamente. Não no atual estado de coisas, pelo menos. É um esforço constante, de todo dia.

Chegamos, portanto, ao atual tema de pesquisa dessa dissertação, definido em meados de agosto de 2017 e grandemente enriquecido na oportunidade da banca de qualificação. Foi naquela ocasião, inclusive, que realizamos importantes mudanças estruturais no trabalho que poderão ser acompanhadas ao longo da leitura. Se antes, nossa ambição de jovem acadêmico apaixonado por um tema recém-escolhido nos impulsionava a propor o



estudo tanto da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, quanto da de São Luís, o sábio conselho da banca convenceu-nos de que há extensiva bibliografia e pesquisas realizadas no âmbito da Parada de São Paulo. Muito mais útil para uma academia bairrista centrada no eixo Rio-São Paulo seria o estudo de uma parada mais jovem, menos estruturada e mais periférica, como a de São Luís do Maranhão, cidade onde nasci e onde vivi 22 dos meus 26 anos. Assim é que o nosso objeto de pesquisa tornou-se a Parada do Orgulho LGBT de São Luís, organizada pelo grupo Gayvota, ainda que em um momento ou em outro possamos recorrer à parada de São Paulo para ajudar a contextualizar nossa discussão.

Tal objeto de pesquisa poderia ensejar um sem número de vieses e recortes pelos quais o movimento estudado poderia ser analisado. Por isso, mais produtivo do que recortar minuciosamente tudo aquilo que nossa pesquisa busca ser, diretriz que correria o risco de engessar nosso caminho investigativo, aproveitamos a oportunidade para elucidar tudo aquilo que a nossa pesquisa não é.

Não se trata, aqui, de uma investigação em ciências políticas, a respeito da estrutura política do movimento da parada, em que analisaremos em profundidade seu histórico, sua composição, e sua agência. Tampouco, trata-se de uma análise antropológica de imersão etnográfica no movimento, ou de um estudo sociológico a respeito das sexualidades e das identidades de gênero humanas.

Nossa inquietação foi, desde o começo, uma de ordem filosófica. Mais especificamente, de filosofia política. Não obstante, a violência contra pessoas LGBT cresça no Brasil, mais que mais mata por crimes de LGBTfobia do mundo, que essa violência cresça de maneira diretamente proporcional ao ganho de visibilidade e à conquista de direitos pontuais pela por essa população, é algo que nos interessava compreender. Desta maneira, buscávamos investigar as maneiras com que a parada LGBT contribuiu para esse processo de ganho de visibilidade e de acesso a direito, sendo esse movimento um dos maiores expoentes do movimento LGBT organizado no país e no mundo. Qual, a respeito da parada LGBT, que a torna um movimento tão bem-sucedido no objetivo de tornar nossas sociedades mais inclusivas e democráticas? Esses eram alguns de nossos questionamentos.

Parece-nos, portanto, que, longe de anuviar resultados objetivos e neutros de uma realidade dada, a ser desbravada e conquistada pelo cientista moderno imparcial, reconhecer as limitações, as dores e as identidades que inexoravelmente informam toda a minha produção

e coloca-las na centralidade da pesquisa empreendida, guarda o potencial criativo de desvelar importantes chaves de leitura do problema sobre o qual me debruço. Tudo me parece agora mais claro.

Ora, se para Eve Sedgwick (1990) a compreensão de qualquer aspecto da cultura moderna estará, não só incompleta, mas danificada em sua substância central, na medida em que não incorpore uma análise crítica da moderna definição homo/heterossexual, é a minha aposta de recorte que uma análise dos meios de comunicação, enquanto locus da esfera pública política, e de seu papel na construção de identidades constitucionais (ROSENFELD, 2003) a partir da ótica do movimento LGBT pode revelar-se uma perspectiva rica e produtiva dos graves problemas constitucionais relativos ao acesso à cidadania por parte desses grupos.

O trabalho também permitirá o diálogo da noção habermasiana de esfera pública com críticas relevantes erigidas a seu trabalho (FRASER, 1991), no sentido de mostrar as limitações de legitimidade do processo de formação da esfera pública burguesa, notadamente criada à imagem e semelhança do homem branco, europeu, cisgênero e heterossexual. Se por um lado somos inevitavelmente parte de um ocidente e de instituições ocidentais construídos de forma violenta e excludente, por outro é importante dar espaço para as vivências, experiências e afetos dissidentes, até aqui subalternizados, especialmente, quando se trata do *locus* principal da esfera pública.

Assim, tomamos emprestada a postura epistemológica de Foucault (2000), quando o autor opta por analisar as estruturas de poder, nos diversos campos sociais, a partir das lutas por emancipação, para fazermos nossa análise da interface entre movimento LGBT, sociedade e meios de comunicação através do olhar dos e das próprias militantes. A intenção desta pesquisa é, portanto, tirar proveito da tensão, que acreditamos produtiva, entre a cobertura dos meios de comunicação das lutas e demandas por cidadania desses grupos, por um lado, e a visão dos militantes desses movimentos a respeito da cobertura realizada por esses meios. Para tanto, instrumentalizamos os procedimentos da Teoria Fundamentada nos Dados, especialmente como são articulados no trabalho de Kathy Charmaz (2006), e a partir dos quais buscaremos gerar as teorizações possíveis sobre as próprias falas dos ativistas e dos excertos de matérias dos três principais jornais de São Luís. São eles: O jornal “O Estado do Maranhão”, o “Imparcial” e o “Jornal Pequeno”.

O objetivo é, a partir do contato empírico com os movimentos e com a cobertura dos meios de comunicação, investigar de que maneiras específicas a agência política do movimento das paradas LGBT conseguiu construir a visibilidade conquistada nos últimos anos sua repercussão na opinião pública a partir das interpretações dos próprios ativistas.

O primeiro capítulo serve ao propósito de ambientar o leitor na condução dos procedimentos utilizados em nossa pesquisa, aproveitando para demonstrar de que maneira a Teoria Fundamentada nos Dados privilegia a escolha epistemológica de analisar as relações de poder a partir da ótica dos movimentos de resistência.

A orientação do conteúdo do segundo e do terceiro capítulos foi informada pelas próprias entrevistas com os militantes, que sinalizaram a percepção de uma mudança no caráter da parada ao longo dos anos, à medida que o movimento LGBT conquistava espaço e direitos pontuais para as populações em prol das quais milita. Assim, no segundo capítulo tratamos das categorias que emergiram das falas dos entrevistados mais diretamente relacionadas ao início do movimento de paradas no Maranhão, qual seja: o momento de luta por visibilidade daquelas vidas precarizadas vividas por fora da esfera pública. Assim analisamos as estratégias principais pelas quais o movimento buscou construir uma visibilidade significativa e transformadora.

No último capítulo tratamos do momento posterior, isto é, do momento em que o movimento da parada LGBT de São Luís conquistou alguma visibilidade e, portanto, interlocutores, inclusive na mídia local, que o interpelam e, para tanto, são obrigados a reconhecê-los em alguma medida.

O trabalho aqui realizado não teria sido possível fora do âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania e o seu projeto emancipador de ciência engajada e útil. A trajetória que o Programa e os professores e as professoras me ajudaram a construir revolucionou minha compreensão da ciência e me permitiu avançar rumo a um paradigma livre da arrogância iluminista. Parte dessa mudança de paradigma está expressa em algumas das escolhas realizadas, desde as mais profundas, como o objeto e o recorte da pesquisa, até algumas mais simples, como a escolha por marcar essa travessia – da impessoalidade total de minha produção científica anterior até a demarcação de minha subjetividade no trabalho – através do uso da primeira pessoa do singular em alguns momentos do texto nos quais a julguei pertinente. Assim buscamos demarcar a tensão, que

acreditamos produtiva, entre a subjetividade do pesquisador e a necessidade se diferenciar do tema para conseguir interpelá-lo, com a cuidadosa alternância entre primeira pessoa do singular e primeira pessoa do plural. Entre o Lucas, homem gay, e o Lucas ativista LGBT. Entre o Lucas que sofreu, e sofre, com a homofobia, nos âmbitos mais íntimos de sua vida, e o Lucas cujos rumos da trajetória pessoal e profissional foram e são influenciados pela visibilidade alcançada, à custa de muito suor e sangue, pelo movimento estudado, bem como pela reação violenta e reacionária a essa visibilidade que mantém o Brasil na infame posição de maior assassino de pessoas LGBT no mundo.

Assim é que, o que começou como um tema “seguro”, distante o suficiente dos meus gatilhos para me permitir desenvolver aquela pretensão do cientista que julga objetivo seu olhar sobre o objeto que analisa, tornou-se, por livre e intencional escolha de pesquisa, um tema profundamente pessoal, e profundamente subjetivo. E, enquanto cientista, não consigo imaginar outra forma de fazer um bom trabalho.

## **2 TEORIA FUNDAMENTADA NA AÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBT: CAMINHOS DE UMA EMANCIPAÇÃO**

A presente pesquisa só foi possível graças ao excelente arquivo de jornais mantidos pela Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís do Maranhão. A minha primeira viagem ao belo edifício colonial no Centro Histórico da cidade deu-se em meio ao trânsito complicado da Praça Deodoro e em uma manhã muito chuvosa de Janeiro. Confesso que não tinha muitas esperanças de que lá constasse um arquivo suficientemente organizado, que tornasse viável a ambição de meu projeto. Projeto esse que já sofrera um deslocamento em seu foco inicial, em mídia televisiva, por conta, em primeiro lugar, da insípida produção editorial das televisões locais, na contramão do recomendado pela Constituição Federal<sup>1</sup>, em segundo lugar, pela dificuldade de acessar os precários arquivos de vídeo das TV's. Grato e surpreso, constatei que, não só o acervo era muito mais completo do que eu imaginara, como também estava muito mais bem organizado do que eu supusera.

---

<sup>1</sup> Constituição da República Federativa Brasileira, em seu artigo 221, preconiza que uma das funções do Sistema de Radiodifusão Brasileiro, através do modelo de concessões públicas, será a valorização e o incentivo da produção regional e descentralizada, valorizando a diversidade da riqueza cultural local. A saber: “Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”.

Em meio aos grossos volumes dos arquivos do Jornal O Estado do Maranhão dos meses de Julho - meses em que ocorriam as Paradas do Orgulho LGBT de São Luís naquela época - qual não foi minha surpresa ao localizar, no suplemento dedicado ao público adolescente, um texto de autoria de um garoto de 14 anos, então estudante da oitava série do ensino fundamental. O autor, Lucas Moraes Santos. O texto tratava do então recém-lançado filme “Cazuza – O tempo não para” e, a partir de uma argumentação de matriz eminentemente conservadora, basicamente dedica-se a interpelar a questão de se Cazuza, não teria se preocupado com “o péssimo exemplo que ele deixou pra essa geração imediatamente posterior”. (O GENIO..., 2006).

Foi apropriado que eu tivesse me deparado com esse texto de minha própria autoria justamente na etapa da pesquisa em que começava, de maneira mais sistematizada, a lançar mão das escolhas metodológicas planejadas e ao longo das reflexões que seguem ficará claro o porquê.

Obviamente, eu sabia dos textos que costumava publicar naquele jornal ao longo de minha adolescência, e sabia que, durante parte da adolescência, fui um jovem conservador, como resultado, certamente, da forte influência da tradição cristã, de um lado católica e, do outro, evangélica pentecostal, da minha família. Não tinha isso em mente, entretanto, ao debruçar-me sobre os livros empoeirados da Biblioteca Benedito Leite. Tampouco tinha isso em mente ao propor, em meu projeto, a análise documental sobre os textos dos jornais locais de São Luís. A sensação de encontrar meu nome impresso na folha de jornal outrora cinza, agora já amarelada foi, portanto, como aquele lento reconhecer de alguém que você conheceu, mas que não vê há muitos anos. Alguém de quem tinha parcialmente esquecido, ou que estava lá no fundo da memória e de quem você vai paulatinamente se lembrando. Mas mais do que isso, o reencontro heterônimo – porque baseado em um estranhamento – com aquela voz que já fora minha ecoou os próprios princípios da Teoria Fundamentada nos Dados, que pressupõe que o trabalho seja não apenas interpretativo, mas, sobretudo, de envolvimento. E encontrar aquele texto, em meio ao trabalho de análise documental era como que desvelar um novo nível de envolvimento. (CHARMAZ, 2006)

Ademais, a experiência de reler palavras que, mesmo tendo sido proferidas por você em outro tempo, revelam-se, agora, na verdade, palavras de uma pessoa inteiramente outra, é de fato surpreendente. É curioso constatar uma sensação de alteridade em relação a si mesmo.

O não reconhecer-se. Ou melhor, tomando como empréstimo a categoria hegeliana, em sua faceta psicanalítica proposta por Lacan (ROSENFELD, 2003), é transformador que o outro a partir de cuja diferença eu percebo a mim mesmo seja justamente a pessoa que um dia fui. Assim, se considero apropriado que tenha me deparado com esse texto quando começava a aplicar a Teoria Fundamentada nos Dados, é porque, ao me propor a identificar e mapear as vozes presentes nos discursos sobre as pessoas LGBT nos veículos de mídia hegemônicos, um dos enunciadores com que me deparei foi justamente eu mesmo.

### **1.1. Para emancipação de sujeitos nas relações de Poder**

A despeito de posições teórica e metodologicamente conservadoras, tributárias de um rigor metodológico frequentemente vazio e apenas aparente, não raro fazerem oposição a utilização não exclusiva de métodos nos trabalhos científicos, a presente pesquisa entende que métodos não devem ser compreendidos como camisas-de-força *a priori*, de tal sorte que são as necessidades postuladas pelo problema de pesquisa que regem a escolha dos métodos e técnicas aplicados. Tampouco optamos pela escolha, comum em ciências sociais, de apartar o método da pesquisa em si. Isso porque compreendemos que tal separação é, ainda, tributária de uma noção positivista de ciência, que enxerga uma separação radical entre sujeito e objeto e que encara a realidade como um dado objetivo a ser capturado, uma vez que a condução do encadeamento exato de procedimentos ativar a revelação da verdade absoluta.

Assim, se, por um lado, a questão de método, sempre atrelada ao objeto da investigação, foi uma preocupação constante deste trabalho, por outro, interessa-nos esclarecer, de antemão, que, em momento algum, compartilha-se da visão cartesiana típica do delírio científico – quase religioso - da ciência do século XIX e que, de forma clara ou escamoteada, ainda influencia grande parte da produção científica atual<sup>2</sup>. Rejeitamos, portanto, a crença no método como procedimento heurístico para a revelação de uma verdade oculta. E, com isso, a utilização do método e das técnicas de pesquisa selecionados como um encadeamento milimétrico de etapas em um processo que, como uma receita de bolo, se conduzido da maneira estritamente “correta” e “programada” levaria ao resultado esperado:

---

<sup>2</sup> Horkheimer e Adorno aludem a essa crença semirreligiosa da ciência iluminista na razão humana e não pretendo rigor do método científico como um fim em si mesmo: “O mito passa a ser iluminação e a natureza, mera objetividade. O preço que os homens pagam pela multiplicação do seu poder é a sua alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O iluminismo se relaciona com as coisas assim como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece, na medida em que os pode manipular. O homem de ciência conhece as coisas, na medida em que as pode produzir. É assim que o em-si das coisas vem a ser para-ele”. (HORKHEIMER; ADORNO, 1969, p. 101)

ao desvelamento de uma suposta verdade absoluta que estivera oculta e que, agora, teria sido capturada. A bem da verdade, mesmo uma receita de bolo, qualquer que seja ela, corresponde muito mais a uma elaboração, certamente surgida de um erro na perseguição de outra receita, do que um bolo ideal que se tenha revelado ao confeito original. É nesse sentido que toda construção do conhecimento é, em algum aspecto, uma elaboração. Porque busca responder a uma pergunta original que o pesquisador elaborou e que, portanto, é inescapavelmente subjetiva. E é a serviço dessa pergunta original que utilizaremos o método nesse trabalho.

É nessa esteira que seguimos a construção metodológica de nossa investigação, na medida em que o nosso problema de pesquisa assim tenha demandado. Neste sentido, cumpre-nos relatar que esse o reconhecimento da inerente subjetividade de qualquer trabalho humano, longe de hostil à construção séria do conhecimento científico de qualidade, pode e deve ser colocada à serviço dele.

A partir do contato dessa pesquisa com o campo, tornou-se cada vez mais evidente que, para manter-nos fiéis à postura epistemológica com que nos comprometemos no projeto de qualificação – e de cuja legitimidade seguimos absolutamente convencidos – seria necessário que nossa abordagem contemplasse tanto a inerente subjetividade da experiência humana que marca o trabalho, desde a escolha do próprio tema – de importância extremamente pessoal para mim – quanto que permitisse legitimar e operacionalizar as vozes e as interpretações, minhas e dos participantes da pesquisa, cuja experiência e o acúmulo teórico advindo da *práxis* política, outrossim, passariam ao largo de oferecer as contribuições de que a comunidade científica tanto necessita.

Foucault (2000), quando opta por analisar as estruturas de poder, nos diversos campos sociais, a partir das lutas por emancipação, adota uma postura epistemológica que opera uma inversão de perspectiva em relação a como escolas mais estruturalistas tradicionalmente o fazem. Ao invés de partir da perspectiva das instituições, parte da perspectiva das resistências, dos movimentos de emancipação. Tal proposta epistemológica ressona aquilo que, para nós, é a razão de ser do fazer científico no campo das ciências sociais: a produção de liberdade e a denuncia e desarticulação de injustiças através da construção de conhecimento. Nesse sentido, não haveria melhor perspectiva para operar as ferramentas metodológicas, que a partir das lutas por emancipação do movimento LGBT.

Nas palavras de Foucault (2000), o desenho da referida postura epistemológica surge de uma carência percebida de metodologias específicas para o estudo das relações de poder, o que não ocorria no estudo de outros tipos de relações, como as relações de produção, contempladas pela Economia, e as relações de significação, contempladas pela Linguística e a Semiótica.

Para relações de poder, nós não tínhamos nenhuma ferramenta de estudo. Nós só podíamos recorrer a formas de pensar sobre o poder baseadas em modelos jurídicos, isto é: o que legitima o poder? Ou podíamos recorrer a formas de pensar sobre o poder baseadas em modelos institucionais, isto é: o que é o Estado? (FOUCAULT, 2000, p. 327)

Ao esclarecer de maneira mais específica como procedeu na elaboração destas “ferramentas” para a análise das relações de poder, o autor afirma:

Eu gostaria de sugerir uma outra forma de ir mais longe em direção a uma nova economia das relações de poder, uma forma que é mais empírica, mais diretamente relacionada à nossa presente situação, e uma que implica em mais relações entre teoria e prática. Ela consiste em tomar as formas de resistência contra diferentes formas de poder como ponto de partida. Para usar uma metáfora, ela consiste em utilizar essa resistência como um catalizador químico a fim de trazer à luz as relações de poder, localizar sua posição, encontrar seus pontos de aplicação, e os métodos utilizados. Ao invés de analisar o poder do ponto de vista sua racionalidade interna, ela consiste em analisar o poder a partir do antagonismo de estratégias. (FOUCAULT, 2000, p. 329)

Escolhemos, portanto, aliar-nos a tal postura epistemológica porque expressa a compreensão de que, na análise das relações de poder, será sempre mais produtivo e rico se o processo de investigação partir da perspectiva dos movimentos de resistência. Nesse sentido, as propriedades específicas da Teoria Fundamentada nos Dados e suas ferramentas – que conferem mais peso às categorias que surgem das próprias falas dos e das ativistas, possibilitando identificar as ideias e temas mais relevantes que emergirem do material analisado – constituem um valioso trunfo, a partir do qual buscamos contemplar o problema de pesquisa com o qual estamos comprometidos. Qual seja: a compreensão da forma de política realizada pela parada LGBT e a sua repercussão na opinião pública a partir das interpretações dos próprios ativistas.

Assim é que a postura epistemológica assumida por nós, a partir de Foucault (2000), consistiu em uma escolha que nos aproximou de um campo que, de maneira semelhante, parece promover justamente a referida inversão, porque coloca os dados coletados no campo como o fundamento para quaisquer teorizações, ao invés de já partir de uma revisão literária prévia formadora de um alinhamento teórico já consolidado, que meramente buscará amparo



fático numa pretensa realidade objetiva. Além disso, de um campo que não só permite assumir a subjetividade de qualquer processo de investigação científica, como operacionaliza e tira proveito dessa subjetividade, protagonizando e instrumentalizando a própria interpretação do pesquisador, antes de relaciona-la a uma revisão teórica bibliográfica (CHARMAZ, 2006). Trata-se da Teoria Fundamentada nos Dados.

## **1.2. Da Teoria Fundamentada nos Dados**

A Teoria Fundamentada nos Dados<sup>3</sup> tem estado em desenvolvimento desde a década de 1960, tendo sido fundada pelos trabalhos de Barney G. Glaser e Ansel L. Strauss, que publicaram os escritos iniciais da teoria em 1967. Seus métodos oferecem um valioso conjunto de ferramentas para o desenvolvimento de uma estratégia analítica no trabalho do pesquisador ou pesquisadora e, no limite, para a criação de uma teoria da análise sobre os dados. Isso quer dizer que se trata, aqui, de um arcabouço metodológico que permite ao pesquisador explorar ao máximo as potencialidades analíticas e teóricas do material analisado, teorizando a partir do próprio texto bruto, seja das entrevistas, seja de documentos, ou matérias de jornal. A ideia é ir gerando codificações a partir do que é dito em cada trecho do material, desencadeando progressivas generalizações, até chegar-se a categorias teóricas elaboradas interpretativamente a partir do próprio material coletado na pesquisa de campo. (CHARMAZ, 2006)

A saber:

Os métodos da Teoria Fundamentada incentivam a criação de um caráter analítico para o seu trabalho. Há abundante evidência de que esses métodos podem informar descrições convincentes e contar histórias. Seja o que você busque histórias etnográficas, biográficas, narrativas ou análises qualitativas de entrevistas, a Teoria Fundamentada pode auxiliar o pesquisador a tornar seu trabalho mais perspicaz e incisivo. (CHARMAZ, 2006, prefácio, xii)

A Teoria fundamentada nos dados possibilita perseguir questões realizadas no âmbito de um estudo qualitativo focado na construção de uma análise conceitual do material. Os métodos relacionados a essa abordagem valorizam o olhar claro e aberto, explorando as ideias através de escrita analítica desde o início do processo. Trabalha-se a partir de perguntas

---

<sup>3</sup> Em que pese a importância teórica e teórica da Teoria Fundamentada para o presente trabalho, e as particularidades envolvidas na tradução, é necessário afirmar que utilizamos com reservas a designação do material coletado em entrevistas e análise documental como “dados”. Entendemos que o termo “dados” remete a uma noção de que o mundo corresponde ao dado objetivo que o cientista deve capturar. Visão essa já explicitamente rejeitada pelo trabalho. Tampouco a palavra “dado” aparece no nome original da Teoria Fundamentada, em inglês: Grounded Theory.

que surgem da reflexão sobre o próprio material coletado e, a partir disso, prossegue-se no processo de obtenção de categorias teóricas originais a partir do trabalho interpretativo aberto realizado.

Estudam-se os dados preliminares, e passa-se a separá-los, organizá-los e sintetizá-los através de uma codificação qualitativa. Realizar uma codificação qualitativa significa vincular etiquetas aos trechos de dados (em nossa pesquisa, os trechos das entrevistas e das matérias dos jornais) que descrevem sobre o que é cada seguimento. Codificar os dados dessa forma permite destilar as informações, organizá-las e facilita a realização de comparações com outros seguimentos de dados. (CHARMAZ, 2006, p. 3)

As categorias analíticas desenvolvidas a partir da análise dos dados, bem como, as relações que desenhamos, provém um viés conceitual para a experiência estudada, de forma que é possível construir níveis de abstração diretamente a partir dos dados e, subsequentemente, reunir dados adicionais para checar e refinar as categorias conceituais que surgem. O trabalho culmina, assim, em uma “teoria fundamentada” (ou, em inglês, *grounded theory*), em uma compreensão teórica abstrata da experiência estudada.

Ainda que, para Charmaz (2006), não exista um procedimental único consagrado para a Teoria Fundamentada nos Dados, e cada pesquisador possa moldar a ideia de acordo com o que melhor funcionar para sua pesquisa, o processo, em geral, inicia-se pela garantia de uma rica coleta de dados, havendo uma variedade de métodos de colheita de dados que podem ser utilizados juntamente com as estratégias da Teoria Fundamentada nos Dados. Para Charmaz, é mais produtivo tratar esses métodos como ferramentas do que como receitas a serem seguidas, de modo que a autora recomenda sempre localizar a totalidade do material em riqueza de detalhes em seus contextos situacionais e sociais.

No caso de nossa pesquisa, o material advém de, basicamente, duas fontes bastante diferenciadas. De um lado, os ativistas ligados às Paradas do Orgulho LGBT de São Luís e, subsidiariamente, de São Paulo, e de outro, as matérias de três dos jornais de maior circulação em São Luís: O jornal O Estado do Maranhão, o jornal O Imparcial, e o Jornal Pequeno. Desta forma, é natural que o instrumental a ser compatibilizado com a Teoria Fundamentada nos Dados apresente também certa variedade. Assim, no tocante às entrevistas, elegemos a entrevista semiestruturada como ferramenta que mais se compatibiliza com a liberdade analítica proposta pelo paradigma da Teoria Fundamentada nos Dados, por pressupor uma

mínima intervenção do pesquisador no direcionamento das falas dos entrevistados. Evidentemente que, com relação aos textos de jornal, a pesquisa encontrou na ferramenta da análise documental o instrumental adequado.

### **1.3. Fundamentando nossa teoria**

Em que pese constituir um arcabouço metodológico que possibilita grande espaço para originalidade analítica, a Teoria Fundamentada disponibiliza um ferramental muito eficiente para a produção teórica séria e comprometida com as perguntas de pesquisa realizadas, revelando um percurso analítico mais ou menos estável em que o pesquisador pode se apoiar no processo de conceituação e abstração da análise realizada sobre o seu material.

O cuidado da Teoria Fundamentada com o processo analítico remonta até os momentos iniciais da execução da pesquisa, ainda no trabalho de campo. Embora compatível com uma série de metodologias consolidadas, como a etnografia, por exemplo, é o que os cânones da Teoria Fundamentada têm a dizer a respeito das metodologias de entrevista que se mostrou particularmente relevante para o presente trabalho.

Dentre as recomendações de Charmaz (2003) para a coleta de material rico para análise a autora aduz:

Permita que o mundo pareça renovado através do seu material. Coletar um rico material dará a você um sólido substrato para construir uma análise significativa. Dados ricos são detalhados, focados e cheios. Eles recontam as visões, os sentimentos, as intenções e ações dos participantes, além dos contextos e estruturas de suas vidas. Obter dados ricos significa buscar descrições “densas”, através de extensas observações em diários de campo, da coleta de anotações pessoais escritas dos participantes e/ou da compilação detalhada de narrativas (tais quais as transcrições de gravações de entrevistas). (CHARMAZ, 2003)

Na presente pesquisa, recorreremos ao instrumento da entrevista semiestruturada porque, ao passo em que permite a condução e eventual redirecionamento da fala dos entrevistados, as estruturas mais abertas das provocações colocadas pelo pesquisador, também dão margem para que os e as entrevistadas respondam de maneira aberta e original, ensejando o surgimento de elementos não previstos pela pesquisa, e que um questionário mais fechado e estruturado poderia suprimir.

A estrutura inicial do roteiro para a nossa entrevista dividiu-se basicamente em três momentos, que ensejavam três blocos narrativos dos entrevistados. O primeiro dizia respeito a uma narrativa pessoal, em que as perguntas, sempre abertas e de caráter meramente

condutivo, se preocuparam mais com as trajetórias pessoais enquanto pessoas LGBT e enquanto ativistas e militantes. O segundo bloco do roteiro diz respeito às interpretações dos militantes e dos ativistas, majoritariamente sobre o Gayvota e paradas LGBT em geral, e pontualmente sobre a APOGBLT e a parada de São Paulo, na medida em que, por ser a primeira e a maior, ajuda a contextualizar o movimento de paradas no Brasil. Por fim, o terceiro bloco do questionário debruça-se sobre a percepção dos ativistas e militantes dos avanços e retrocessos experimentados pelo movimento em termos de opinião pública, bem como, sobre a relação desses movimentos com os meios de comunicação locais.

A respeito do que nomeia “*intensive interviewing*”, ou entrevista em profundidade, Charmaz (2003) identifica essa técnica com um formato de “conversa conduzida”, ressaltando que a estrutura informal, longe de constituir uma fragilidade, é o grande trunfo que torna esta uma técnica tão crucial para uma pesquisa qualitativa. A autora compatibiliza esse método com a nossa postura em torno da produção de conhecimento científico em ciências sociais – já explicitada nesse trabalho - descrevendo-o como um inquérito interpretativo, tanto porque permitirá ao pesquisador reunir mais elementos que consubstanciem a formação de uma interpretação original do que foi dito pelo entrevistado, quanto porque incentiva a elucidação da interpretação de cada participante a respeito de sua experiência. Trata-se de uma situação de raro privilégio para as duas partes, uma vez que o entrevistador está dedicado a compreender aquele tópico e o participante tem as experiências relevantes para iluminá-lo, de modo que o entrevistador faz perguntas que demandam do participante que ele ou ela descreva e reflita sobre a experiência, de maneiras que dificilmente são possíveis no cotidiano. O trabalho do entrevistador é, sobretudo, o de ouvir e observar com sensibilidade e encorajar a pessoa a responder, fazendo com que, nesse modelo, o participante é que faça a maior parte das falas. (CHARMAZ, 2003)

A autora recomenda, para o uso da entrevista em profundidade em um trabalho de Teoria Fundamentada, a instrumentalização de algumas poucas questões abertas que, nas perguntas da entrevista, podem se desdobrar em perguntas que ensejem a discussão detalhada do tópico. Ela explica que, ao criar questões abertas, despidas de pré-julgamentos, encoraja-se o surgimento de contribuições e histórias não previstas a emergirem, apontando que é justamente a combinação de como as questões são construídas e como as entrevistas são conduzidas que moldam quão bem o pesquisador alcança o equilíbrio entre fazer uma

entrevista aberta e focar nas contribuições que são realmente significativas para a pergunta macro que a pesquisa busca responder.

Abaixo, disponibilizamos o roteiro de entrevista utilizado na etapa de nossa pesquisa de campo:

1ª etapa: trajetórias pessoais:

- A pessoa;
- O militante;
- O ator político.
- Trajetória no movimento social.
- LGBT como uma identidade?
- Ser LGBT pode ou deve ser um ato político?
- O que mudou na sua vida com a militância?

2ª etapa: o Gayvota e a Parada LGBT:

- A trajetória do movimento: como nasceu, o que o motivou, quem esteve envolvido;
- As dificuldades;
- As conquistas.
- O que é a parada LGBT para o entrevistado;
- Qual a importância;
- Vestir roupas coloridas e fantasias, gritar, pular, cantar e dançar como política para as LGBT;
- A importância de identidades para movimento;
- A intenção de quando a GAYVOTA começou a organizar a parada LGBT;
- Os objetivos atuais;
- As dificuldades atuais;
- As dificuldades do movimento LGBT no Maranhão;

3ª etapa: a Parada LGBT e a mídia:

- A importância da visibilidade para o movimento LGBT;
- A relação entre visibilidade e meios de comunicação.
- A relevância dos meios de comunicação para o movimento LGBT;
- Democratização dos meios de comunicação no Maranhão para minorias;
- Meios de comunicação e movimento LGBT no Maranhão;

- Os perfis dos diferentes meios de comunicação em relação ao movimento LGBT no Maranhão;
- Casos problemáticos da cobertura dos meios de comunicação;
- A visibilidade das pessoas LGBT nos meios de comunicação locais;
- A relação entre a cobertura dos meios de comunicação e a luta por direitos da população LGBT;
- A influência da cobertura dos meios de comunicação na maneira com que as LGBT são vistas;
- Diferenças nos tratamentos das diferentes identidades LGBT pelos meios de comunicação.
- Politização e individualização das pessoas LGBT nos meios de comunicação.

Elencando as vantagens da entrevista em profundidade, Charmaz contribui:

Ir debaixo da superfície da(s) experiência(s) descrita(s); parar para explorar uma dada afirmação ou tópico; Requerer mais detalhes ou explicações; perguntar sobre os pensamentos, sentimentos e ações do participante; manter o participante dentro do assunto; retornar a pontos anteriores; reafirmar o argumento do participante para checar a precisão; acelerar ou reduzir o passo; alterar o tópico imediato; validar a humanidade, a perspectiva ou a ação do participante; usar habilidades sociais e observacionais para estender a discussão; respeitar o participante e expressar gratidão pela participação. (CHARMAZ, 2003, p. 26)

A entrevista em profundidade também traz vantagens para os participantes das entrevistas, concedendo-lhes as prerrogativas de:

Quebrar os silêncios e expressar suas visões; contar suas histórias e dar a elas uma moldura coerente; refletir sobre seus posicionamentos anteriores; ser especialistas; escolher o que contar e como contar; compartilhar experiências significativas e ensinar ao entrevistador como interpretá-las; expressar pensamentos e sentimentos reprimidos em outras relações e configurações; receber encorajamento e compreensão. (CHARMAZ, 2003, p. 27)

A entrevista em profundidade compatibiliza-se, sobretudo, com a postura epistemológica dessa pesquisa, na medida em que reconhece que qualquer entrevista sempre será, necessariamente, contextual e negociada. Seja a entrevista conduzida sem interrupções, com os participantes recontando suas experiências de maneira contínua ou, seja ela conduzida com o entrevistador demandando informações específicas. No final, o produto será sempre uma construção, ou uma reconstrução da realidade. Uma pesquisa qualitativa séria e responsável em Ciências Sociais jamais poderá esperar de uma entrevista que reproduza realidades anteriores. Essas histórias coletadas pelos métodos aqui referidos dão conta de prover relatos de pontos de vista que servem a propósitos específicos. Por mais que seja válido o esforço de elaborar perguntas neutras, a entrevista em si jamais poderá ser neutra,

uma vez que ela refletirá os valores e as impressões do entrevistado e do entrevistador. E é parte do trabalho do entrevistador estar atento para como o passado dos participantes e do entrevistador influenciam suas identificações imediatas e influenciam o escopo e o conteúdo da interação. (CHARMAZ, 2003)

A autora recomenda que as particularidades das eventuais relações de poder entre entrevistador e entrevistado sejam consideradas. No caso de nossa pesquisa, a principal fonte de diferenças nas relações de poder que tentamos neutralizar, foi a potencial intimidação gerada pela figura do acadêmico, do pesquisador, supostamente munido de uma autoridade científica. Nesse sentido, a condução do trabalho buscou realizar a entrevista sempre em ambientes sugeridos pelos entrevistados e, portanto, nos quais se sentissem mais confortáveis. Buscamos, também, dar à entrevista o aspecto mais informal possível, apenas retirando-nos do âmbito da informalidade, na medida em que uma entrevista em pesquisa demanda intervenções e pedidos de explicações em relação à fala do entrevistado.

Também a análise documental que realizamos se compatibiliza com os procedimentos da Teoria Fundamentada. Sob o prisma da Teoria Fundamentada, bem como da ruptura epistemológica com a matriz cartesiana de conhecimento a partir da qual produzimos, compreende-se que qualquer texto não existe enquanto um fato objetivo, ainda que, como adverte Charmaz (2003), frequentemente representem aquilo que os autores consideraram fatos objetivos. Qualquer texto é construído por seu autor ou autores para atender a demandas específicas e a partir de determinado contexto social, econômico, histórico, cultural e situacional, além de sua própria subjetividade e imaginário.

Abaixo, algumas das questões prementes que guiaram o trabalho de análise documental da presente pesquisa, a partir dos pontos levantados por Charmaz (2013) a esse respeito:

Quais são os parâmetros para as informações veiculadas pelos jornais “O Estado do Maranhão”, “Jornal Pequeno” e “O Imparcial”?

- Em que essa informação está apoiada? De onde vêm esses fatos?
- O que essa informação significa para os vários atores na cena, militantes, público da parada e do jornal?
- Quem é a audiência à qual se direcionam esses textos?

- Quem se beneficia de uma eventual moldagem ou interpretação das notícias por um determinado viés?
- Como a informação afeta as ações dos grupos ligados à Parada, se é que afeta?
- Quais foram os propósitos explícitos da produção desses textos? Esses textos poderiam servir a outros propósitos implícitos ou presumíveis? Quais?
- Qual a estrutura do texto? Estrutura e conteúdo se relacionam?
- Como os textos representam as realidades que os autores pressupõem que existem? Que significados estão embutidos neles? Como esses significados refletem contextos históricos, sociais e organizacionais particulares?
- Quem se beneficia dos textos?

Uma vez concluído o trabalho de campo, a etapa seguinte no encadeamento dos procedimentos da Teoria Fundamentada é a do processo de codificação. Para Charmaz (2003), o processo de codificação corresponde ao que se tornará o esqueleto da análise a ser realizada, porque corresponde ao vínculo entre a coleta de dados e a teoria emergente para explicar esses dados. É através da codificação que se inicia a mobilização de dois aspectos cruciais da Teoria Fundamentada, quais sejam, as afirmações teóricas generalizáveis, que transcendem momentos e lugares específicos, e as análises contextuais de ações e eventos. Trata-se do processo de definir sobre o que são os dados, isto é, nomear segmentos de dados com um rótulo que, simultaneamente, categoriza, resume e descreve para trecho do material.

A presente pesquisa separou o processo de codificação em dois momentos: um primeiro, em que procedemos à nomeação, em categorias teóricas, de cada linha ou segmento de material (transcrições das entrevistas e matérias dos jornais locais a respeito da parada do orgulho LGBT de São Luís) e um segundo em que, a partir de uma postura focada e seletiva, utilizamos os códigos iniciais mais frequentes ou significativos para catalogar, organizar, sintetizar e integrar grandes quantidades de dados.

Assim, no que tange ao início dessa etapa mais analítica do processo, com codificação inicial mais localizada, havia duas alternativas possíveis: 1) codificação linha por linha, uma estratégia que o incentiva a estudar os seus dados de perto, linha por linha, e a começar a conceituar suas ideias, e 2) codificação focada, que permite a você separar, organizar, e sintetizar uma maior quantidade de dados de cada vez.



Como já elucidado, a condução do processo de entrevistas aconteceu de maneira apenas semiestruturada, isto é, de entrevista em profundidade, frequentemente aproximando-se mais de uma estrutura de conversa. Compreende-se que uma atmosfera mais descontraída tende a ser mais favorável para a extração de impressões originais a respeito de experiências, por vezes, demasiado pessoais e que poderiam, outrossim, ser suprimidas, se confrontadas com um excesso de formalismo da presença inevitavelmente autoritária da academia no processo de interação. Desta forma, extrairíamos pouco uso de uma codificação demasiadamente minuciosa, linha-por-linha, uma vez que, em uma situação de conversa descontraída, dificilmente uma linha de raciocínio consegue estar compreendida em pequenos pedaços de fala, a todo momento interrompidas por marcas naturais da oralidade.

Entendemos que, para o corpo da redação final desse trabalho, não é relevante e nem caberia oportunamente na estrutura física de uma dissertação de mestrado, disponibilizar todas as etapas de codificação inicial de nossa análise. Seria impraticável e demasiado extenuante para a leitora ou o leitor. Assim, ao longo dos capítulos 2 e 3 dessa dissertação, lançamos mão tão somente das categorias conceituais e teóricas finais forjadas a partir do processo de abstração, que nos permitiram realizar a análise e que ditaram o escopo da revisão literária (esta, aqui, existe como subsídio posterior da análise realizada sobre o material e não como fim em si, vale ressaltar). Não obstante, nesse primeiro capítulo, a fim de tornar transparente o processo de condução de nossa pesquisa em sua etapa analítica, disponibilizamos, abaixo, amostras das tabelas utilizadas no processo de codificação inicial, de modo a elucidar o procedimento analítico de abstração teórica e catalogação a partir do material bruto coletado nas entrevistas e na análise documental.

Tabela 1 – Codificação Inicial

<b>Trechos</b>	<b>Códigos iniciais</b>
Airton: Então, o movimento começou muito antes do Gayvota. Nos idos da década de 1980, nós iniciamos com essa organização aqui, que era o grupo Tibira. Tibira era um índio que foi assassinado. Foi o primeiro caso de homofobia no Brasil. Depois eu vou te passar a história do índio em forma de cordel <sup>4</sup> . Então,	Movimento começando muito antes do Gayvota. Fundando o Tibira. Assassinato do índio no Maranhão colonial considerado primeiro assassinato de homofobia da história do Brasil; Organização Tibira não durando muito. Tendo objetivo maior de identificar pessoas do próprio movimento LGBT.

<sup>4</sup> A história do índio Tibira, que teria sido o primeiro caso de execução por homofobia da América e o processo de advocacy em prol de sua beatificação pela igreja católica está bem documentado em reportagem publicada

nessa época, nasceu essa organização, mas ela não teve muita existência, muita vida, porque era muito mais pra identificar as pessoas, e aí naquela época também estávamos saindo de um período no Brasil que era ditadura, entrando no processo ainda democrático. As pessoas que se juntaram pra fundar o grupo, não se permitiam buscar muita visibilidade. Na época não tinha essa conotação. O cenário brasileiro, em relação a essa população, e aí tu podes inclusive depois pesquisar o histórico de organização do movimento, era muito mais para identificar e fortalecer as identidades, de tentar localizar quem somos, o que estamos fazendo, o que vamos discutir, mas não tinha o cunho de fazer a extensão, o diálogo com as políticas públicas. Isso só veio a tona, também, com o surgimento da AIDS, porque o surgimento da AIDS possibilitou um outro processo, uma outra estratégia de organização do movimento, que não era só o movimento AIDS, que ainda existe até hoje, mas também o movimento LGBT. Que aí o movimento LGBT conseguiu identificar quem era e trazer pra roda pra discutir o que está acontecendo com essa população, com esse fenômeno. E daí então que começou a fazer o link LGBT, direitos humanos e políticas públicas. A partir da década de 1990, com o surgimento [em 2003] de um governo democrático popular que possibilitou, inclusive, essas agendas estarem em ministérios e secretarias especiais, foi então que aumentou mais ainda a visibilidade.

Não significa dizer que essa pauta não era discutida antes. O próprio Ministério da Saúde já discutia, já tinha programa nacional, que depois se expandiu pros programas estaduais de combate à DST/AIDS e o público alvo era a população LGBT. Mas aí não era apenas

Pessoas LGBT evitando muita visibilidade por conta do momento político recém-saído da ditadura. Isolamento de qualquer vínculo com pleito de políticas públicas. Epidemia de AIDS traz a tona a demanda por políticas públicas LGBT e dá esse norte para o ativismo. Opressão e precariedade como catalisadores da articulação do movimento de forma mais politizada. Possibilitando a identificação da população LGBT e dos ativistas. Buscando respostas para o que estava acontecendo com aquele seguimento (LGBT). Epidemia de AIDS possibilitando a elaboração política de uma relação entre população LGBT, direitos humanos e políticas públicas. Governos do PT dão ainda mais espaço para atenção da saúde LGBT, a partir de 2003.

Reconhecimento da consolidação da política de combate ao HIV/AIDS ainda na década de 1990, via SUS. Governos do PT concedem um caráter mais amplo às políticas públicas. Expandindo para os programas estaduais. Encerrando a redução das políticas LGBT à questão do combate ao HIV/AIDS. Ampliação para

---

pelo site americano Vice. A saber: [https://www.vice.com/en\\_us/article/yw3n3y/should-the-catholic-church-recognize-a-queer-saint](https://www.vice.com/en_us/article/yw3n3y/should-the-catholic-church-recognize-a-queer-saint) Acesso em: 27 abr 2018.

reduzir à história da AIDS, mas discutir Direitos Humanos, identificar quem tá nas boates, nos bares nas “pegações” e daí fazer um trabalho, trazer pra roda. E aí, em 1990, em Curitiba...ou foi em 1992? Foi criada a ABGLT. Foi num Congresso de [movimentos] LGBT do Brasil inteiro. Eu e o Adailton participamos desse Congresso. E daí foram criadas várias redes, a ANTRA, etc. Depois eu vou te mandar esse histórico. Então, com o desaparecimento do TIMBIRA, nós tivemos uma série de violências contra essa população, [embora não tenhamos buscado] nos organizar. Tinha uma matéria aqui, saía uma matéria ali, de alguém morto, mas nós nunca nos organizávamos. Então a partir de 2002, a gente começou a pensar nesse processo de nos articular de nos organizar e isso ainda não era o Gayvota. O Gayvota já foi uma dissidência da ODCH, que era a Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais. Mas assim, ela teve pouca existência, porque ela teve um caráter mais de trabalhar com casais, que queriam adotar, fazer um trabalho mais voltado pro Ministério Público, Fórum, etc. E aí a galera percebeu que não era isso que a gente queria discutir. A gente queria discutir o processo de organização, expandir isso pros municípios, dar visibilidade pro seguimento e discutir os direitos humanos dessa população e como enfrentar as variadas formas de violação desse direito e tendo como parâmetro, como referência, a luta das mulheres, que é uma referência pra qualquer processo de organização, do que quer que seja. Porque, inclusive, a gente tem essa compreensão de que é uma fonte que inspirou muito o movimento gay, o movimento LGBT do Brasil a se organizar. Além disso, a própria organização de crianças e adolescentes também.

Sim, na luta por Direitos Humanos fundamentais, incidindo mais sobre a política pública, de mobilizar a população,

um caráter mais próximo da noção de direitos humanos da população LGBT. Esforço para identificar quem estava nas boates, bares e “pegações”, para incluir essas pessoas no trabalho e nas discussões.

Formação da ABGLT nesse contexto e nesse período de emergência da HIV/AIDS e das políticas públicas de combate, como elemento importante agregador e catalisador dos movimentos e redes nacionais LGBT. Participação do Airton e do Adailton no Congresso de fundação. Não organização ao longo da década de 1990 apesar das violações de direitos sofridas sistematicamente. Iniciando organização a partir de 2002, com grupo OCDH, que não vinga em função de ter uma pauta demasiadamente liberal, elitista, com adoção por casais homoafetivos. Movimento afirmando a necessidade de reivindicar políticas públicas ligadas a direitos humanos básicos da população LGBT. Afirmando a necessidade de expandir os processos de organização política para o interior do estado. Afirmando a necessidade de buscar visibilidade. Afirmando a luta das mulheres e do movimento de crianças como grandes inspirações naquele momento.

Movimento focando mais em política públicas e em visibilidade. Investimento em mobilizar a população através da

de realizar a primeira parada sem nenhuma estrutura. Porque a gente não tinha nenhuma estrutura quando a gente organizou. A gente se reuniu ali no DAC, o departamento de assuntos culturais da UFMA, ali no início da Rua Grande, ali naquele prédio, o Palacete Gentil Braga, e aí foi se articulando, participando de conselhos, de fóruns... o Fórum Estadual de Direitos Humanos, etc. E até tendo a oportunidade de ir.. E o Gayvota era um grupo misto, né, congregava lésbicas, travestis, gays, né, cada um na sua especificidade, mas tem uma...possibilidade de agregar todo mundo, né. Outros militam mais na retaguarda, outros dão mais visibilidade, mas todos têm sua divulgação.

**Airton:** Olha, eu tenho a compreensão de que cada seguimento da sociedade, tem uma forma de se manifestar, ou dizer que existe, ou que o Estado precisa ter um olhar diferenciado, que respeite essas populações. A forma de construir as paradas ela nasceu de um fato, lá em Stonewall, nos Estados Unidos, e aí isso tomou uma proporção gigantesca, [no sentido] de que a gente não precisaria mais estar, [por exemplo], ali no Buriteco, [só] porque o Buriteco [o café em que estávamos] era frequentado por gays, simpatizantes, etc. Mas existia uma política de repressão, que levava as pessoas a fecharem o bar mais cedo, de “dar-lhe porrada” em todo mundo. Então, foi uma forma de mostrar que nós existimos. Foi a partir desse ato, que é um ato festivo. Agora, ele não deixa de ser político, porque você tem uma forma diferenciada, em que você vai demarcar o território, dizendo que nós existimos, que é necessário que o Estado nos inclua em suas agendas, e que a festa está naquele ato político ali, mas que, passando a festa, a luta continua.

Parada com estrutura ainda bastante precária. Movimento não tendo nenhuma estrutura na primeira parada. Reuniões em salas emprestadas. Movimento tomando seu espaço em espaços públicos: fóruns, conselhos, fórum estadual de direitos humanos. Afirmando o caráter misto do grupo. Afirmando a intenção de agregar. Defendendo-se de possíveis acusações de excessivo protagonismo gay cisgênero.

Compreende as particularidades das manifestações de cada setor da sociedade. Enxerga a parada, portanto, como uma forma específica de mobilização do movimento LGBT. Compreende que o Estado precisa ter um olhar diferenciado com relação a essa população. Relatando a origem das paradas em Stonewall, em Nova York. Reconhece no movimento de paradas do orgulho LGBT, desde os primórdios, a primeira possibilidade de as pessoas LGBT saírem dos guetos e da invisibilidade, apesar de reconhecer a difícil repressão. Compreende a parada como ato festivo, mas que é também político. Afirma que a festividade se dá porque a parada opera uma demarcação de espaço de uma maneira diferenciada da de outros movimentos. Parada afirmando a existência da população LGBT, lutando por visibilidade. Lutando para que a visibilidade dessas pessoas não possa mais ser negada. Afirmção do caráter político pela luta das paradas por políticas públicas pela inclusão das demandas LGBT nas agendas do Estado. Não nega que ali é uma festa, mas afirma que depois da festa a luta continua.

Seguindo a sugestão de Glaser (1978) em seu trabalho a respeito da Teoria Fundamentada, como pode ser percebido na tabela, houve um esforço consciente em manter as descrições no lado direito da tabela ricas em verbos, na edição em inglês expressos por gerúndios, que expressam ações substantivadas. A ideia é a de que, utilizando verbos, ao invés de substantivos, fica mais fácil de ater o aspecto processual dos eventos descritos e se manter próximo do material, porque ganha-se um forte senso de ação e sequência. Dessa forma, ao ater-nos às ações descritas pelos verbos utilizados pelos entrevistados, somos encorajados a iniciar nossa análise pela perspectiva deles.

A segunda etapa da codificação é o que Charmaz (2003) chama de “codificação focada” e consiste na seleção dos códigos iniciais mais frequentes e significativos como sendo usados para descrever porções maiores de dados. Trata-se, portanto, de um processo de tomada de decisão a respeito de quais códigos iniciais fazem um sentido analítico maior para categorizar o material de maneira incisiva e completa. Como contamos ao longo da pesquisa, o processo de passar da codificação inicial, que seguiu mais ou menos, um modelo linha-a-linha, para a etapa de codificação focada não é um processo linear.

Tabela 2 – Códigos Focados

Códigos Iniciais	Códigos Focados
<p>Movimento começando muito antes do Gayvota. Fundando o Tibira. Assassinato do índio no Maranhão colonial considerado primeiro assassinato de homofobia da história do Brasil; Organização Tibira não durando muito. Tendo objetivo maior de identificar pessoas do próprio movimento LGBT. Pessoas LGBT evitando muita visibilidade por conta do momento político recém-saído da ditadura. Isolamento de qualquer vínculo com pleito de políticas públicas. Epidemia de AIDS traz a tona a demanda por políticas públicas LGBT e dá esse norte para o ativismo. Opressão e precariedade como catalisadores da articulação do movimento de forma mais politizada. Possibilitando a identificação da população LGBT e dos ativistas. Buscando respostas para o que estava acontecendo com aquele</p>	<p>Descrevendo a origem do movimento anterior ao Gayvota</p> <p>Ligando o movimento à políticas públicas a partir da epidemia HIV/AIDS</p>

<p>seguimento (LGBT). Epidemia de AIDS possibilitando a elaboração política de uma relação entre população LGBT, direitos humanos e políticas públicas. Governos do PT dão ainda mais espaço para atenção da saúde LGBT, a partir de 2003.</p>	<p>Valorizando as qualidades das políticas públicas a partir dos governos do PT</p>
<p>Reconhecimento da consolidação da política de combate ao HIV/AIDS ainda na década de 1990, via SUS. Governos do PT concedem um caráter mais amplo às políticas públicas. Expandindo para os programas estaduais. Encerrando a redução das políticas LGBT à questão do combate ao HIV/AIDS. Ampliação para um caráter mais próximo da noção de direitos humanos da população LGBT. Esforço para identificar quem estava nas boates, bares e “pegações”, para incluir essas pessoas no trabalho e nas discussões.</p> <p>Formação da ABGLT nesse contexto e nesse período de emergência da HIV/AIDS e das políticas públicas de combate, como elemento importante agregador e catalisador dos movimentos e redes nacionais LGBT. Participação do Airton e do Adailton no Congresso de fundação. Não organização ao longo da década de 1990 apesar das violações de direitos sofridas sistematicamente.</p>	<p>Reconhecendo políticas de estado de combate ao HIV/AIDS no SUS</p> <p>Contextualizando surgimento da ABGLT como referência nacional para o movimento LGBT.</p>

<p>Iniciando organização a partir de 2002, com grupo OCDH, que não vinga em função de ter uma pauta demasiadamente liberal, elitista, com adoção por casais homoafetivos. Movimento afirmando a necessidade de reivindicar políticas públicas ligadas a direitos humanos básicos da população LGBT. Afirmando a necessidade de expandir os processos de organização política para o interior do estado. Afirmando a necessidade de buscar visibilidade. Afirmando a luta das mulheres e do movimento de crianças como grandes inspirações naquele momento.</p>	<p>Afirmando a luta por visibilidade</p> <p>Afirmando a demanda pela interiorização do movimento</p>
<p>Movimento focando mais em políticas públicas e em visibilidade. Investimento em mobilizar a população através da Parada com estrutura ainda bastante precária. Movimento não tendo nenhuma estrutura na primeira parada. Reuniões em salas emprestadas. Movimento tomando seu espaço em espaços públicos: fóruns, conselhos, fórum estadual de direitos humanos. Afirmando o caráter misto do grupo. Afirmando a intenção de agregar. Defendendo-se de possíveis acusações de excessivo protagonismo gay cisgênero.</p> <p>Compreende as particularidades das manifestações de cada setor da sociedade. Enxerga a parada, portanto, como uma forma específica de mobilização do movimento LGBT. Compreende que o Estado precisa ter um olhar diferenciado com relação a essa população. Relatando a origem das paradas em Stonewall, em Nova York. Reconhece no movimento de paradas do orgulho LGBT, desde os primórdios, a primeira possibilidade de as pessoas LGBT saírem dos guetos e da invisibilidade, apesar de reconhecer a difícil repressão. Compreende a parada como ato festivo, mas que é também político. Afirma que a festividade se dá</p>	<p>Buscando visibilidade sobretudo perante instituições do Estado</p> <p>Reconhecendo as especificidades da política LGBT</p> <p>Saindo dos guetos a partir das Paradas</p>

<p>porque a parada opera uma demarcação de espaço de uma maneira diferenciada da de outros movimentos. Parada afirmando a existência da população LGBT, lutando por visibilidade. Lutando para que a visibilidade dessas pessoas não possa mais ser negada. Afirmação do caráter político pela luta das paradas por políticas públicas pela inclusão das demandas LGBT nas agendas do Estado. Não nega que ali é uma festa, mas afirma que depois da festa a luta continua.</p>	<p>Politicizando as Paradas LGBT</p> <p>Festejando em meio à Luta</p>
---	---

Com essa exposição do caminho metodológico do presente trabalho objetivamos demonstrar a solidez epistemológica de nossa pesquisa que, desde o princípio, buscou os métodos e técnicas que mais fizessem sentido analítico perante aquilo que acreditamos ser a razão de ser da construção do conhecimento científico. Nota-se, portanto, o porquê do grande valor da teoria fundamentada e seus procedimentos para tal empreitada: ela é derivada de um envolvimento constante, concentrado e ativo no processo, isto é, o pesquisador age sobre o material, ao invés de apenas passivamente lê-lo.

Uma das importantes facetas da Teoria Fundamentada é permitir que os códigos que emergem da análise de um corpo de dados, isto é, de uma entrevista ou de um texto de jornal, sirvam para iluminar o processo de análise de outro corpo de dados. Isso gera maior solidez na decisão a respeito de quais códigos e categorias são mais relevantes e, portanto, demandam um trabalho analítico mais minucioso. Assim, códigos emergidos da análise das entrevistas com Airton, por exemplo, iluminaram o processo de codificação das entrevistas com Betinho e Andressa, além das matérias de jornal, e vice versa. (CHARMAZ, 2003)

É possível notar, ainda, através dos títulos de cada um dos capítulos deste trabalho que lançamos mão daquilo que Strauss e Corbin (1990) denominam codificação axial, isto é, relacionar categorias com subcategorias, de maneira a especificar as propriedades e dimensões de uma categoria e reunir os dados que foram fragmentados durante a codificação inicial, dando coerência à análise emergente. Assim, os capítulos dois e três, respectivamente, representam dois momentos distintos da trajetória política da parada LGBT, isto é, duas



etapas sob as quais reunimos as categorias a elas relacionadas. Essa divisão dos dois distintos momentos políticos da parada, no entanto, não foi pensada de maneira arbitrária, tendo surgido justamente da análise do material em repetidas entrevistas. Foi o fato de que repetidos entrevistados sugeriram essa mudança no caráter da Parada LGBT ao longo do tempo que, não só fez tais categorias saltarem aos nossos olhos, como convenceu-nos de que valeria a pena estruturar o trabalho em torno dessa mudança.

Essa ligação entre uma macronarrativa a respeito da trajetória da Parada e as categorias é possível para Strauss e Corbin (1990) a partir de uma abordagem mais conceitual do que descritiva e, portanto, foi realizada em uma posterior etapa de nossa pesquisa. Na medida em que os conceitos gerados especificam dimensões de uma categoria maior, esses autores entendem que a atividade de analisar dados pode ser justamente a atividade de converter texto em conceitos. Ao utilizarmos, portanto, de uma metáfora que designa todo um período da macronarrativa a respeito do movimento, como é o caso daquela utilizada no título do segundo capítulo, qual seja, “pintando fora do quadro”, ao longo do texto estaremos ligando as categorias emergentes do trabalho de análise que, acreditamos, estão ligadas a essa etapa da narrativa, ao passo em que perguntamos e respondemos de que forma elas estão relacionadas.

### **3 SE A ESFERA PÚBLICA FOSSE UM QUADRO, NÓS PINTAMOS FORA DAS MARGENS**

O relato do início do primeiro capítulo, ao descrever a experiência de ler com olhos de estranhamento um texto que eu mesmo escrevera há muitos anos, refletindo comportamentos e valores conservadores contra os quais me posiciono cotidianamente hoje em dia, não representa apenas uma trajetória pessoal de reviravoltas, mas um indicador de diferenças estruturais entre aquele tempo e esse no que diz respeito à visibilidade das subjetividades LGBT no corpo social, notadamente, no estado do Maranhão, lugar de onde venho e onde vivi 22 dos meus 26 anos. Essa pesquisa investiga, precisamente, o impacto alcançado pelo trabalho de ativismo dos grupos entrevistados, tal como é percebido pelos

militantes, sobretudo no contexto de São Luís do Maranhão e a importância dele para as mudanças estruturais alcançadas pelo movimento nesses anos. Para tanto, lançamos mão da análise e teorização da Teoria Fundamentada nos Dados, realizadas tanto sobre as entrevistas semiestruturadas conduzidas, quanto sobre as matérias dos três jornais de maior veiculação da cidade no período de 2004, quando a parada iniciou, a 2010, quando a maioria do conteúdo dos jornais pesquisados passou a ser disponibilizada online.

O relato pessoal com que iniciamos o capítulo anterior importa a essa dissertação porque, dentro do quadro da vida que era visível, apreensível e, portanto, desejável, para mim naquela época em São Luís do Maranhão, não se encontravam as possibilidades concretas de uma vida em que eu vivesse a minha sexualidade de maneira aberta. Desse modo, manifestar valores tradicionais e cristãos era, naquela época, como ainda hoje é para a maior parte da população brasileira, uma maneira de manter-se seguro, aceito, visível. No entanto, se esse cenário mudou suficientemente para que estejamos lendo esse trabalho agora, isso é devido em grande parte ao ganho de visibilidade propiciado pela luta do movimento LGBT que, no Maranhão, teve na Parada do Orgulho realizada pelo grupo Gayvota, seu mais impactante expoente até agora.

Relato semelhante ao que fiz, encontra-se publicado no livro escrito por Andrew Solomon (2012), onde relata todos os diversos expedientes em que recaiu durante a sua adolescência e início da vida adulta para conseguir afastar-se da vivência de sua sexualidade, a qual, na Nova Iorque dos anos de 1970 permanecia tão fora do quadro da vida desejável, possível e apreensível para um homem branco de classe média, quanto parecia para mim na São Luís de 2006, sendo filho de uma família profundamente cristã, parcialmente católica, parcialmente evangélica pentecostal.

Na análise que faz das tentativas dos pais de reprimir, desde a infância, traços que já indicavam sua não conformação com os padrões de heteronormatividade compulsória (BUTLER, 1990), como reprovar a escolha do rosa como a cor favorita, Andrew lê mais do que apenas uma repulsa pessoal por qualquer sinal de sua homossexualidade. Há, ali, uma manifestação de preocupação inevitavelmente ligada ao fato de, no começo da década de 1970, mesmo em Nova Iorque, simplesmente não existir possibilidade concreta de viver plenamente e feliz sendo abertamente homossexual.

Esse é o sentido no qual o constante paralelo e a tensão criativa entre o subjetivo e o objetivo, entre o pessoal e o distanciamento que operacionalizamos nesse trabalho é relevante para a análise com a qual nos comprometemos. Há uma interseção aqui, frequentemente ignorada, e que nos indica que questões de representatividade política, visibilidade, democracia, participação e políticas públicas em suas facetas jurídicas e produtivas, como advogadas por Butler (1990), produzem alterações concretas nas vidas pessoais e privadas dos indivíduos formadores de grupos politicamente minoritários (ainda que não o sejam demograficamente). A fronteira entre o político, o público, e o privado é cada vez mais porosa, cada vez mais transponível.

### **3.1. Pintando fora das margens.**

Como já esclarecido no texto introdutório desse trabalho, a pesquisa que realizamos debruçou-se, principalmente, sobre o contato com o movimento realizador da Parada do Orgulho LGBT em São Luís do Maranhão, o Gayvota. Formado no início dos anos 2000 por ativistas oriundos de outros movimentos relacionados às diversidades sexual e de identidade de gênero, bem como da luta contra a epidemia de HIV/AIDS, nas palavras dos próprios ativistas entrevistados, a intenção era “transformar” e “politizar” a atuação desse tipo de movimento na cidade de São Luís.

Segundo material institucional do grupo, trata-se de uma organização brasileira, fundada em 24 de julho de 2003, e registrada em cartório em 29 de setembro do mesmo ano. Dentre suas finalidades estatutárias encontram-se a promoção e a defesa dos direitos humanos de homossexuais, bem como, a prevenção e assistência em DST/HIV/AIDS, o que corrobora o relato a respeito da formação oriunda de outros movimentos diversos.

Desde já, parece relevante esclarecer que é, para nós, um dado relevante da pesquisa o fato de o Gayvota não apresentar as características de um movimento de alta estruturação, apesar de sua inegável repercussão e centralidade no âmbito do movimento LGBT no estado do Maranhão. Não possui, por exemplo, uma página de referência na internet, como um site institucional ou uma página em redes sociais. Tampouco conta com uma sede física que corresponda a uma estrutura de escritório ou *headquarters*. As informações possíveis de serem coletadas online advêm de fontes indiretas, como o verbete do movimento na enciclopédia eletrônica “Wikipédia”, notícias em sites de veículos de comunicação, posts de indivíduos em redes sociais e, é claro, do relato dos ativistas entrevistados que participaram

da pesquisa. Essa peculiaridade do Grupo Gayvota é interessante porque, por um lado, é paradoxal que um movimento tão pouco estruturado tenha conseguido forjar um espaço tão grande enquanto ator político no estado do Maranhão e ainda sugere que a forma de atuação política escolhida é particularmente poderosa a ponto de, por si só, gerar um impacto maior do que se esperaria. Por outro lado, revela ainda mais a centralidade da cobertura dos meios de comunicação para a construção de uma estratégia de visibilidade para os movimentos e para as lutas que encampa.

Podemos facilmente incluir o Gayvota no contexto evidenciado por Maria da Glória Gohn (2010) e identificado por ela como o dos Novíssimos Movimentos Sociais. Para a autora, esses movimentos surgem a partir do cenário de uma sociedade fragmentada e polimorfa configurada em meados dos anos 1990 e que é marcada por uma tendência de associativismo que se consolida a partir dos anos 2000. Uma das características centrais dessa tendência identificada pela autora é a de que os grupos e movimentos mencionados se articulem em forma de rede e que criem fóruns abrangentes a partir dessas redes.

Esse é exatamente o caso do Gayvota que, segundo a própria reconstrução da trajetória compartilhada por Airton, um dos militantes entrevistados, durante nosso encontro, em uma das organizações vinculadas à ABGLT (Associação Brasileiras de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), uma organização maior de caráter nacional e que, até recentemente, agregava a maior parte dos movimentos LGBT do país inteiro.

Ao elaborar essa reconstrução histórica do Gayvota, Airton coloca a organização como uma espécie de herdeira de outras organizações que haviam sido criadas com os mais diversos propósitos no Maranhão ao longo das décadas de 1980 e 1990 com muitos dos mesmos membros, mas que, por um motivo ou outro, acabaram se desmobilizando. Situa, ainda, o surgimento desses movimentos precursores do Gayvota no Maranhão dentro do contexto da articulação motivada pela epidemia de HIV/AIDS e a necessidade de pressionar por políticas públicas específicas que freassem os números trágicos de contágio e mortes.

No Brasil, a militância pelos direitos relativos à diversidade sexual e de identidade de gênero remonta à década, de 1970, ainda na resistência contra a ditadura militar, tendo como alguns expoentes o grupo Somos e o jornal Lampião da Esquina. No Maranhão, Airton cita como movimento embrionário o Grupo Tibira, que havia sido batizado em homenagem ao índio Tibira, que teria sido executado ainda no período da colonização em São Luís, por ser

homossexual, alegadamente consistindo no primeiro caso de execução por homofobia das américas. Além do próprio movimento de paradas, a criação da ABGLT, organização matriz à qual o Gayvota está ligado, consiste também em um marco importante para a estruturação do movimento LGBT no Brasil e o fato de que ela tenha se estruturado a partir de um congresso original em 1995 liga-se ao contexto do período, quando o SUS e o Ministério da Saúde começavam de maneira mais sistemática e universalizada a conceder o acesso gratuito ao tratamento contra a AIDS. (GOHN, 2010)

No que diz respeito especificamente a esse segundo capítulo, procuramos lidar, sobretudo, com o momento inicial de interpelação do *status quo* pelo movimento, ou seja, com o momento em que, ainda inábil em produzir mudanças visíveis, as ações desse grupo já começam a anunciar o nascimento de um novo momento para a luta por direitos LGBT no Maranhão e, no limite, no Brasil, através do contato que tivemos com os militantes ligados ao Grupo Gayvota e à Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGBLT) respectivamente, uma vez que o movimento da Parada do Orgulho LGBT no Maranhão não é isolado, mas faz parte de um contexto maior.

A orientação que seguimos na alocação de nossa análise pelos capítulos do presente trabalho não foi conduzida de maneira arbitrária, entretanto. Ela emana, antes, da própria pesquisa de campo, na medida em que as entrevistadas e os entrevistados, em diversos momentos, sugerem a percepção de uma mudança no caráter e no tipo de impacto visado e alcançado pelas paradas, tanto de São Luís, nosso objeto de análise, quanto de São Paulo – que nos ajuda a contextualizar o movimento como um todo no Brasil - ao longo do tempo. Refletimos assim a noção compartilhada por nossas entrevistadas e entrevistados de que, se as primeiras paradas respondiam ao clamor da população LGBT por visibilidade e pelo reconhecimento de suas existências e demandas, à medida que alguma visibilidade é alcançada e conquistas de direitos pontuais são concretizadas, a parada parece naturalmente assumir uma conotação mais celebratória e de interpelação de temas gerais relevantes para a comunidade LGBT e para a sociedade como um todo. Desse modo, as categorias contempladas nesse capítulo são aquelas que, surgidas do trabalho de codificação inicial e axial sobre as entrevistas e as matérias de jornal coletadas, mais se relacionam ao momento inicial do movimento de paradas, segundo a divisão em dois momentos distintos notadas pelos próprios militantes.

A metáfora que intitula a presente seção “pintando fora das margens”, emerge como a primeira das imagens mais relevantes do processo de codificação axial das entrevistas, tal qual descrito e exemplificado no capítulo anterior. Refere-se à ideia de que a parada, cujo escopo transforma-se politicamente ao longo do tempo, inicia o seu trabalho político pelo lado de fora daquilo que era socialmente visível. Essa ideia primeiro surgiu na entrevista com Leandro, o mais jovem de todos os entrevistados e que esteve, por muitos anos, ligado ao movimento da parada de São Paulo.

A metáfora nessa categoria pareceu-nos fortalecer o argumento veiculado pelos entrevistados: como em uma obra de arte exposta em uma galeria, sua validação vem no formato (geralmente quadrado) das molduras físicas e sociais - isto é, tanto a moldura de madeira do quadro que limita fisicamente onde começa e onde termina a obra, quanto a moldura social representada pela curadoria, a crítica especializada, as desigualdades econômicas e raciais na distribuição de oportunidades para artistas – que definem que arte será validada como Arte, qual o local em que a Arte pode estar e qual o local onde o que existe não pode ser arte.

O trabalho do artista plástico Jean Michel Basquiat pode ajudar a compreender a força dessa metáfora para a nossa análise. Negro, morador de periferia, filho de imigrantes, Basquiat começa sua expressão artística pelos muros, portas e paredes da Nova Iorque não comercial, não cinematográfica. Produz arte urbana, marginal, periférica e que, de tão relevante e consistente, acaba tornando-se impossível de ignorar para o elitista do mundo da arte conceitual de galeria, que se vê obrigado a legitimar uma obra insubmissa, indisciplinada, não catalogada, não domesticada. Basquiat estava fora, não apenas fora das molduras dos quadros nas paredes das galerias, como estava, também, fora do que era passível de curadoria, do que era comercializável como arte, mas, eventualmente, tornou-se impossível de ignorar.

Também o movimento de paradas, segundo o que apreendemos das entrevistas surge de um não-lugar, isto é, de um lugar de invisibilidade e que encontra-se fora dos quadros das vidas apreensíveis como vividas, no termos em que Butler (2009) colocaria. Ou, como para Habermas (1984), fora da arena pública de legitimação dos direitos que constitui a esfera pública política.

A metáfora “pintando fora dos quadros”, construída a partir dessas entrevistas, é confirmada por diversos trechos das falas dos militantes, na medida em que revelam que, no

começo do movimento, era nisso que se concentrava sua agência. A integral reprodução da transcrição dessas entrevistas na redação final da dissertação tornaria, entretanto, a extensão desse manuscrito impraticável, além do que, tornaria inócuo o próprio trabalho de codificação de nossa pesquisa, segundo as diretrizes da Teoria Fundamentada nos Dados (que busca justamente extrair as categorias mais recorrentes e, portanto, analiticamente relevantes de um conjunto muito extenso de dados). Portanto, nos limitaremos à transcrição de trechos emblemáticos que exemplifiquem de que maneira as categorias eleitas emergiram das falas dos entrevistados.

Conforme afirmamos, a ideia para esta metáfora que será trabalhada rumo à teorização e à construção de uma categoria ao longo do capítulo, surge inicialmente de nossa conversa com Leandro. Ele, que começou como estagiário voluntário da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT), eventualmente tornou-se o coordenador de comunicação da organização, o que o faz um entrevistado ideal para o recorte realizado na presente pesquisa. Fui encontrá-lo em sua casa, um pequeno e agradável apartamento na Asa Sul, em Brasília. Há alguns anos ele deixou seu posto junto à APOGLBT, em São Paulo, e mudou-se para Brasília a trabalho. Foi talvez a entrevista mais apaixonada, de todas que realizei. Leandro, diferente de alguns dos outros entrevistados, não parece ter adquirido uma postura cética e desencantada, forjada pelas dificuldades envolvidas na organização de uma parada e, dentre todas, da de São Paulo, uma das maiores do mundo. Pelo contrário, fala da experiência na Parada de São Paulo como a experiência mais transformadora de sua vida, chegando a afirmar que o trabalho na parada o formou como jornalista, muito mais que a faculdade. Relata ter reprovado vários semestres na faculdade, em virtude da grande demanda representada pelo trabalho na Parada, ainda que, a longo prazo, a experiência adquirida tenha valido a pena. Afinal, estava trabalhando no maior evento, da maior cidade do país, fazendo *press kits* para distribuir entre jornalistas de veículos de comunicação do mundo inteiro.

A centralidade da repercussão midiática na agência da parada de São Paulo, tanto como movimento, quanto como evento, fica evidente. Leandro conta que, enquanto assessor de comunicação da Parada, em algumas edições, cerca de 500 veículos de imprensa do mundo inteiro chegavam a ser credenciados. “Gente da BBC, e até do Japão, fazendo documentários sobre a parada”. Por ser muito jovem, à medida que sua participação na organização se intensifica, em virtude de sua pouca idade em comparação aos outros membros, acaba

tornando-se o rosto jovem daquela organização, sendo enviado para entrevistas em programas de televisão e até para debates com figuras da direita conservadora fascista.

Sobre as mudanças no caráter assumido pela parada ao longo do tempo, Leandro identifica-os, inclusive, como geracionais. Percebe certa dissonância entre o que entende como a “linguagem política da parada” e o efetivo público dela nos dias de hoje. Para ele, o público mais jovem da parada não necessariamente compreende as dimensões políticas e históricas daquele movimento, porque, percebe, talvez tenham registrado inconscientemente que não precisam mais. Percebe que a “galera mais jovem” vai pra parada para celebrar o que são, porque já estão debatendo sexualidade, na escola, na família. Leandro vaticina: “a parada não é mais o canal deles [a juventude LGBT] de comunicação com o mundo”. Ora, dizer que a parada não é *mais* o canal de comunicação da comunidade LGBT com o mundo por excelência, implica em que ela já o foi.

Apesar das desigualdades regionais, econômicas e sociais entre os contextos em que acontecem as paradas de São Paulo e de São Luís, também os militantes maranhenses apontam essa diferença geracional que expressa os diferentes momentos por que passou a parada LGBT ao longo de sua história no Maranhão. “Afinal, já se vão 14 anos de Parada em São Luís”.

Os dois primeiros entrevistados da minha pesquisa durante o período de campo foram Betinho e Airton. Fui encontrar Betinho em um dia de semana debaixo do sol escaldante de outubro. Desci do ônibus em frente ao austero edifício do Palácio Henrique de La Roque, prédio onde se localizam boa parte das secretarias de estado do governo do Maranhão. Enquanto atravessava a rua, revisava mentalmente uma última vez, a estrutura geral da entrevista, reassegurando-me de que o melhor seria mesmo começar pelo cenário anterior ao da estruturação do movimento de paradas no Maranhão. Se, por um lado eu começaria a conversa pelo lugar de invisibilidade das pessoas LGBT, por outro, que eu estivesse indo encontrar um dos principais expoentes do movimento no estado dentro de uma superintendência da secretaria estadual de Direitos Humanos, sugeria o fato de vivermos em tempos, no mínimo, diferentes daqueles pelos quais começamos nossa conversa.

Betinho falava baixo, mas com firmeza. Possuía um forte sotaque maranhense que eu mesmo não tenho, mas cuja falta aprendi a sentir em meus mais de três anos em Brasília. Contou-me que era militante LGBT desde os 25 anos, mas que era metalúrgico de formação.



Quando começou seu ativismo, na década de 1990, São Luís era, ainda, uma cidade muito “provinciana” em relação às pessoas LGBT e ao movimento, ele me diz. E também que, na verdade, nem sequer existia um movimento social organizado. No máximo ações pontuais de ativistas isolados.

Desde o início da entrevista com Betinho, como nas outras, a partir do processo de codificação inicial e até a codificação axial que resultou na estruturação dos capítulos, a narrativa de invisibilidade emerge como estruturante da categoria central para esse tópico do trabalho.<sup>5</sup> Ficou claro, entretanto, que esta não era uma invisibilidade comum, porque não era um atributo inerente das pessoas invisíveis em si. Mas, antes, uma invisibilidade relativa a uma rejeição à ideia de reconhecer como legítima a diferença, como faz o trabalho de um curador ou de um crítico elitista.

Com relação aos homens gays e cisgênero entrevistados, ela desponta, sobretudo, quando estão narrando o período anterior ao da parada LGBT, sugerindo uma mudança significativa no acesso desse seguimento à visibilidade. Com relação à, Andressa, a entrevistada trans a que consegui ter acesso, a narrativa de invisibilidade persiste, até o presente momento da trajetória do movimento e, inclusive, internamente ao movimento LGBT.

Betinho relata que “[...] na realidade, antes da gente fundar o Gayvota, não existia espaço na mídia aqui dentro do estado. A gente até implorava pra que a gente pudesse falar alguma coisa, anunciar alguma coisa. A gente não tinha espaço. [...] Não, a gente não via. Até porque, de uma certa forma, havia um desconhecimento, por parte da imprensa, [a respeito de] toda essa questão do segmento. Na realidade, [a imprensa] nem tratava. A única coisa que se ouvia na imprensa era quando ‘MATARAM MAIS UM GAY’, ‘ASSASSINARAM MAIS UM TRAVESTI’, que era assim que eles falavam na época. ‘PRENDERAM MAIS UM TRAVESTI NA AVENIDA, NO PISTÃO’... essa coisa toda”.

Para além da LGBTfobia, na percepção de Betinho, os meios de comunicação permaneciam completamente cegos à população LGBT, suas demandas e suas pautas. Demarca-se muito claramente o lugar das pessoas LGBT como um não-lugar. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e homens e mulheres trans (estes e estas, sem sequer nomenclaturas

---

<sup>5</sup> Em que pese sua relevância, é importante apontar, desde já, que mostraremos posteriormente como Butler (2015) problematiza uso de categorias como “visível” e “invisível”.

específicas e adequadas naquela altura) como ausências. Tanto eram ausências que só ganhavam manchetes e texto impresso nas páginas dos jornais de grande circulação quando morriam violentamente. Só eram, quando já não eram mais pessoas, mas, sim, corpos. Como instrumentalizar a conquista de direitos e a execução de políticas públicas voltadas para pessoas que virtualmente não existem, na medida em que a sociedade, como um todo, é incapaz de enxergá-las? Porque falar nos direitos de quem quase nem existe, e se existiu, já morreu, ou vai acabar morrendo logo, logo? Falar sobre o movimento LGBT no Maranhão (e no Brasil) antes do advento da parada, cada vez mais, me pareceu um exercício de escrever sobre uma sociedade editada, como uma exposição cuja curadoria deixou de fora várias das peças que julgou não se encaixarem na narrativa que desejava montar.

“[...] Nessa época, eu já morava na Madre Deus, onde moro até hoje. É um bairro muito festivo e, nessa época, as manifestações LGBT, miss gay, as festas, eram em guetos, em chácaras, eram fechadas. E elas não tinham essa expansão, o público não tinha acesso, porque nessa época era uma coisa proibida. Por incrível que pareça, onde tinha festa dessa natureza, a polícia chegava e reprimia. As festas eram em chácaras, nas casas de alguns gays que tinham melhor poder aquisitivo na cidade, e era tudo muito fechado. Nós sentíamos falta de o movimento poder se expandir.”

Importa-nos o que Betinho revela. Em “guetos”, “fechadas”, “proibidas”, o que está implícito é uma espécie apartheid entre o que para ele era, naquela época, a “população gay” e a sociedade. Sociedade essa sobre a qual, daquilo que é dito, deduz-se que, na percepção dele, marca a si mesma como aquilo que não é o gueto, isto é, o espaço público, o que é aberto, o que é permitido, lícito, aprovável. Importa-nos também distinguir que, aqui, longe de um desejo de exclusivismo, de uma busca por privacidade, o “gueto” transviado não é um gueto autoconstituído, buscado pelas pessoas que nele circulam. É, antes, o lugar destinado historicamente aos grupos que não são incluídos pelo paradigma hegemônico da heteronormatividade compulsória (BUTLER, 1990). É, nesse sentido, não “um” lugar, mas, antes, o único lugar possível de expressão daquelas vidas, justamente porque é um não-lugar, é o lugar que não é visível, que é pretensamente desconhecido.

Também Airton corrobora a percepção daquele que é objeto da miopia, como alguém que, mesmo posicionando-se bem no campo de visão, e gesticulando enfaticamente clamando por atenção, permanece despercebido. Referindo-se ao período em que o movimento LGBT

em São Luís ensaiava uma organização em torno de uma agremiação anterior, em meados dos anos 1980, afirma sobre o espaço para pessoas LGBT na mídia que: “Tinha uma matéria aqui, saía uma matéria ali, de alguém morto, mas nós nunca nos organizávamos”.

### 3.2 Estética como política

Como toda boa teoria, ao longo de nossa revisão bibliográfica, muitos foram os autores e autoras cujas categorias ressonaram aquelas emergidas das práticas dos movimentos LGBT, tais quais evidenciadas nesse tópico. Uma das autoras que se revelou mais relevante para a compreensão do fenômeno da Parada do Orgulho LGBT no Maranhão (e subsidiariamente, da de São Paulo) e cujo trabalho, por isso, acaba ganhando uma dimensão central para o nosso trabalho foi a americana, judia e lésbica, Judith Butler.

Desde a sua obra seminal, de 1990, “Problema de Gênero”, Butler já explicitava a centralidade da relação entre visibilidade, identidade e acesso a direitos por grupos minoritários, quando debruça-se sobre a tarefa de investigar quem seriam as sujeitas do feminismo e se haveria, afinal, uma substância universal que defina quem são as mulheres, independentemente de contextos raciais, étnicos, nacionais ou econômicos.

A autora afirma que, se a questão do “sujeito” é crucial para a política em geral, ela o é, em particular, para a questão da política feminista. Isso porque os sujeitos jurídicos (termo utilizado aqui em acepção ampla) são invariavelmente produzidos através de certas práticas excludentes que não são “visíveis” uma vez que as estruturas jurídicas tenham sido estabelecidas. (BUTLER, 1990)

Foucault (1978) precede Butler<sup>6</sup> na denúncia do funcionamento dos sistemas jurídicos de poder que, para ele, *produzem* os sujeitos que vem, em seguida, representar. A demonstração desse pressuposto pode ser acompanhada no capítulo “Direito de Morte e Poder sobre a Vida”, em História da Sexualidade, volume I. No referido texto Foucault utiliza o método arqueológico para explicitar a maneira com que as instituições jurídicas na modernidade, diferentemente da antiguidade, não visavam meramente assegurar o poder de um soberano através da ameaça da morte. Pelo contrário, sendo agora a vida a regra, uma vez que se atinge um avançado estágio de contenção das ameaças de fome, peste e guerra, as leis,

---

<sup>6</sup> Para Butler (1990), entretanto, em “O direito de Morte e o Poder sobre a vida” (tradução nossa), Foucault reproduz a noção de produtividade do direito de maneira derivada de Nietzsche, ainda não seja idêntica a noção do alemão de “vontade de poder”.

e o direito em geral, adquirem o caráter de administração e o controle da vida, no sentido de torna-las dóceis, domesticadas e produtivas inclusive no sentido do sistema econômico de produção capitalista.

Um dos domínios apontados por Foucault que adquire centralidade na administração da vida humana é o do que se chama sexualidade. Embora enxergue a sexualidade e o sexo, tal qual passaram a ser compreendidos, como construções elaboradas em virtude da necessidade de controlar os corpos e as civilizações humanas de maneira política, Foucault já aponta os efeitos produtivos dessas instituições jurídicas e normativas que Butler abordaria depois de maneira mais clara: com a produção de um conhecimento sobre a sexualidade, ganha-se um estatuto quase-científico que torna alguns conteúdos de biologia e fisiologia uma espécie de princípio de normalidade para a sexualidade humana. (FOUCAULT, 1978)

Finalmente, a noção de sexo expõe um revés fundamental; ela tornou possível inverter a representação das relações de poder em relação à sexualidade, causando essa última a aparecer não em sua relação essencial e positiva com o poder, mas como estando enraizada em uma específica e irredutível urgência que o poder tenta o melhor possível dominar; assim a ideia de “sexo” torna possível evadir o que dá ao “poder” seu poder; ela permite que alguém conceba poder somente como lei ou tabu. (FOUCAULT, 1978, p. 155)<sup>7</sup>

Assim, longe de enxergar “o sexo” como o atributo natural que a moral e as formas de poder visam suprimir em nós, para Foucault – embora essa seja a conclusão que o projeto de poder que ele denuncia gostaria que nós aceitássemos como verdade imanente -, “o sexo” nada mais é que um instrumento da “sexualidade”, essa, por sua vez, entendida pelo autor como o conjunto de operações de poder elaboradas no sentido de garantir o controle sobre os corpos no projeto administração da vida na modernidade. É nesse sentido que, ainda que as instituições e o conhecimento se vendam como meras representantes daquilo que existe concretamente no real – isto é, ainda que a sexualidade afirme tratar do “sexo”, um atributo imanente e fundamental dos seres humanos – ela, em verdade, produziu esse atributo e as pessoas enquanto seres de sexo. Não é, portanto, que “a sexualidade” foi construída em torno do “sexo”, é o sexo que tem sido historicamente subordinado à sexualidade. (FOUCAULT, 1978)<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Tradução nossa.

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, se expusemos a conexão entre a noção de produtividade do direito em Butler e em Foucault, a bem da verdade, interessa-nos muito mais essa espécie de metodologia das relações de poder, em vender como natural e, portanto, neutro, inquestionável, aquilo que é, em verdade, uma construção, do que criar uma ponte entre as compreensões dos dois autores a respeito de sexo e sexualidade. A própria Butler (1990, nota nº1 do capítulo “Sujeitos de sexo/gênero/desejo”) rejeita essa conexão ao longo de “Problema de Gênero”,

Correlativamente, Butler (1990) chama atenção para a maneira com que as noções jurídicas de poder tem a aparência de apenas regularem a vida política em termos puramente negativos (e não produtivos), portanto, através da mera limitação, proibição, regulação, controle e até mesmo proteção de indivíduos relacionados com essas estruturas políticas. Ela, porém, denuncia que os sujeitos regulados por essa estrutura, em função de estarem sujeitos a ela, acabam sendo também formados, definidos e reproduzidos de acordo com os requisitos daquelas estruturas. Nesse sentido, embora se refira especificamente ao movimento feminista, sua advertência é válida para todos os movimentos emancipatórios de sujeitos e sujeitas das mesmas relações de poder sobre gênero e sexualidade que subjagam as mulheres, incluindo o movimento LGBT: é politicamente problemático que apelemos de forma acrítica para o sistema jurídico em busca da emancipação dos sujeitos e sujeitas, porque, se esses e essas estão subjagados, o estão justamente por esse sistema, produtor de “sujeitos de gênero”, ao longo de relações desproporcionais de dominação e que produz sujeitos privilegiados por serem presumidos como “masculinos” e “heterossexuais”. (BUTLER, 1990)

Ora, se concordarmos com Butler e Foucault que os sistemas jurídicos e as instituições em geral, na verdade, produzem os sujeitos que eventualmente alegam apenas representar, não é nenhuma surpresa constatar na narrativa dos entrevistados e entrevistadas a sensação de invisibilidade. De, portanto, estar de fora do quadro. Porque aquelas estruturas que afirmam representar os indivíduos que concretamente existem, não os representam. O seu lugar é um não-lugar.

Muito embora a nossa argumentação tenha nascido organicamente da análise qualitativa das entrevistas conduzidas com os militantes, que proveram uma narrativa de invisibilidade com relação ao período anterior ao advento da Parada, a metáfora, que empregamos com vistas a empregar força simbólica a nossa argumentação, qual seja, “pintando fora das margens” nos veio justamente a partir de outra obra de Butler, na qual esse tipo de exclusão, isto é, a que sofrem os indivíduos que não se encaixam nos processos de produção de sujeitos pelas normas e instituições jurídicas e, portanto, são entendidos como uma ausência, está desenvolvida de maneira ainda mais extensiva.

Em seu livro “Quadros de Guerra”, Judith Butler, mais do que debruçar-se sobre o porquê de algumas vidas importarem mais do que outras, investiga quais são as molduras que

---

elaborando duras críticas ao que percebe como contradições significativas dentro do trabalho de Foucault a respeito da diferença sexual, bem como, à noção de corpo que ele advoga.

tornam as vidas dentro delas mais apreensíveis ou reconhecíveis do que aquelas que estão fora. E como as operações de poder que incluem ou excluem determinadas formas de vida desses “quadros” funcionam.

Ao refletir, sobretudo a respeito das guerras em países do Oriente Médio, ainda que ressaltando a relevância das categorias aqui erigidas para a análise de outros grupos minoritários, Butler (2009), inicia a discussão com duas importantes categorias no capítulo introdutório da obra: vidas precárias e vidas enlutáveis. Se a relação complementar entre as categorias não é óbvia à primeira vista, ela torna-se inescapável uma vez que o leitor aprofunda-se na elaboração. “Vidas específicas não podem ser apreendidas como violadas ou perdidas se elas não forem, antes, apreendidas como vividas”. (BUTLER, 2009, p. 1).

Isto é: existem processos que são utilizados para qualificar determinadas vidas como tal, e que a autora denomina de molduras<sup>9</sup> epistemológicas e, a menos que essas vidas estejam do lado de dentro desses processos, dessas molduras, na prática, elas nunca são apreendidas como vividas, nem, portanto, perdidas.

Para a autora:

Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, tanto que nossa própria capacidade de discernir e nomear “o ser” do sujeito é dependente de normas que facilitam tal reconhecimento. Ao mesmo tempo, seria um erro entender a operação das normas como determinista. (BUTLER, 2009. p. 4)

O que a autora parece implicar aqui é que as operações de poder, que promovem a inclusão ou exclusão desses sujeitos dos quadros de reconhecimento das vidas, possuem um caráter eminentemente secular. Isto é, cada tempo e cada cultura, inevitavelmente, produzirão esquemas normativos que emergem e enfraquecem, dependendo do contexto mais amplo em que se inserem.<sup>10</sup> Ainda assim, tais esquemas estão sujeitos à disrupção e, ocasionalmente, podem vir a ser rompidos pela resistência a tais padrões.

---

<sup>9</sup> O termo utilizado no original em inglês é “Frames” que, a despeito de na tradução do título do livro para o Português, ter sido traduzido como “quadros”, ocasionalmente nos parece mais apropriado como “molduras”. A relevância da pluralidade de significados do termo “frame” para a presente pesquisa será novamente abordada em breve.

<sup>10</sup> Butler, aqui, ressona a noção de ruptura epistemológica postulada por Thomas Kuhn (1997) em seu “A estrutura das revoluções científicas”, onde advoga que o progresso nas ciências, a despeito de que se compreendia antes, não acontece de maneira linear, continuada e gradual, mas sim em grandes saltos ou rupturas epistemológicas, através das quais um paradigma é substituído por outro.

Este é, precisamente, o expediente evidenciado pelas manchetes a que se referem os militantes citados acima. Quando Betinho afirma que simplesmente não havia notícias, boas ou ruins, a respeito de pessoas LGBT, a não ser as que expunham as mortes violentas, reportadas de maneira também violenta e, por vezes, com requintes de crueldade, ele confirma que as pessoas LGBT ocupavam justamente o “não-lugar” a que Butler (2009) se refere quando aponta que não é possível enlutar-se por vidas que não foram, antes, apreendidas como vividas. As vidas de LGBT no Maranhão anterior aos anos 2000, sobretudo, das LGBT negras e de periferia, a maior parte do público da Parada de São Luís, dificilmente eram vidas apreendidas como vividas. Dificilmente despertavam luto quando perdidas.

Uma distinção que adquire clara importância para a autora é aquela entre “apreender” e “reconhecer” uma vida. “Reconhecer” é colocada como a categoria mais forte, enquanto que “apreender” pode implicar marcar, registrar, perceber. Não necessariamente, entretanto, denota uma completa cognição. (BUTLER, 2009)

Importante perceber que, se “reconhecimento” caracteriza uma prática ou um ato, ou mesmo uma cena entre sujeitos, então, “reconhecibilidade” caracteriza, de maneira mais geral, as condições que preparam ou moldam o sujeito para o reconhecimento. São precisamente essas condições de reconhecibilidade, isto é, as condições para que determinadas vidas sejam reconhecidas como tais e outras não o sejam que constituem essas molduras (*frames*) dentro das quais é possível sentir os danos, a perda, o luto pelas vidas que ali estão.

Neste sentido, parece especialmente relevante para a discussão que aqui se empreende, a ressalva feita por Butler de que, por estranho que pareça, não é possível prosseguir nesse caminho teórico sem que se questione a ideia de “pessoa” (*personhood*) como individualismo. O que a autora sugere nessa etapa é nada mais que extrapolar a mera tentativa de incluir no lado de dentro das normas existentes, mas considerar de que forma as normas existentes alocam “reconhecimento” (*recognition*) desigualmente. Em tempo: a “reconhecibilidade” não é um caractere de indivíduos, é antes uma operação produzida pela norma, tal qual não era um atributo das pessoas LGBT do Maranhão ser invisíveis ao reconhecimento pela sociedade heteronormativa e pelas instituições. Era antes uma decisão externa a essas pessoas que localizava a reconhecibilidade nos lugares onde essas pessoas são estavam e nem podiam estar. As pessoas LGBT estavam, simplesmente, fora da moldura. A saber:

Se nós afirmarmos que reconhecibilidade é um potencial universal e que ele pertence a todas as pessoas enquanto pessoas, então, de certa forma, o problema diante de nós já está resolvido. Nós teremos decidido que uma certa noção de “pessoa” determinará o escopo e o significado da “reconhecibilidade”. Assim, nós instalamos um ideal normativo como uma condição pré-existente de nossa análise; em verdade, nós já “reconhecemos” tudo o que precisamos saber sobre reconhecimento. Não há nenhum desafio imposto pelo “reconhecimento” ao formato de humano que tem servido de norma para a “reconhecibilidade” já que a pessoa (*personhood*) é a própria norma. (BUTLER, 2009, p.6)

Em outras palavras, ao invés de tentarmos responder a pergunta de como fazer com que determinadas vidas passem a ser reconhecidas também, será muito mais relevante que passemos a questionar a pergunta si: por que e como algumas vidas podem ser reconhecidas e outras não? Como as normas alocam o reconhecimento de maneira diferenciada? (BUTLER, 2009)

Ao associar reconhecimento a outros dois termos, apreensão (de apreender) e inteligibilidade, estágios anteriores ao do reconhecimento, Butler, talvez inadvertidamente, perpassa por um problema típico da intolerância e da violência sofrida por pessoas LGBT. É frequente que a violência direcionada a pessoas de minorias sexuais e de gênero seja manifestada de forma completamente cega porque advém de uma incapacidade de entender, de apreender a diversidade da experiência humana com a sexualidade e a diversidade de gênero. Trata-se, nesse estudo, sobretudo, das molduras de reconhecimento, mas frequentemente o nosso problema social localiza-se em um estágio anterior. O da inteligência, isto é: temos um déficit na capacidade de entender a diferença.

A inteligibilidade, entendida por Butler (2009) como o esquema ou os esquemas históricos gerais que estabelecem os domínios daquilo que é conhecível, pressupõe a existência de um *a priori* histórico. Isto é, temos, enquanto sociedade, uma trajetória que construiu o universo de sentidos dentro do qual nos é possível apreender e pelo qual nossa capacidade de apreensão está limitada.

Butler parece assentar-se na tradição Foucaultiana de demonstrar a historicidade das nossas formas de conhecer, negando a crença de tendências estruturalistas (e.g.: marxismo) de, nas palavras de Foucault, “[...] supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas de conhecimento, são de certo modo dados prévios e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se nesse sujeito definitivamente dado”. (FOUCAULT, 1973, p. 8)



Em síntese a empreitada filosófica de Butler consiste aqui em identificar esses quadros dentro dos quais se criam diferenciações nas formas de apreender determinadas vidas e questionará não o que está dentro ou fora do quadro, mas o quadro em si. Daí advém a relevância de sua obra para a presente pesquisa. Butler adverte a respeito da polissemia do termo presente no título do livro: “*frames*” em inglês. E, no entanto, longe de tornar temerária a escolha do termo, à medida que ela explora os diferentes significados possíveis, “*frames*” cada vez mais parece ser, paradoxalmente, o único termo possível para abarcar o universo de significado que a tese de Butler busca abranger.

Em inglês, “*to be framed*” pode relacionar-se tanto à moldura (*frame*) de uma imagem, quanto a um criminoso que tenha sido enquadrado (*framed*) por um crime, ou uma pessoa inocente que tenha sido incriminada (também *framed*) por alguém perverso, frequentemente, a própria polícia.

Ora, para uma pesquisa que se debruça sobre a luta de minorias por direitos, frequentemente dependente do reconhecimento social da legitimidade daquelas demandas, a noção de *frame*, isto é, dos quadros que são “pintados”, ou não, a respeito dessas populações, parece ser de uma força teórica bastante apropriada.

Nesse momento, de associação da metáfora instrumentalizada em nossa argumentação com a teoria específica de uma autora, cumpre esclarecer que o fato de nossa pesquisa proceder através dos postulados da Teoria Fundamentada nos Dados, para visões superficiais da tradição desta escola, poderia inspirar rejeição a que a categoria “quadros” e suas decorrências semânticas, como “molduras” – enquanto categorias advindas de uma teoria consolidada previamente, a saber, a de Butler - informassem o processo de teorização a partir do material coletado na pesquisa de campo. Entretanto, esclarecemos aqui que foi justamente o contato com o campo e a teorização que emergiu do trabalho de análise das entrevistas, que despertaram para a relevância da teoria de Butler para a investigação aqui realizada.

Acreditamos, sim, na riqueza metodológica possibilitada pelos fundamentos da teoria fundamentada nos dados, que dá espaço para que a teoria emerja dos discursos dos próprios participantes da pesquisa. Porém, como no trato com quaisquer abordagens metodológicas, no atual estágio do progresso do conhecimento científico, não acreditamos na visão de métodos e técnicas de pesquisa como verdadeiros procedimentos condutores a uma verdade heurística,

oculta e que somente será revelada, ou ativada, pela correta combinação de métodos e técnicas. (CARVALHO NETTO; SCOTTI, 2011)

Assim, não é nem realista e nem honesto sustentar que o pesquisador tem como se despir de sua subjetividade e de sua formação teórica para analisar de maneira absolutamente objetiva o material coletado, que está, como qualquer produção discursiva humana, por sua vez, igualmente carregado de subjetividade e parcialidade. Por outro lado, não procede que, por isso, não seja legítimo o esforço da teoria fundamentada nos dados de frear o impulso de moldar o material de pesquisa para caber nas teorias que usamos como lentes de análise. O fiel da balança, e garante de que não tendamos para os excessos nem de um lado, nem de outro, é justamente o rigor na execução das etapas metodológicas elencadas para a construção de uma teoria fundamentada e que já foram explicitadas em momento anterior deste capítulo.

Ademais, como elucidado por Charmaz (2006), o que a teoria fundamentada busca não é evitar que noções teóricas e teoréticas prévias influenciem a maneira com que se olha para o material coletado, mas sim, que um extenso trabalho analítico garanta que, quaisquer noções teóricas que ganhem espaço no trabalho do pesquisador, o façam porque “funcionam” ali, porque aquele dado marco teórico foi suscitado pelo campo e, portanto, “mereceu” estar ali, porque trabalha a favor do esforço analítico realizado.

Do ponto de vista da teoria fundamentada, cada ideia preconcebida deve *conquistar* a sua inclusão na sua análise – inclusive as suas próprias ideias advindas de estudos prévios. Isso significa que você deve fazer um pesado e fresco trabalho analítico primeiro. Eu tenho argumentado que conceitos teóricos pré-concebidos podem providenciar pontos de partida para contemplar os seus dados, mas eles não oferecem códigos automáticos para analisar esses dados. Pergunte, por exemplo, classe, raça, gênero, ou geração, fizeram emergir aquela necessária atenção analítica? Se você aplicar conceitos teoréticos de sua disciplina, você precisa garantir que aqueles conceitos funcionam. (CHARMAZ, 2006, p. 68)

Estabelecida a importância da categoria dos quadros da vida apreensível de Butler para o trabalho, a partir da teorização possibilitada pelo processo de codificação das entrevistas, é preciso avançar no sentido de contemplar as vidas específicas precarizadas que são abordadas em nossa pesquisa. No que diz respeito às vivências das travestis e pessoas trans, a questão da invisibilidade é ainda mais grave a ganha uma conotação bastante específica, como ressalta Andressa.

Fazendo questão de me corrigir quando me refiro a ela como “ativista” e dizendo-se, na verdade, “militante” (“[...] assim, eu nem gosto dessa palavra, “ativista”. Se você procurar um pouco de fundamentação entre [os termos] ativismo e [militância], eles são diferentes. Eu

sou militante mesmo, gosto que me chamem de militante. É muito mais fundamentada essa nomenclatura militante”), Andressa conta que sua vivência de movimentos sociais inicia-se ainda na adolescência, aos 15 anos. Não está diretamente vinculada ao GAYVOTA, mas, tendo sido referenciada pelos militantes daquele grupo como alguém com quem deveria conversar, revela que, desde 2014, tem estado diretamente envolvida na organização da Parada de São Luís. Andressa é presidente da AMATRA, a Associação Maranhense de Travestis, Transexuais e Homens Trans.

Traz em seu relato a percepção de que, se lésbicas, gays e bissexuais agora celebram os avanços pontuais em conquistas de direitos e o fato de estarem conseguindo firmar espaços importantes de visibilidade para suas demandas, a população trans e travesti ainda luta para conseguir espaço dentro do próprio movimento LGBT. Andressa conta, que na primeira parada, ela e suas companheiras de movimento trans – o qual, como diversas vezes ressalta, é, verdadeiramente seu movimento de base, afirmando inequivocamente com qual movimento jaz a sua lealdade – compareceram no intuito de protestar contra a exclusão dos movimentos de travestis e transexuais do processo de construção da Parada. Foi de 2014 em diante, quando assume a presidência da AMATRA, que começa a atuar mais diretamente no processo de construção junto ao GAYVOTA, utilizando-se dessa aproximação para furar espaços para as demandas do movimento trans e travesti.

A luta pela visibilidade dentro do movimento trans, para Andressa, associa-se ao que enxerga como uma especificidade das demandas dessas populações, em relação às demandas dos LGB. A microcategoria que desponta de maneira muito distinta de sua fala é “vulnerabilidade”. Para a militante, a população trans é mais vulnerável do que as outras populações da chamada “sopa de letrinhas” e, por isso, suas demandas são mais específicas. Quando provocada a explicar a que se referia com “específicas”, ela aponta, citando dados numéricos de cabeça:

“Dentro do movimento LGBT a gente tem uma pauta específica, né? Porque o T é uma das questões mais vulneráveis para se discutir. O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais. E isso aí é um dado nacional da ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Em 2017 [o Brasil] matou 179 travestis e transexuais, em 2018 chegamos a 65 casos de travestis e transexuais [mortas], até a data de hoje, no país. Então, é uma pauta muito

vulnerável de se discutir. E dentro do movimento LGBT nós ainda somos muito invisibilizadas”.

Andressa chega mesmo a defender que o movimento trans e travesti é um movimento “fora, à parte”, assumindo, entretanto, uma postura defensiva no sentido de que não se trata de uma intenção de se segregar ou de se vitimizar, garantias que mais soam como respostas intempestivas a acusações que provavelmente já escutou nos espaços do movimento LGBT. Enquanto militante, estando na posição de defender pautas tão específicas, considera que a tendência é que essas pautas acabem sendo suprimidas se forem advogadas de dentro do movimento LGBT como um todo, como frequentemente acontece. É categórica: “a gente não sente o apoio do movimento LGB em geral”. O lugar que Andressa reconhece como aquele em que se encontram as pessoas transexuais e as travestis dentro do movimento, isto é, o lugar de vulnerabilidade é aquilo que desperta nela uma demanda por uma Parada LGBT reformulada para tornar-se cada vez mais política. Assim, relata que: “[...] A gente vê que, quando eu participei de [forma a propor] várias colocações, de reformular a parada, [no sentido] de fazer uma parada mais política, com um ato... Porque a gente sabe que a festa é boa, que LGBT é festivo, mas a gente pensa nas questões mais políticas, de levar pra avenida questões mais pertinentes, como a violência, adoção, de casais homossexuais, ou de trans, como casamento entre pessoas do mesmo sexo. Então, são coisas que tem que ser levadas além da festa, e a gente vê que essas coisas todas ainda são um pouco invisibilizadas dentro da parada LGBT”.

Extraímos do trecho duas inferências importantes: a primeira é a de que Andressa, ao opor política e festa na parada, entende que a festa não pode ser política. E a segunda é a de que, aqueles e aquelas na posição de maior vulnerabilidade e que, portanto, têm mais a perder com um eventual insucesso político da Parada, enxergam em uma maior politização do ato uma salvaguarda.

Enquanto elabora a respeito da dupla invisibilidade da população trans – porque persistente mesmo dentro do próprio movimento LGBT - Andressa entrega, sem perceber, aquilo que percebe como a especificidade que explica essa vulnerabilidade, ou, para usar a categoria de Butler, essa precariedade: “Se todos os LGB tivessem essa consciência do quanto nós somos vulneráveis, do quanto nós somos expostas por ser quem somos, por termos nossos corpos, nossas identidades à mostra... Porque a gente não pode se esconder. Eu costumo dizer

que um gay, ou uma lésbica podem passar na sociedade despercebidos, mas uma travesti ou uma transexual, ou um homem trans, não passam. Porque, no momento em que você chegar ao posto de saúde, que você se coloca com o seu nome social, e que você tem que mostrar a sua identidade, que ainda não é retificada, e tem que fazer o cara crachá, aquilo ali, já é uma violência. No momento em que você entra no ônibus, todo mundo ali te olhando, todo mundo te apontando, aquilo ali já é violência. A gente passa transfobia 24 horas por dia, então eu acho que é uma pauta muito específica e precisa ainda de muita sensibilidade de todos e todas”.

Enquanto entrevistava Andressa, o conceito de reconhecibilidade de Judith Butler (2009) vinha em mente, na medida em que a autora explana a diferença acima exposta entre aquele conceito e o de “apreender” uma pessoa. Mesmo sendo membro da comunidade LGBT e, como tal, vítima de preconceitos e violências cotidianos, foi somente ouvindo o relato de Andressa que ultrapassei o nível em que vulnerabilidade da população trans e travesti me é inteligível (isto é, em que consigo processar intelectualmente e argumentar em favor do seu reconhecimento e fazer coro demandando a proteção dessa população) e pude efetivamente *reconhecer* a especificidade de uma população que tem o risco à vida e à integridade física impresso em seus corpos 24 horas por dia. De uma população que não pode jamais escapar do risco e a qual se encontra na posição impossível em que lutar pela visibilidade e, portanto, por acesso a direitos, é colocar-se em risco direto, ao expor-se na vida pública. Se, para mim, enquanto homem, branco, gay e cisgênero, há um risco mediato, a partir do momento que se sabe de minha sexualidade, para a população T esse risco é imediato e permanente. Está atrelado à própria condição de existência de seus corpos.

Parece-nos, portanto, que as percepções dos e da militante a respeito do caráter inicial da Parada, segundo as quais ela visava retirar a população LGBT da invisibilidade, servindo como o único canal, ou um dos únicos canais de comunicação dessa população com a sociedade, que insiste em não reconhecê-la como parte de si, ressona a noção de vidas precárias elaborada por Butler. Pessoas LGBT, por não são serem membras e membros visíveis do corpo social, como profissionais, parentes, vizinhos, cidadãos etc., por não terem sido apreendidas como pessoas vivas, jamais poderiam ser apreendidas como pessoas cujas vidas estavam sendo perdidas e pelas quais era possível e moral enlutar-se. Era preciso mudar isso. No próximo tópico, debruçamo-nos sobre a tarefa de indagar a respeito da especificidade

da maneira com que a população LGBT buscou construir visibilidade, ao menos no âmbito das Parada LGBT, de São Luís.

### **3.2. Estética como política: trunfo ou risco?**

O bairro da Madre Deus, como o nome sugere, é um bairro extremamente tradicional, onde as manifestações tipicamente católicas, como o carnaval e a festa do Divino Espírito Santo possuem força hegemônica dentro do imaginário popular. É também, embora central, um bairro economicamente periférico, onde residem principalmente famílias de trabalhadores de classe média baixa. O contexto aqui explicitado é relevante, sobretudo, para a percepção da força dos elementos trazidos na narrativa de Betinho. Ao compartilhar na entrevista sua trajetória como militante, ele acaba por nos dar pistas daquilo que passou a ser, em nossa análise, a partir do trabalho de codificação, a categoria que emergiu como aquela de ressona a especificidade da forma de política realizada pelas paradas LGBT em sua busca por ganhar visibilidade, qual seja: estética como política.

“E aí, na época, eu e um amigo, em 1996, nos encucamos com essa história e aí a gente resolveu: ‘vamos fazer uma festa gay, que a gente possa mostrar pra sociedade’. E aí dissemos: ‘vamos!’. E aí fomos com a cara e com a coragem, mas, como eu sempre trabalhei e sempre fui integrante de uma escola de samba daqui, chamada Turma do Quinto, a gente resolveu fazer na quadra da escola uma festa chamada ‘Mulata Gay’. E aí começamos a organizar a festa, e aquilo gerou expectativa. E, por incrível que pareça, nós conseguimos 10 pessoas gays que aceitaram participar da festa. E o pior, foi um desafio porque foi dentro de uma quadra de escola de samba, em um bairro que aparentemente é central, mas que na verdade é periférico, que é a Madre Deus, com um histórico de violência, etc”.

“E aí a gente resolveu fazer. Fomos pra frente, colocando 10 bichas montadas, seminuas, só de tapa sexo e plataforma e pluma na cabeça. Fizemos essa festa e foi recorde de público na época, a quadra superlotou. Aquilo foi um “boom” na época. A festa durou 15 anos na cidade. A festa se consolidou na cidade, foi um evento macro. A Madre Deus desde essa época mudou o comportamento [em relação] ao segmento LGBT. As bichas andavam seminuas, porque lá é o bairro do carnaval. Na época colocamos uma barraca chamada "Arca de Noé", [cujo slogan era] onde todo bicho tinha vez, porque lá tem o [grupo folclórico de música carnavalesca] Bicho Terra e é um bairro de compositores. E a gente era muito bem quisto por eles, e todo mundo frequentava a barraca. Aí, como as bichas se agregaram naquela

barraca, ficava aquela aglomeração toda, aí os compositores colocaram o nome da barraca de Arca de Noé, teve samba e tudo. A barraca virou um bar, que na época foi um frisson em São Luís. Inclusive, a Regina Casé com o programa Muvuca, veio gravar no bar”.

A história da homossexualidade masculina e, em termos, da transexualidade, da travestilidade e da arte *drag*<sup>11</sup> com o carnaval no Brasil é antiga e bem documentada. James Green (1999), em sua meticulosa obra “Além do Carnaval”, analisa essa interseção no contexto do Carnaval carioca, onde, segundo o trabalho do autor, “homens travestidos [...] tornaram-se parte proeminente do carnaval no Rio de Janeiro”. E, sobretudo, é nesse contexto que a presença dessas figuras transgressoras durante o carnaval contribui para o reforço da imagem do Brasil “como um paraíso para renegados sexuais e transgressores dos papéis de gênero convencionais”.

O historiador americano ressalta a grande presença, sobretudo a partir de meados do século XX, da homossexualidade masculina no carnaval carioca, frequentemente promovendo performances que invertiam papéis de gênero tradicionalmente definidos. O autor ressalta, porém, que, se essa flexibilidade nas performances de gênero eram bem aceitas durante os três ou quatro dias de carnaval “nos 362 dias restantes, a pessoa tinha de se manter no limite estabelecido pela sociedade, especialmente os limites de gênero, ou sofrer as consequências.” Fora do carnaval, o lugar reservado para a diversidade sexual e de gênero no Brasil, tradicionalmente, é o do não-lugar. (GREEN, 1999, p. 331)

Assim, a narrativa de Betinho não está de maneira nenhuma descontextualizada da história do carnaval no Brasil, festa popular em que homens gays e travestis, principalmente, sempre tiveram um espaço cativo. A palavra “cativo”, a julgar pela ressalva de Green (1999) acima exposta, talvez precise ser lida em sua acepção mais literal, na medida em que a livre expressão das homossexualidades e travestilidades parecia estar confinada, como em um cativo, ao carnaval, período em que eram consideradas inofensivas. Alguns dos relatos

---

<sup>11</sup> É importante elucidar o cuidado com o risco de anacronismos aqui. Quando mencionamos a homossexualidade masculina, a transexualidade, a travestilidade e a arte drag, estamos cientes de utilizarmos categorias que foram firmadas apenas em momento relativamente recente pelos movimentos sociais e pela academia. Em seu abrangente estudo, o professor James Green analisa manifestações de diversas naturezas e níveis de desconstrução de padrões socialmente impostos de heteronormatividade compulsória (BUTLER, 1990), mas que, em seus respectivos momentos históricos foram, por vezes, colocados no signo comum da homossexualidade masculina. Se as identidades expressadas ao longo do texto não corresponderem, portanto, exatamente às nomenclaturas cunhadas pelos movimentos hodiernamente para as identidades LGBT, isso deve-se tão somente ao estado da arte da compreensão social a respeito daquelas manifestações de sexualidade e identidade de gênero em seus respectivos momentos históricos.

presentes na pesquisa de Green (1999) dão o tom da dissonância entre a permissividade carnavalesca e o moralismo cotidiano no Brasil do século XX.

Essa ideia unilateral obscurece o fato de que, durante grande parte do século XX, manifestações públicas ousadas de inversão de gênero eram temporárias e restritas ao momento de folia. “Jurema”, um jovem funcionário de escritório que vivia em São Paulo nos anos 30, descobriu essa dura verdade quando decidiu experimentar roupas de mulher em público. Como fez isso fora da época de carnaval, a polícia o prendeu. “Flor-de-Abacate”, vivendo na mesma época em São Paulo, admitia gostar de travestir-se, mas somente o fazia publicamente durante a época do carnaval, quando a polícia não o incomodaria. (GREEN, 1999, p. 331)

Assim, se é verdade que aquilo que Green (1999) denomina “apropriação homossexual” do carnaval carioca, segundo ele, tem se demonstrado um processo longo e árduo – com a reação das autoridades e do público oscilando entre aceitação e repressão, entre a curiosidade e a repulsa – por outro lado, é verdade também que a apropriação e transformação do carnaval foi de fundamental importância para uma mudança no *status* da comunidade LGBT na sociedade brasileira.

Em sua análise da importância da “ocupação homossexual” do carnaval carioca para as referidas transformações no tratamento da comunidade LGBT pela sociedade brasileira, Green (1999) lança mão das reflexões de Roberto Da Matta a respeito das tensões entre as esferas pública e privada na sociedade brasileira durante o carnaval. Se, para Da Matta, entretanto, é importante a inversão entre a casa e a rua que acontece no carnaval – em que “os perigos imprevisíveis da rua tornam-se o domínio ou casa do folião”, possibilitando ao povo finalmente transgredir as classes sociais para expressar a *communitas* – Green pontua que separar a realidade brasileira simplesmente entre casa e rua, entre esferas pública e privada, pode mascarar elementos cruciais das desigualdades sociais do país.

A noção, por exemplo, de casa “segura” e rua “perigosa”, se era verdadeira para a classe média branca heterossexual e cisgênera, nunca o foi para os negros e as negras escravizados nos centros urbanos, nem tampouco para quem desafiava a heteronorma cisgênera. Assim, como explica Green (1999), “para alguém forçado à servidão, as ruas do Rio significavam um espaço mais livre para a socialização e a interação do que o ambiente confinado das casas dos senhores”. Assim, também, para pessoas LGBT vivendo naquele período do início do século XX, obrigados a desempenhar estritos papéis de masculinidade e feminilidade binária em seus núcleos familiares, as ruas, o espaço público termina por ser um local privilegiado das expressões proibidas na família o ano todo, tornando-se apenas uma arena *mais* pública durante o carnaval. Não é difícil, portanto, compreender como as



manifestações de festas populares se instalaram no ideário da população LGBT como espaços de liberdade, não para realizar atos de inversão – como no caso de homens cisgêneros heterossexuais que se travestem no carnaval, sem colocar em cheque o fato de serem o parceiro masculino e “ativo” de qualquer relação – mas “para intensificar suas próprias experiências como indivíduos que transgridem papéis de gênero e fronteiras sexuais socialmente aceitáveis o ano inteiro”. (GREEN, 1999, p. 335)

A discussão proposta por Green adentra terrenos explorados por Butler (1990), que estabeleceu em “Problema de Gênero” sua noção de gênero como performance. A autora situa justamente o fenômeno cultural representado por *drag queen* como um fenômeno que desafia categorias de “sexo verdadeiro”, “gênero discreto” e “sexualidade específica”, expondo a natureza performativa do gênero. Tão performativa a ponto de ser facilmente desafiada no contexto do carnaval carioca, estudado por Green (1999).

Butler inicia sua argumentação questionando as bases em que o movimento feminista reivindica direitos e perspectivas de “mulheres”: há uma “mulher” essencial que preexista as elaborações políticas do movimento? Essa identidade tem como pressuposto um corpo dotado de sexo e, se sim, o que circunscreve aquele corpo, para o qual se reivindicam direitos e interesses como um corpo feminino?

A noção de corpo nos interessa sobremaneira para a análise de um movimento que utiliza, como um de seus principais atributos políticos, a transformação do próprio corpo e daquilo que se considera corpo. No limite, de um movimento que se funda na ocupação de espaços públicos por, justamente, uma aglomeração de corpos que não atendem aos limites socialmente estabelecidos para eles e que insistem em manter-se em contato uns com os outros, quando a heteronorma (BUTLER, 1990) os orienta a manter a distância. Qual seja: a Parada LGBT.

As reflexões de Butler a respeito das performances de gênero de *drag queens*, figuras comuns em Paradas do Orgulho LGBT, parecem-nos sugerir algo a respeito da especificidade do movimento analisado. Aproveitamo-nos, assim, da postura reflexiva e desconstrutiva da autora que, diferente de Foucault, recusa-se a aceitar como dada a noção de um corpo material passivo, que existe de maneira absoluta antes da intervenção da cultura. Parece, por vezes, cética ante a pressuposição de Beauvoir e Sartre de que o corpo seria uma facticidade muda e que, do outro lado, figuraria algum significado que só poderia ser atribuído por uma

consciência transcendente. Assim, o que constitui o limite do copo não é nunca um atributo meramente material, mas essa superfície, a pele é sistematicamente significada por tabus e transgressões antecipadas, de modo que os limites do corpo tornam-se os limites do social em si, ou melhor, daquilo que é socialmente hegemônico.

Assim, se considerarmos o corpo como um modelo para os sistemas sociais, e que todos os sistemas sociais são vulneráveis em suas margens, não é surpreendente que aqueles e aquelas que ousam desafiar os limites impostos aos corpos sejam considerados como ameaças perigosas, que precisam ser eliminadas. Seus corpos, de limites outros, ameaçam os próprios limites dos sistemas sociais, desenhados para beneficiar alguns em detrimento de outros.

Se o corpo é comparável ao sistema social *per se* ou um local no qual sistemas abertos convergem, então qualquer tipo de permeabilidade não regulada constitui um local de perigo e poluição. Já que sexo anal e oral entre homens claramente estabelecem certos tipos de permeabilidades não sancionadas pela ordem hegemônica, a homossexualidade masculina iria, dentro desse ponto de vista hegemônico, constituir um lugar de perigo e poluição, anterior a e independente da presença cultura da AIDS. [...] Paradoxalmente, a homossexualidade é quase sempre concebida dentro da economia significante homofóbica como tanto não-civilizada quanto antinatural. (BUTLER, 1990, p. 180)

A alma não é aquilo que está aprisionada pelo corpo, como o cristianismo costuma pregar, mas, antes, é a prisão do próprio corpo, na medida em que é a sua alegada existência que transforma o corpo em um mero receptáculo. Mais uma vez, nos deparamos com a distinção, denunciada por Butler como cristã e cartesiana, entre corpo e consciência (ou alma), entre natureza e cultura. O que a autora vem denunciar e que é crucial para nossa análise é que a noção de uma essência de gênero interna, expressa externamente por nossos corpos e gestos, é artificial. Em última análise, nós não possuímos essa essência, somos a própria performance, somos os atos, gestos que produzem em nós a sensação de uma essência e de uma identidade intrínseca.

Chegamos, portanto, ao ponto crucial de nossa argumentação a respeito de uma das especificidades da forma de política eminentemente estética da parada LGBT: parece ser o caso de que, o fato de que as opressões experimentadas pelas pessoas LGBT tenham a natureza performativa – ainda que tentem se passar por uma suposta interioridade do sexo e do gênero e de sua verdadeira identidade – seja justamente o motivo porque seu maior movimento de resistência tenha encontrado métodos performativos para demandar sua emancipação de desafiar as normas da heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 1990)

Se a verdade interior do gênero é uma fabricação e se um gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita na superfície dos corpos, então parece que gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas são apenas produzidos como efeitos de verdade de um discurso de uma identidade primária estável. (BUTLER, 1990, p. 186)

As performances de *drag* expõem o caráter fabricado da noção de uma identidade essencial de gênero interna porque subvertem a distinção entre o espaço psíquico interior e o exterior e gozam tanto do modelo expressivo de gênero quanto da noção de uma suposta verdadeira identidade de gênero.

É claro que não ignoramos o fato de, sobretudo no contexto brasileiro, mas em alguma medida para todo o movimento LGBT mundo afora, uma visão essencialmente identitária tem sido estratégica e legitimamente utilizada na luta por direitos, o que o presente trabalho busca, entretanto, não é demonstrar que o movimento LGBT tem se empoderado através da Teoria Queer. Pelo contrário, parece-nos que, ainda que estrategicamente dissociadas, a Teoria Queer, ao estudar *a posteriori* os fenômenos sociais similares aos que estudamos, pôde prover-nos com ferramentas cruciais para que entendamos de que maneiras específicas a estética e a performance têm um papel central na emancipação das pessoa LGBT.

Leandro Colling (2011) reconhece a importância e necessidade dos movimentos que fazem reivindicações políticas baseando-se em noções de identidade e na demanda pelo direito de poder nomear-se, porém alerta para o risco contido na estratégia de vertentes do movimento LGBT, no sentido de adotar uma política de assimilação, isto é, de mostrar que pessoas LGBT são tão “normais” quanto heterossexuais cisgênero, quando o projeto da Teoria *Queer* é justamente o de implodir a norma. Adverte, ainda, para a necessidade de manter-nos atentos, ainda que utilizamos estratégias identitárias na luta por direitos, para os riscos que essa estratégia, como qualquer outra implica: notadamente, “não se trata de ser contra a afirmação de identidades, mas de questionar, em especial em espaços não homofóbicos, o uso de determinadas estratégias e as relações de poder que estão inseridas nos discursos que tratam dessas questões”. (COLLING, 2011, p. 9)

Tais riscos são bem ilustrados pelo relato feito pelo autor a respeito das reações de alguns ativistas gays cisgênero a determinados personagens gays nas telenovelas brasileiras, tendo o Grupo Gay da Bahia, uma das mais antigas organizações do movimento LGBT brasileiro, chegado a ameaçar autores das novelas e até a própria emissora pela representação

de personagens gays “caricatos” ou “efeminados”, tecendo elogios em outros momentos a personagens retratados como “normais”, “sem afetações”.

Pertencem a Jacques Rancière (2005), entretanto, algumas das mais importantes contribuições à seara da politização da estética. Ao abordar o tema da estética refere-se a ela, não como um discurso sobre o sensível, mas como “distribuição do sensível”, tanto no sentido de compartilhamento de algo comum, quanto no sentido de uma cisão daquilo que há de comum em partes exclusivas. Para Pallamin (2010), essa abordagem paradoxal da partilha do sensível como divisão e união ao mesmo tempo refere-se à intenção do autor de dar conta tanto de explicar como um coletivo, um comum, se presta à participação social, quanto de explicar como uns e outros participantes desse coletivo tomam parte, isto é, engajam-se nessa partilha do sensível. Sobre a estética, afirma o autor:

[...] um sistema de formas ‘a priori’ determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2005)

Fica evidente o porquê da utilidade das noções de estética e política de Rancière para nossa análise a respeito das paradas LGBT. Para ele, trata-se de mais do que simplesmente colocar a estética como política, mas, principalmente de reconhecer que a política possui uma natureza eminentemente estética. Isso porque, no âmbito da política, existem operações em curso que realizam recortes do que é visível e dizível. Assim como para Judith Butler, em *Quadros de Guerra*, onde a autora mobiliza a categoria de vidas precárias – isto é, aquelas que não podem ser dadas como perdidas, que não são enlutáveis, porque não foram dadas como vividas primeiro – Rancière traz a luta por visibilidade para o fronte de sua análise a respeito da natureza dos movimentos políticos nas democracias. É justamente o fato de o político operar em recortes específicos de visibilidade, que a estética, para ele, desempenha um papel integral na política. É inerente a ela. (RANCIÈRE, 2005)

Vera Pallamin comenta, a respeito de Rancière:

Neste mundo há presenças que não adentram ao seu campo de visibilidade, dizeres que não contam, perfazendo-se como um solo sempre controverso de relações sociais. Nesta articulação de formas “a priori” que também atuam no âmbito do sentido (palavra) e do sem-sentido (ruído) dando forma à comunidade, definem-se competências e, ao mesmo tempo, quem as desfruta e as opera. Tomar a dimensão do comum associado à ideia de partilha do sensível significa pensa-lo como um modo de repartição desigual entre iguais, o que responde pela dimensão política imediatamente aí presente. (PALLAMIN, 2010, p. 7-8)

Não só a compreensão de Rancière (2005) e a análise desta por Pallamin (2010) parecem ressoar justamente a existência dos quadros de vidas apreensíveis - que tornam determinadas vidas mais apreensíveis (no esquema do autor francês, dotadas de sentido, de palavra) do que outras que, por estarem fora do âmbito da vida apreensível, por serem vidas precárias, não apreendidas como vividas em primeiro lugar (para Rancière, aquilo que é recebido, no “espaço do comum”, como mero ruído) – como parecem ser úteis para a compreensão das experiências narradas pelos militantes das paradas LGBT, em sua luta por visibilidade.

As lutas por visibilidade são colocadas por Rancière, de maneira a ressaltar o elemento estético inerente a essas disputas políticas, como uma reconfiguração da partilha do sensível, isto é, daqueles e daquelas que são apreensíveis dentro do corpo social. Ou, para usar a expressão do autor, do comum. Assim, a referida reconfiguração refere-se à inserção, no comum, de sujeitos novos e objetos inéditos, a exemplo da inserção promovida, em boa medida, pelas paradas do orgulho LGBT, e que gera visibilidade àqueles indivíduos e fenômenos que até então não eram visíveis. Nos termos, talvez equivocados, de Rancière, torna seres falantes aqueles e aquelas que eram, antes, tidos como “animais ruidosos”.

Essa luta por visibilidade, que instrumentaliza a parada, emana frequentemente das falas dos militantes entrevistados. Airton afirma:

“Então, [a parada] foi uma forma de mostrar que nós existimos. Foi a partir desse ato, que é um ato festivo. Agora, ele não deixa de ser político, porque você tem uma forma diferenciada, em que você vai demarcar o território, dizendo que nós existimos, que é necessário que o Estado nos inclua em suas agendas, e que a festa está naquele ato político ali, mas que, passando a festa, a luta continua”.

O autor faz, entretanto, um alerta que ressona uma preocupação frequente, manifestada reiteradamente por vários dos militantes entrevistados e que, portanto, emergiu do trabalho de codificação realizado. O da necessidade de se dar centralidade para as “palavras de ordem” da parada, e para as pautas e reivindicações políticas pleiteadas em cada ano. O medo de que a parada se torne apenas uma espécie de micareta LGBT anual. Nesse sentido, Rancière adverte que a dedução de que qualquer reconfiguração estética significaria uma redefinição política seria equivocada, de modos que a presença de um elemento estético no político não autoriza a se estabelecer uma relação “biunívoca” necessária entre o estético e

o político. O autor refere-se a um risco que parece ressonar notavelmente o risco percebido pelos militantes das paradas, qual seja, o de que essa reorganização dos atributos perceptíveis reforce referências em ação na partilha do sensível que está em vigor em um dado momento histórico, isto é, o de que, recebida apenas como um mero carnaval, como nada mais que uma festa de intervenção exclusivamente estética, a parada não produza os efeitos políticos desejados.

Betinho compartilha uma preocupação que ressona o risco advertido por Rancière:

“Então, a parada não é só festa, só “oba, oba”, como a gente vê um monte por aí, inclusive aqui pelo estado. Pra você ter uma ideia, a gente teve ano passado 88 paradas em municípios, mas que se você for peneirar, não dá 10 paradas que realmente trouxeram um objetivo para esse segmento. Porque a parada, na verdade, ela tem dois “vieses”: ela pode ajudar o movimento LGBT, ou ela pode denegrir a imagem do movimento LGBT quando ela não tem um fundo político, uma fundamentação naquilo que vai ser posto ali pra sociedade. Ela pode ser simplesmente o carnaval gay, a palhaçada, só as bichas montadas, fazendo patacoada ali. Então a gente tá buscando qualificar esse movimento. A gente acha que tem que ter um seminário, uma semana de atividades em praça pública, tem que ir nas escolas fazer uma fala contra LGBTfobia, uma educação pra direitos humanos.”

Na história de Betinho com o carnaval ludovicense, seria compreensível o impulso de escapar, a todo custo, do estereótipo. Da bicha carnavalesca. Do carnaval como uma festa popular em que a heteronormatividade sempre pôde, ainda que por alguns dias, ser abandonada, nos termos documentados por Green (1999). Afinal, que homens gays, travestis, e transexuais sempre tenham tido papéis proeminentes no carnaval, é um indício de que aquela participação sempre fora considerada inofensiva. Tanto que se manteve por boa parte do século XX, sem que aquilo se revertesse em ganhos concretos de direitos e políticas públicas pela população LGBT. Parece-nos, entretanto, que a formação política de Betinho proporcionou a percepção do potencial político existente até mesmo em um evento como “concurso da Mulata Gay” (*sic*). O antídoto para o risco percebido por Rancière, nos parece, já é bem conhecido pelos militantes da parada LGBT, Betinho incluído: política.

Betinho e seu amigo enxergaram o episódio como uma janela de oportunidade de maneira que, reforçando ou não o estereótipo, fazem uso dele como forma de estabelecer um espaço para si e para a sua comunidade dentro de uma festa popular e, portanto, de um espaço

eminentemente público e de visibilidade hegemônica: o carnaval. Parece-nos, sobretudo, tratar-se de um momento em que, desarmados pelo clima de festa, a comunidade em geral recebe um conteúdo que, se não é suficiente para trazer transformações sociais profundas, tem um conteúdo definitivamente político. Receita que, nos parece, informa - ao longo da trajetória do movimento LGBT desde Stonewall e, no Brasil, muito antes, - a forma de se fazer política por emancipação.

É verdade, entretanto, que o uso da estética como trunfo político nem é novidade na história da humanidade, nem está livre de riscos de outra ordem. A maneira com que os regimes fascistas da primeira metade do século XX utilizaram-se da estetização da política para operacionalizar finalidades totalitárias está amplamente analisada nas obras de autores como Carl Schmitt e Walter Benjamin, aquele um notório apoiador do regime nazista de Hitler, mas a partir do qual é possível compreender algo da configuração da estratégia de estetização da política nos regimes fascistas. Por exemplo:

O problema político do influxo de massas pelo cinematógrafo é tão significativo que nenhum Estado pode deixar sem controle este poderoso instrumento psicotécnico; tem que subtraí-lo para a política, neutralizá-lo, o que na realidade implica - dado que a política é inevitável - pô-lo ao serviço da ordem existente, mesmo quando não tenha objetivo de utilizá-lo abertamente como meio para a integração de uma homogeneidade psicológico-social. (SCHMITT, 2006, p. 173)

Pallamin (2010) reflete afirmando que a dimensão estética da política abordada por Rancière, é diferente do fenômeno acima citado da estetização da política empregada pelos regimes fascistas. Citando Walter Benjamin em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, a autora aponta que, no caso do nazifascismo a arte foi colocada a serviço da política, gerando a estetização do poder bruto, para fins de mobilização autoritária. No caso de movimentos como os das paradas do orgulho LGBT os quais, postulamos, estão contemplados pela noção da dimensão estética na política no esquema da partilha do sensível, o que acontece é uma ocupação da dimensão estética que para Rancière é inerente ao político. No esquema das disputas de visibilidade identificadas pelo autor francês, ele parece notar um caráter inerentemente performativo que ressona justamente o tipo de performatividade de gênero e sexualidade mobilizada pelas categorias de Butler e que são, portanto, cruciais para a análise de fazemos aqui.

A partir da análise das impressões dos militantes a respeito do momento de emergência da parada e, portanto, do momento em que se tratava, sobretudo, de um movimento de busca por visibilidade, nos foi possível estabelecer a especificidade da forma

de política mobilizada pelo movimento. Qual seja: uma política que se utiliza de sua dimensão estética inerente, mas que é diametralmente oposta ao expediente de estetização da política mobilizado pelo nazifascismo e ancorado nos trabalhos de Carl Schmitt a respeito da articulação amigo-inimigo, a partir da polarização em torno de um líder carismático e totalitário. Enquanto no nazifascismo a estetização da política serve à finalidade de padronizar e unificar, reforçando a articulação amigo *versus* inimigo de que o líder precisa para conferir unidade política àquela comunidade, no caso do movimento de paradas, liderado por uma minoria política, perseguida por valores conservadores, o reconhecimento de uma dimensão inerentemente estética na política presta-se a afirmação da diversidade, do plural e da igualdade como direito à diferença.

#### **4 PINTAMOS TÃO BEM FORA DO QUADRO, QUE FOI IMPOSSÍVEL IGNORAR**

O capítulo final do presente trabalho se dedicará à análise do momento posterior identificado pelos militantes na trajetória da Parada LGBT: aquele em que, forjado algum espaço na esfera pública para a elaboração de um discurso público sobre o acesso a direitos, a realização da parada toma proporções, nas palavras de Leandro, nosso entrevistado, menos de visibilidade e mais celebratória. Para a investigação deste outro momento exploraremos as categorias que emergiram do procedimento de codificação dos excertos jornalísticos retirados dos jornais de São Luís do Maranhão pesquisados, bem como à articulação delas com aquelas surgidas da codificação das entrevistas dos militantes e a mobilização da revisão bibliográfica



considerada relevante. A pesquisa documental foi realizada a partir dos arquivos de jornais impressos da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís. A pesquisa utilizou os jornais “O Estado do Maranhão”, “O Imparcial” e “Jornal Pequeno”, os três de maior circulação na cidade, lançando mão das matérias relativas à parada do orgulho LGBT na semana em que o evento ocorreu em cada ano e nos dias subsequentes, de 2004, quando a parada começou, até o presente.

Articulamos, nessa etapa, as categorias que se relacionam com o momento posterior ao surgimento do movimento de paradas no Maranhão, isto é, o momento de sua consolidação enquanto movimento social no estado e as decorrências políticas disso. Buscaremos, ainda, ao fim, elencar pistas a respeito dos rumos que o movimento tende a seguir daqui para frente, com a mudança, nos últimos anos, do caráter do movimento de Paradas apontado por vários dos militantes entrevistados.

#### **4.1. Por que nos importa o conceito de esfera pública:**

Antes de passar para o momento mais analítico do capítulo, entretanto, entendemos que é epistemologicamente interessante que nos debruçemos sob a tarefa de demonstrar de que maneiras teóricas e teoréticas a relação com os meios de comunicação importa para a nossa análise dos movimentos de paradas LGBT. Para tanto, e com base nos elementos que a pesquisa realizada até aqui nos trouxe, entendemos como crucial que mobilizemos categorias que se relacionem com as noções de visibilidade, movimentos sociais, democracia, política e direitos humanos. Assim, se no capítulo anterior, a grande questão fora estabelecer que algumas vidas sempre são menos visíveis e, portanto mais precárias que outras, bem como, de que maneiras a precariedade constituiu concretamente os sujeitos políticos envolvidos no movimento de paradas LGBT, nesse capítulo importa-nos compreender de que maneiras o acesso à visibilidade influencia na luta por direitos. Ainda, que tipo de visibilidade a parada LGBT alcançou até aqui? E, finalmente, se atingimos alguma visibilidade, a ponto de alcançarmos conquistas pontuais de direitos, por que ainda marchamos?

Um bom *case* para advogar pela importância dos meios de comunicação para o movimento LGBT como um todo é o histórico de ativismo midiático que a ABGLT encampa há muitos anos no Brasil, nos moldes do que faz a GLAAD nos Estados Unidos, se bem que de maneira muito menos estruturada. Os trabalhos da organização nessa frente de atuação, entretanto, culminaram na edição de uma cartilha de comunicação LGBT voltada para

empresas e profissionais de comunicação. A cartilha foi lançada em 2010 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em parceria com o Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), sob o título de Manual de Comunicação LGBT. O Manual é dirigido a profissionais, estudantes e professores da área de comunicação e tinha como objetivo primordial “reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho”. A menção a esse material na introdução do capítulo, além da evidente relação com o recorte proposto pela, é evidenciada de cara pelo texto que conjuga “terminologias” com as noções de “cidadania” e “dignidade”. Espelha, assim, um pressuposto primordial motivador desta pesquisa: a de que a linguagem é política e a de que não existe dissociada de seu contexto social, político, econômico e cultural. (ABGLT, 2010)

O manual prossegue afirmando a importância das “lutas e manifestações organizadas pelo movimento LGBT em todos os estados brasileiros”, que, segundo o manual, “sensibilizaram comunicadores e agregaram aliados”. No entanto, o material reconhece que “ainda existe um longo caminho a ser percorrido pelo Movimento e pela imprensa, para garantir uma transmissão de informações com maior qualidade e comprometimento com as causas sociais”. (ABGLT, 2010)

Essa noção de que aquilo que é pautado pela mídia importa, sobretudo, para a luta por direitos das minorias e que, portanto, o ativismo não só tem meios para como deve influenciar os meios de comunicação, ressona a um só tempo a categoria dos quadros das vidas apreensíveis mobilizada por Butler em “Quadros de Guerra”, a noção elaborada por Rancière de “partilha do sensível” ainda outra noção que, ao longo deste capítulo, se mostrará cara à opção de recorte eleita por este pesquisador, a de “esfera pública política”, cunhada por Jürgen Habermas em seu trabalho seminal “Mudança Estrutural na Esfera Pública”. Ao afirmar que “debater novos conceitos com a comunidade LGBT, assim como com a mídia, é fundamental para a renovação de conceitos e formação constante dos autores da democracia brasileira” o manual parece ecoar, talvez inadvertidamente, a noção habermasiana de esfera pública, como a arena discursiva de legitimação de direitos. (HABERMAS, 1984)

Apesar das críticas de que seu modelo teórico elimina o elemento conflitual inerente às relações sociais em uma democracia, o modelo habermasiano nos oferece um ferramental

normativo importante porque parte de uma importante crítica à democracia burguesa ao apontar 1) as suas muitas tensões internas e os motivos que levaram à sua transformação e parcial degeneração e 2) o elemento de verdade e o potencial emancipatório que essa esfera pública contém, apesar das representações ideologicamente equivocadas e contradições. Mais do que tudo, a noção de esfera pública política de Habermas nos importa por conta de sua aposta na premissa de que uma esfera pública adequada para uma comunidade política depende tanto da qualidade do discurso quanto da quantidade de participação. (CALHOUN, 1992)

Em “Mudança Estrutural na Esfera Pública” Habermas (1984) analisa justamente o processo de expansão da esfera pública para incluir mais e mais participantes de outros grupos sociais, que ocorre a partir do século XIX na Europa burguesa. As esferas públicas burguesas iniciais eram, afinal, compostas de pequenos seguimentos da população europeia (por si só um contingente pequeno se comparada com a sociedade globalizada contemporânea), notadamente, homens, brancos, de elevado grau educacional para a época e proprietários. Se, em termos histórico-materiais o próprio estudo de Habermas fala em reconhecer outras esferas públicas subalternizadas que emergiam ao longo dos séculos XIX e XX, em termos normativos, esse processo de transformação estrutural na esfera pública parece pressupor justamente que, ao menos em algum momento, existe uma discrepância significativa entre aqueles incluídos no que Habermas considera a esfera pública e aqueles de fora dela. Partindo-se do pressuposto de que o autor considera a esfera pública como a arena de legitimação de direitos em uma democracia, há uma notável semelhança entre aqueles grupos de fora da esfera pública no modelo habermasiano, e aqueles a quem Butler (2010) identifica como dotados de vidas precárias que, justamente por não adentrarem nos quadros da vida apreensível (e, portanto, das vidas com as quais nos importamos o suficiente para conceder direitos, acesso a políticas públicas, etc.) não são vidas cujas perdas são sentidas. Da mesma forma, pode-se dizer, no modelo de Racière que são vidas alijadas do espaço de partilha do sensível e que demandarão uma reorganização, inclusive estética, das configurações sociais.

Se análise de Habermas (1984), entretanto, a respeito da esfera pública, é realizada em duas distintas, ainda que correlatas, dimensões da mesma – isto é, a qualidade ou forma do discurso crítico-racional, e a quantidade de participação, ou a abertura à participação popular, para usar um termo moderno, à diversidade – as análises de Butler e Racière a respeito dos processos de tensões sociais de inclusão e exclusão produtores de desigualdades e habilidades

de produzir discursos parecem mais preocupados com a segunda dimensão analisada por Habermas, ou seja, com a questão da ampliação do acesso à esfera pública por grupos sociais marginalizados.

Para Calhoun:

A importância da esfera pública reside em seu potencial como um modo de integração social. O discurso público (e o que Habermas depois e de maneira mais genérica chamará ação comunicativa) é um modo possível de coordenação da vida humana, como são o poder do estado e as economias de mercado. Mas dinheiro e poder são formas não-discursivas de coordenação, como ressalta a teoria posterior de Habermas; Eles não oferecem nenhuma abertura intrínseca para a identificação da razão e da vontade, e eles padecem de tendências à dominação e reificação. Estado e economia são, portanto, tanto tópicos cruciais quanto rivais da esfera pública democrática. (CALHOUN, 1992 , p. 6)

No contexto de uma pesquisa que se debruça sobre movimentos reivindicantes de liberdades da ordem da sexualidade e da diversidade de gênero, é, sobretudo relevante o trabalho feito por Habermas em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” no que concerne à identificação das maneiras com que a esfera pública influenciava a esfera íntima. Assim como, na reconstrução histórica e sociológica elaborada por Habermas, os primeiros romances literários circulavam uma visão de sentimentalidade íntima, comunicando ao público literário como eles deveriam compreender o coração da vida privada, assim também, na contemporaneidade, as representações estéticas e midiáticas dos afetos, sexualidade e gênero humanos tem o condão de influenciar de que maneiras esses afetos, sexualidades e gênero serão recebidos e performados socialmente. Neste ponto, há grande ressonância entre o trabalho de Habermas e o de Foucault e Butler no que diz respeito à instituições que, para estes, produzem os sujeitos da vida em sociedade, embora aleguem meramente representa-los.

Há, portanto, uma relevância inegável tanto política, quanto teórica no conceito habermasiano de esfera pública. Nancy Fraser (1992) atribui essa relevância à especificidade dessa categoria em Habermas, exemplificando com a indispensabilidade do mesmo para o movimento feminista. Segundo Fraser, é frequente deparar-se com autoras feministas utilizando o exato mesmo título, “esfera pública” para significar tudo aquilo que se distingue do âmbito da vida doméstica familiar, de maneira a abarcar três categorias analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do emprego remunerado e as arenas de discurso público. Adverte a autora que, apesar de o impulso inicial ser o de considerar que essa distinção tem repercussões meramente teóricas, pelo contrário, trata-se de uma confusão originadora de sérias consequências políticas.

[...] quando, por exemplo, campanhas de protesto contra representações culturais misóginas são confundidas com censura estatal ou quando esforços para desprivatizar o trabalho doméstico e o cuidado de crianças são equiparados com sua comodificação. Em ambos os casos, o resultado é o de ocultar a questão de se sujeitar questões de gênero à lógica do mercado ou da Administração Pública é promover a liberação das mulheres. (FRASER, 1992, p. 110)

Essa especificidade da categoria habermasiana de esfera pública é considerada por Fraser como o grande trunfo porque permite diferenciar o aparato estatal, os mercados econômicos e as associações democráticas, distinções que, para a autora, são cruciais não só para a teoria democrática como para os esforços de construção de modelos alternativos, e, portanto, mais inclusivos de democracia.

Dentre os problemas identificados por Fraser (1992) no trabalho realizado por Habermas em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” está a desconsideração de outras esferas públicas, não-liberais e não-burguesas que estavam em voga também à época. Para a autora, talvez não seja o caso de que, por idealizar a esfera pública burguesa Habermas acabou por ignorar outras esferas públicas concorrentes, mas sim que, justamente porque ele ignorou outras esferas públicas concorrentes ele acabou idealizando a esfera pública burguesa liberal.

Na verdade, a reconstrução histórica e sociológica promovida pela autora dá conta de demonstrar uma série de formas de participação política e de crítica pública à sociedade e ao estado realizada por associações de mulheres, no final do século XIX e início do século XX. Na América do Norte, mulheres de todas as classes sociais construíram rotas alternativas para a vida política apesar de sua exclusão da esfera pública oficial.

No caso das mulheres da elite burguesa, isso envolvia a construção de uma sociedade civil contrária, de associações alternativas voluntárias exclusivamente femininas, incluindo sociedades filantrópicas e associações exclusivas de mulheres. Em alguns aspectos, essas associações mimetizavam as sociedades masculinas construídas pelos pais e avós dessas mulheres, era extremamente inovadora a maneira com que essas mulheres utilizaram foros quintessencialmente privados, aos quais estavam confinadas, como a domesticidade e a maternidades, como nascedouros de atividades públicas. (FRASER, 1992)

Essa descrição não é diferente da forma como pessoas LGBT forjaram um movimento de paradas fundado no local social das baladas de música eletrônicas, boates e

carnavais a que estavam adstritos, criando a partir desses elementos um foro de discussão pública de temas políticos.

Andressa, quando questionada a respeito da especificidade da forma de política da Parada, responde:

“Assim, a única justificativa viável que eu vejo é que LGBT é festivo. A gente sabe que, venhamos e convenhamos, a gente é festivo. E essa questão de colocar né, sons eletrônicos, apesar de que colocar a música popular brasileira cairia muito bem, mas a gente sabe que a cultura das paradas já foi nessa questão de musica eletrônica de sons de boate, né, os sons que alguns LGBT curtem. Não são todos né, alguns LGBT infelizmente curtem né esses sons. Então, assim, eu acho que a justificativa mais viável é essa questão de que o LGBT é festivo, o LGBT gosta de diversão né, e eu acho que só pra disseminar a alegria né contagiar com a alegria, acho que apenas por isso, pra que não fique essa questão muito formal. De que a gente sabe que por muita das vezes tinha que se colocar atos políticos né, atos muito mais viáveis na questão de cobranças de palavras de ordens, mas a gente sabe que a única a reflexão a partir disso, de fazer uma parada festiva, a gente sabe que LGBT é festivo, LGBT é alegria, é festa. È a única questão que eu levo como mais coerente pra explicar a festividade dentro da parada”.

Para Fraser (1992), um dos elementos cruciais da esfera pública burguesa era o seu caráter sexista e normativo. Isto é, o exercício da política exclusivamente por homens brancos e detentores de propriedade era tudo menos acessível para todos, como se pretendia sustentar à época. Pelo contrário, aquela era uma arena que serviu de preparação e de alicerce para um estrato de homens burgueses que começavam a enxergar a si mesmos como a “classe universal” e se preparavam para afirmar a sua adequação para governar. Notamos, aqui, mais uma vez a faceta produtiva das instituições, como advogada por Butler. Ao colocar-se como o espaço por excelência de mera representação do indivíduo universal, a esfera pública burguesa, na verdade produz esse indivíduo supostamente universal. Não, por acaso, como afirma Fraser (1992) a construção do *ethos* da nova esfera pública republicana na França foi construída em deliberada oposição ao de uma cultura de salões mais receptivos a mulheres que foram paulatinamente reputados e estigmatizados como “artificiais”, “afeminados” e “aristocráticos”. A partir daí, gera-se um novo padrão de estilo austero de discurso público e

de comportamento que passa a ser promovido como “racional”, “virtuoso”, “masculino”, e bem, universal.

Que uma ativista travesti, ligada historicamente à construção da parada e à luta contra um patriarcado heteronormativo, cisnormativo e transfóbico reproduza o padrão de racionalidade política “masculina” hegemônico, ao sustentar que a parada precisa ser mais política, associando de maneira automática política com um discurso formal austero, é ao mesmo tempo um testemunho da força produzida pela hegemonia da esfera pública burguesa masculina e branca mesmo em quem passou a maior parte da vida alijada do espaço dessa esfera pública tradicional, ao mesmo tempo em que pode ser o sinal de um pragmatismo legítimo, de alguém que ao longo de sua militância entende que precisa desempenhar determinadas performances para conseguir ser ouvida em espaços hegemônicos.

Por outro lado, a fala de Andressa também transparece o reconhecimento de que determinados elementos como a música eletrônica, as baladas, e os elementos estéticos, todos os quais compõem a ideia de uma parada do orgulho LGBT são elementos que fazem parte do local cultural onde boa parte das subjetividades LGBT se construíram. Esses elementos, no contexto da Parada, são mobilizados para a participação da mesma forma que Fraser relata que as mulheres utilizaram-se dos lugares a que foram tradicionalmente confinadas para nutrir fotos de atividade pública, como a domesticidade e a maternidade.

Fora do âmbito das mulheres burguesas, entre aquelas menos privilegiadas, o acesso à vida pública foi possível através da participação e forma coadjuvante em atividades de protesto predominantemente dominadas por homens da classe trabalhadora. Não obstante, é verdade que foi nos protestos de rua e nas paradas que muitas mulheres encontraram espaços públicos para se manifestarem, bem como começaram a contestar a exclusão das mulheres da esfera pública oficial, bem como, a privatização de políticas de gênero. Esse movimento não inteiramente avesso a como a população LGBT começa a partir do movimento surgido em Stonewall, considerado o predecessor histórico do movimento de paradas, em que centenas de pessoas do então denominado movimento homossexual se insurgem contra a repressão policial violenta em um bar local do bairro de Greenwich em Nova Iorque. (JESUS, 2010)

Assim como no caso do movimento LGBT através das paradas, Fraser conta que mesmo na ausência de uma incorporação política formal através do sufrágio, pauta pela qual lutavam o movimento feminista das sufragistas naquela época, houve uma variedade de

formas de acesso à vida pública e a uma multiplicidade de arenas, tanto que, para a autora, a percepção de que as mulheres estavam excluídas da esfera pública termina por ser ideológica, na medida em que se assenta em uma noção de publicidade enviesada por padrões de gênero e de classe. Parece-nos, portanto, que, de forma semelhante, é igualmente ideológica a dificuldade em aceitar as facetas mais performativas, estéticas e artísticas do movimento de paradas como atos políticos de produção de um discurso público, e que tal resistência advém justamente de uma noção de publicidade que aceita de maneira acrítica a reivindicação de um público burguês, branco, heterossexual, cisgênero como “o público” em abstrato. A verdade é que a esfera pública burguesa sequer foi de fato “o público” à época de sua formação. (FRASER, 1992)

Ainda que, conceitualmente, reconheça a força emancipatória da categoria habermasiana e esfera pública, Fraser aponta pressupostos identificados por ela em “Mudança Estrutural na Esfera Pública” que impedem a utilidade material daquela categoria. O primeiro pressuposto questionado pela autora é o de que é possível para os autores sociais suspenderem as diferenças de *status* social entre eles e deliberarem *como se estivessem* em condições sociais e econômicas equivalentes, de maneira que a igualdade social não seja uma condição para a democracia política. O que ficou claro ao longo da luta das mulheres por participação política é o fato de que ainda que todos os meios formais de exclusão sejam eliminados (raciais, econômicos e de gênero), as formas exclusão permanecem acontecendo de maneira informal e a premissa da deliberação, por vezes, torna opacas essas exclusões informais. Um exemplo comum é o fato de mulheres tendem a ser mais interrompidas por homens quando estão falando, bem como, estão acostumadas a terem suas opiniões não levadas em consideração.

Esta faceta sugere um valor adicional para formas de manifestação política como a da parada LGBT, porque indica que estratégias para ocupar esferas públicas tradicionais dominadas pela heteronorma, pelo patriarcado e pela branquitude, além de outras formas de produção de desigualdades que afetam a população LGBT de formas específicas, como os meios de comunicação tradicionais, são importantes somente até certo ponto. Não é possível afirmar, entretanto, que mesmo garantidas as condições formais para participação numericamente igualitária nos espaços de decisão, uma igualdade formal se traduziria em igualdade material para pessoas LGBT, sobretudo no que diz respeito aos estratos mais alijados dessa população, que acumulam formas de exclusão que por muito tempo têm gerado



desigualdades inclusive dentro do próprio movimento, como é o caso da população T, que engloba homens e mulheres trans, travestis e não-binários, bem como, de mulheres lésbicas e bissexuais. Assim, agir de maneira externa aos foros tradicionalmente identificados com a esfera pública política, como fazem ao colocar trios elétricos e centenas de milhares de pessoas em via pública expressando-se tanto com seus corpos, quanto com seus discursos formais sobre pautas políticas do movimento.

Fraser (1992) advoga justamente pela tese de que suspender as desigualdades de *status*, longe de gerar paridade de participação, é uma prática que tende a favorecer aqueles grupos já em posição de dominância na sociedade e a prejudicar aqueles que estão em posição de subalternidade. Pelo contrário, na maioria dos casos, seria mais produtivo desvelar as desigualdade através sua específica tematização, noção que é, inclusive, próxima da que Habermas viria a defender posteriormente em sua ética comunicativa.

Outra forma com que a compreensão de Fraser (1992) das tensões entre as diversas esferas públicas e a esfera pública oficial burguesa se compatibiliza diretamente com a nossa discussão a respeito da parada do orgulho LGBT em São Luís, é através da identificação de que a premissa de suspender as desigualdades de *status* parece pressupor que uma esfera pública é ou pode ser um espaço culturalmente neutro, isto é, um espaço sem um *ethos* cultural específico e que, portanto, pode abrigar diferentes manifestações culturais de diferentes grupos com igual respeito e aceitação. Sabemos que tal pressuposto não condiz com a realidade concreta enfrentada pelo movimento LGBT, não só em São Luís, como mundo a fora. Os militantes entrevistados reiteradamente afirmam que, anteriormente ao advento da parada no estado, a presença de temáticas LGBTs na mídia local era nula, tendo Betinho explicitamente afirmado que as raras menções restringiam-se às paginas policiais, retratando mortes de pessoas LGBT de maneira desumanizada.

Assim, afirma, Fraser (1992) que em sociedades estratificadas grupos sociais de diferentes níveis de empoderamento desenvolvem, como consequência, estilos culturais que são valorados de maneira também desigual, com o resultado de desenvolver pressões informais poderosas que marginalizam as contribuições de membros de grupos subordinados tanto cotidianamente, quanto nas esferas públicas oficiais.

Ao referir-se às empresas de comunicação, como uma parte problemática, da economia política peculiar da esfera pública burguesa, Fraser aponta que, como a mídia que

constitui o suporte material para a circulação de opiniões e visões de mundo é propriedade privada e operada pela lógica do lucro, grupos subalternizados tendem a carecer de igual acesso a meios materiais de igual participação. Para a autora, portanto, a economia política reforça estruturalmente aquilo que a cultura produz informalmente.

Como a própria insistência do movimento de fazer advocacy voltado para os veículos de comunicação, e se organizarem para facilitarem a cobertura midiática de seus eventos sugere, não se trata, entretanto, de virar as costas para a esfera pública oficial e, com ela, para os meios de comunicação em geral. Longe disso, o que a trajetória do movimento estudado até aqui indica é que se trata, sim, de forjar um espaço para a construção de um discurso público e político independente dessa esfera pública tradicional e com isso, forjar inclusive uma abertura nos espaços de onde foram historicamente alijados.

#### **4.2 Emoldurando os quadros: mídia, esfera pública e agenda-setting**

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) lançou em 2010, em parceria com o Programa das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), o Manual de Comunicação LGBT. O Manual é dirigido a profissionais, estudantes e professores da área de comunicação e tinha como objetivo primordial “reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho”. A menção a esse material de grande repercussão nessa etapa do presente trabalho, além de sua evidente relação com o recorte proposto por essa pesquisa, pareceu-nos relevante porque, desde o primeiro contato com Manual, ficou claro que ao utilizar a palavra “terminologias” conjugada com as noções de “cidadania” e “dignidade”, o texto elaborado pela ABGLT espelha um pressuposto primordial motivador desta pesquisa e que vimos endossado pela crítica da Fraser (1992) à noção em que se assenta a esfera pública burguesa, de que é possível uma esfera discursiva apartada de questões políticas e imune as desigualdades sociais das mais diversas ordens. Falamos, é claro, do pressuposto de que a linguagem é política e a de que não existe dissociada de seu contexto social, político, econômico e cultural.

O manual prossegue afirmando a importância das “lutas e manifestações organizadas pelo movimento LGBT em todos os estados brasileiros”, que, segundo o manual, “sensibilizaram comunicadores e agregaram aliados”. No entanto, o material reconhece que “ainda existe um longo caminho a ser percorrido pelo Movimento e pela imprensa, para

garantir uma transmissão de informações com maior qualidade e comprometimento com as causas sociais”. (ABGLT, 2010)

Essa noção de que aquilo que é pautado pela mídia importa, sobretudo, para a luta por direitos das minorias e que, portanto, o ativismo não só tem meios para como deve influenciar os meios de comunicação, espelha ainda outra noção que, ao longo deste trabalho, se mostrará cara à opção de recorte eleita por este pesquisador. Ao afirmar que “debater novos conceitos com a comunidade LGBT, assim como com a mídia, é fundamental para a renovação de conceitos e formação constante dos autores da democracia brasileira” o manual parece ecoar, talvez inadvertidamente, a noção habermasiana de esfera pública, como a arena discursiva de legitimação de direitos. Assim, como afirmamos ao final da seção anterior, a crítica de Fraser a “Mudança Estrutural na Esfera Pública” não se aproveita para meramente advogar a ruptura de movimentos sociais das esferas públicas tradicionais. Trata-se mais de advogar por uma construção de novos espaços independentes de produção de um discurso, não necessariamente formal, e apto a formar uma hegemonia à la Gramsci que funcione inclusive para a abertura de espaços nas esferas tradicionais. (HABERMAS, 1984)

Oliveira (2014) elucida o porquê de as formas de representação dos indivíduos situados do lado de fora da heteronorma importarem sobremaneira para a sua luta por direitos. Ressonando a um só tempo Butler e Rancière, a autora explica que:

A realidade material da violência (das injúrias à agressão física) não está separada dos modos de representação e apresentação e, portanto, das formas de regulação dos afetos e das percepções sobre as vidas dignas ou indignas, sobre as vidas que devem ser cuidadas e as vidas que não importam. Nesse sentido, compreender os enquadramentos como uma política que atua sobre nossa sensibilidade, isto é, sobre a nossa capacidade afetiva de responder ao sofrimento de outrem é uma questão ética e de justiça referente a como dar a ver o sofrimento, como apresentar a dor do outro – especialmente quando se trata de vidas precarizadas. (OLIVEIRA, 2010, p. 10)

Correlativamente, tamanha dedicação da maior organização LGBT do país à uma espécie de *advocacy* midiático (a ABGLT, autora do manual), bem como, a dedicação do movimento da parada de São Luís à produzir uma relação harmônica com os meios de comunicação locais, revela uma ligação quase que dialógica entre movimentos sociais (aqui, no recorte dos movimentos LGBT ligados às Paradas do Orgulho de São Luís, principalmente e, subsidiariamente, de São Paulo) e os meios de comunicação. Essa relação ressona a noção de *agenda-setting*, sobretudo a partir da proposta de revisão do conceito de agendamento feita

por Silva (2007, p.84), categoria também ligada conceitualmente à esfera pública habermasiana.

O conceito de agendamento está tradicionalmente vinculado a um agendamento efetivado pela mídia sobre a sociedade. Surge em 1922, nos Estados Unidos, a partir dos estudos do americano Walter Lippmann, em seus textos elaborados para a obra *Public opinion*, tendo sido posteriormente formalizada como uma Teoria do *agenda-setting* pelos trabalhos de Maxwell McCombs e Donald Shaw. A nova abordagem relativa ao agendamento, que contempla as possibilidades de um agendamento que parta da sociedade em direção à mídia surge a partir da necessidade de se repensar, após três décadas de formulação do conceito de *agenda-setting*, sua validade e atualidade. (SILVA, 2007)

Nas palavras do autor:

Esse nosso intento, portanto, procura fundamentar minimamente a possibilidade de transmutar o público de uma condição de reles massa de manobra à de sujeito capaz de produzir sentidos midiáticos sob um novo primado, o de que numa sociedade democrática e plural há também uma constelação de *sujeitos coletivos* e de respectivos lugares de fala, mas, não isolados ou encastelados em nichos corporativos, e sim, inter-sujeitos argumentativos, promotores e advogados de direitos e causas. (SILVA, 2007, p. 84)

Assim, não obstante reconheça sua validade e atualidade, Silva aponta para a necessidade de algumas interveniências no conceito de agendamento, sendo a principal e a mais cara para a presente pesquisa a da existência de um *contra-agendamento*, isto é, de um agendamento que se estabelece na contramão da primeira. Isso significa optar por uma ruptura, até certa medida, com algumas escolas de cunho marxista e estruturalista nos pontos em que, ao definirem o público-alvo dos veículos midiáticos, utilizam conceitos carregados de passividade como “cultura de massa”. Significa abrir-nos para a possibilidade de que longe de uma “massa”, por definição, amorfa, absolutamente passiva e maleável, “a sociedade também tem sua pauta ou, no plural, as suas pautas, e as deseja ver atendidas pela mídia, de modo que os grupos sociais esforçam-se para, sob as mais variadas maneiras, incluir temas nesse espaço público que é a mídia [...]”. (SILVA, 2007, p. 85)

Nesse mesmo sentido, adverte Thompson que a noção de “massa” como destinatária passiva e desprovida de inteligência, dos produtos de mídia precisa ser problematizado, por estar impregnada por um conjunto de pressuposições que, no atual estágio da sociedade e pulverização do acesso à comunicação, sob pena de obstaculizar a compreensão da mídia e do seu impacto no mundo moderno. Assim:

[...] Esta linha tradicional de crítica cultural é interessante; ela tem despertado questões válidas que merecem atenção ainda hoje, embora com alguma modificação. Mas esta perspectiva é também impregnada de um conjunto de pressuposições que são insustentáveis e que podem obstaculizar a compreensão da mídia e de seu impacto no mundo moderno. Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos de mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições desse tipo têm muito pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos da mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas. (THOMPSON, 2001, p. 30)

O contra-agendamento compreenderia uma série de atuações que passam pela publicação de conteúdos na mídia e que dependem, para que atinjam suas finalidades de maneira bem-sucedida, “da forma como o tema-objeto-de-advocacia foi tratado pela mídia, tanto em termos de espaço quanto em termos de sentido produzido” (SILVA, 2007, p. 85). Assim, tanto a atuação proposta pela ABGLT, através da elaboração de um manual que visasse incrementar qualitativamente o tratamento conferido aos segmentos LGBT pelos meios de comunicação, como o expediente das Paradas do Orgulho LGBT de realizar ações chamativas capazes de gerar notícias e, como tem sido revelado ao longo das entrevistas, de ativamente divulgar perante os jornais as atividades realizadas, encontram-se dentro do escopo contemplado pelo contra-agendamento, noção mais adequada ao repertório desenvolvido pelos movimentos sociais ao longo das últimas décadas.

Luiz Martins da Silva enumera sete momentos básicos da ação articulada advinda da sociedade civil com vistas à obtenção de espaço da mídia. A saber:

- 1) A seleção de um ou mais temas que devem ser oferecidos à mídia para publicação;
- 2) A elaboração de produtos (midiáticos) que devem ser oferecidos aos diversos meios para publicação;
- 3) O planejamento e a execução de ações de *advocacy* junto à mídia, ou seja, tentativas de estabelecimento de relações de troca entre as organizações e as redações, de forma que se construa um relacionamento mútuo de “fontes” (a primeira, a de informação; a segunda, de publicação);
- 4) A tentativa de influência junto às instâncias de decisão sobre o que é notícia e sobre o que deve ser publicado;
- 5) O monitoramento e a análise das informações publicadas;
- 6) O re-planejamento de novas ações de advocacia, de novos de modo a se otimizarem quantidade e qualidade dos conteúdos publicados acerca dos temas objeto de advocacia;
- 7) O melhor aproveitamento dos espaços midiáticos conquistados em ações de sensibilização e de mobilização social (e do qual o *clipping* pode ser um instrumento de mensuração de respostas a uma estratégia de *contra-agendamento*). (SILVA, 2007, p. 85-86)

Alguns dos conceitos firmados no campo do *agenda-setting* ressonam de maneira marcante a agência relatada pelos militantes do Gayvota no que diz respeito aos meios de comunicação locais. Tanto Airton, quanto Betinho, por exemplo, relatam terem fornecido justamente o Manual de Comunicação LGBT da ABGLT para todos os meios de comunicação locais, em alguns casos chegando mesmo a ligar para redações em busca de retratações públicas por violências cometidas, sobretudo pelos programas policiais das televisões abertas locais. A narrativa era sempre a mesma, segundo Betinho: a de que a parada LGBT não passava de uma “grande festa” cheia de “imoralidades” e que “quem quer respeito precisa primeiro se dar ao respeito”.

Nesse sentido é importante compreender que a teoria da *agenda-setting* consiste a grosso modo, na sistematização da “capacidade dos veículos de comunicação de massa em pautar para a sociedade os temas de debate e de boa parte das interações do cotidiano (comentários, discussões). Telegraficamente, poder-se-ia dizer que ‘a sociedade tende a incluir ou excluir do debate os temas que a mídia inclui ou exclui do seu próprio sistema de seleção de assuntos’”. (SILVA, 2007, p. 86)

A grosso modo, pode-se definir três formas distintas de agendamento midiático: a) o agendamento autônomo, que é aquele que parte dos próprios meios de comunicação; b) o agendamento heterônomo, que é aquele que se origina fora das redações, não importando a motivação, mas sendo ocasionado pela força de acontecimentos e fatos de qualidade midiática; e c) o agendamento institucional, que engloba as características e uma atuação permanente e sustentável, com a elaboração intencional de esforços concretizados na execução de estratégias de agendamento da mídia. O objetivo, em geral, é o de conceder maior visibilidade e um tratamento mais qualitativo de temas institucionalizados ou em vias de institucionalização. Um bom exemplo é o da elaboração do Manual pela ABGLT em parceria com uma instituição de grande alcance internacional, como a UNAIDS, vinculada à ONU. (SILVA, 2007, p. 86)

Silva (2007) esclarece, ainda, que para além do agendamento das estratégias nos planos das políticas sociais e das políticas públicas, grandes “ações sociais” requerem um agendamento especificamente desenhado para a mídia. Nesse sentido, o autor estabelece alguns tipos de respostas que, em geral visa-se obter nesses casos:

- A publicação de **notícias**;
- A publicação de **notícias**, acrescidas de serviços: informações de **utilidade pública** e instruções quanto a procedimentos a serem adotados pelos públicos;
- O estabelecimento de **parcerias** com a mídia, o que, por vezes implica em

alguma coisa a mais do que a simples sensibilização – um exemplo: a oferta de oficinas e cursos para que a agenda em causa seja melhor compreendida por profissionais com poder de multiplicação. (SILVA, 2007, p. 90)

No estágio atual da articulação das organizações do terceiro setor e dos movimentos sociais percebe-se uma tendência de crescimento da demanda junto à mídia não no sentido de buscar contrapartidas financeiras, mas, sobretudo, de construir ressonâncias com relação a três “valores-básicos”, relativos mais ao corpo editorial do que dos proprietários dos meios de comunicação. Esses valores seriam os valores-notícia, os valores-serviços e os valores-permuta.

Os valores-notícia correspondem a uma categoria que compreende a busca por angariar receptividade da para a divulgação de acontecimentos midiáticos e fatos jornalísticos que envolvam os de atuação das organizações demandadoras, como, por exemplo, as Paradas do Orgulho LGBT os seminários e eventos paralelos organizados pelos movimentos entrevistados para esta pesquisa. Para Silva (2007, p. 92) “só o fato de um determinado ‘problema’ ser noticiado já significa uma forma de agendamento, ou seja, significa que ‘aquele veículo’ é sensível a um determinado tema [...]”.

A categoria dos valores-serviço implica em uma postura mais ativa das empresas de mídia envolvidas, porque engloba a criação, em torno do fato noticiado, uma série de serviços e indicações de algum tipo de “ação cidadã”, bem como, com a oferta de um roteiro de procedimentos. Esses procedimentos podem envolver informações sobre denúncias, ajudas, contribuições, contatos, normalmente gerando a necessidade de que as edições comportem boxes, links, “leia mais”, “saiba mais”, “participe”, etc.

A categoria dos valores permuta, englobaria o estabelecimento de uma relação mútua entre as fontes e pode se estabelecer de três formas:

- a) Com as organizações ocupando assumidamente o papel de *think tankers*, ou reservas técnicas de especialistas em um determinado tópico, de maneira proverem consultorias gratuitas aos veículos de comunicação que queiram incluir determinada agenda. Segundo Silva (2007, p. 92), é possível que haja até mesmo “eventualmente ‘encomendas’ de subsídios para a ancoragem de conteúdos a serem publicados”;
- b) Em contrapartida, as redações passam a demonstrar abertura para as organizações e suas agendas, extrapolando a simples seletividade natural dos fatos-valores-notícia. A isso Silva (2007) dá o nome de *gatekeeping*.
- c) De uma maneira mais formal, que envolve o firmamento de parcerias e assinatura

de convênios ou contratos, por exemplo, através dos quais ambas as partes se comprometem a exercer esses papéis. O autor cita os casos de *civic journalism* americano como exemplos desse tipo de prática. Nesse sentido:

Por vezes, a captação de recursos financeiros e a sua destinação beneficiam (sem fins lucrativos) as redações, não no sentido da compra de espaço propriamente, mas o financiamento de rotinas produtivas que favoreçam um processo de ‘seleção’ de notícias que privilegiem uma temática e um tipo de abordagem: a supremacia do noticiamento de soluções e práticas exemplares, em detrimento d simples cobertura dos problemas e dramas sociais. (SILVA, 2007, p. 93)

### 4.3. Um movimento “irreverente”

Uma das categorias que despontou mais fortemente a partir da codificação dos textos de jornais analisados foi a categoria da “irreverência”, utilizada para descrever o movimento, do começo até os dias de hoje pela cobertura dos três jornais com cujas peças jornalísticas realizamos nossa pesquisa documental, e por isso, eleita por nossa pesquisa como a lente principal pela qual enxergaremos a repercussão da Parada. É, também, uma das categorias que, segundo o que contam tanto Airton, quanto Betinho e Andressa, mais motivou sua militância perante os meios de comunicação, no sentido de evidenciar a faceta política do movimento para além da festa, na busca por legitimação. Ainda que não constitua um termo problemático *per se*, a utilização do termo “irreverente” e outros significantes do mesmo espectro conceitual, frequentemente parece destinar-se a reificar uma suposta identidade comum a todas as pessoas LGBT e sugere que esse é o local aceito por esses veículos para essa população.

Em algumas peças jornalísticas o uso de um espectro conceitual que agrupamos sob o código “irreverente” chega mesmo a ser colocado expressamente a serviço da tentativa de despolarizar o movimento, deixando claro que só há um lugar que será tolerado para pessoas LGBT: o das figuras irreverentes e cômicas, mas virtualmente despolarizadas, e inofensivas ao *status quo*. No limite, um lugar quando muito privado, mas jamais público e, de preferência, um não-lugar. Um exemplo é a coluna de opinião, publicada com destaque por ocasião da iminente 1ª Parada do Orgulho Gay de São Luís em 2004, sob o título de “Coisa de pomba e bem-querença”.

Ao longo da peça o autor se esforça para se eximir de qualquer traço de homofobia diretamente violenta, entretanto, faz uso recorrente de termos pejorativos para o enfraquecimento político do movimento, reforçando estereótipos que, no contexto de uma



sociedade de heteronormatividade compulsória e violenta, dificultam que as pautas do movimento sejam levadas a sério. Ao relatar o e-mail que recebeu da organização da então Parada do Orgulho Gay, convidando-o para comparecer ao evento, chega mesmo a incorrer no lugar-comum de sugerir que o autor do convite nutre alguma atração por ele, utilizando-se das expressões “atenção cavalheira” e também “forma engabiteira de convidar”. A saber:

Encontro minha caixa postal entupida de convites e informações sobre uma programada monumental passeata de qualhiras<sup>12</sup> e sapatões a ser realizada no próximo domingo 11 de julho, a se concentrar junto à casa de praia da governadoria do Estado, na Praia de São Marcos, de onde a folia partirá em direção ao centro da cidade, empunhando o lema “Violência não, dignidade sim”. De todos os e-mails ali aconchegados, o que mais me chamou atenção, pela forma engabiteira de convidar e o jeito cativante de se anunciar, foi o assinado por Joel Jacinto, que faz assessoria de imprensa para o Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão e relações públicas para a Flor do Samba: “Meu Bira: a meninada gay, lésbica, transgênica e mal resolvida desta cidade borbulhantemente alcoviteira e naturalmente fresca, está se auto/convocando para seduzir publicamente a todos, no próximo domingo, numa passeata de reafirmação de seus propósitos e opções. Gostaria de sentir tua presença no evento, se não congregando de nosso ideal, pelo menos solidário ao nosso projeto político/sexual. Carinhosamente, JJ”. Sei que será um evento deslumbrante, profusamente colorido e sensualmente risonho. As bichas e veados do mundo inteiro, especialmente os qualhirinhas de São Luís possuem um caráter dionisíaco à flor da pele, mas fico meio cabreiro com determinadas categorias da sociedade quando se organizam em torno de associações, “movimentos” e sindicatos (clube ainda vá lá) assim como estão os homossexuais locais – muito embora ladrões e traficantes estejam se mostrando muito mais eficientes se atuando [sic] de acordo com alguma forma de organização.

É claro que o “Grupo Gayvota” deva ter objetivos sociais definidos, propostas políticas com metas definidas, como essa necessidade tão elementar que é a de ter representação nas casas legislativas e, quem sabe, um dia ganhar o direito de também disputar, como os “negros”, cotas para o ingresso nas universidades brasileiras: 24% das vagas reservadas aos qualhiras e sapatões.

É verdade que não chegamos, aqui, ao requinte das famílias abastadas na Grécia Antiga, que tinham seus eunucos de estimação ou, como ocorreu na Itália do século XVI ao XVIII, que montava seus castrai em nome da arte do bel canto (a igreja romana continuou emasculando meninos até o início do século XX, usados que eram, por força do impedimento das mulheres, no Coro da Capela Sistina), mas as famílias maranhenses de boa origem e polpudo pecúlio gostavam de ter, até bem pouco tempo, seus viadinhos para os serviços domésticos e outras tarefas mais delicadas.

Pessoalmente acho a coisa mais sem graça ou futuro a atividade sexual entre seres do mesmo gênero, tanto faz entre masculinos ou femininos [ilegível] que faço do meu pênis, que fazes da tua vagina [ilegível] mas no plano de Deus (ou de Lúcifer) tudo é possível. Mas nem por isso considero a [ilegível] uma aberração da natureza, na minha maneira de encarar o mundo admito que cada indivíduo é dono de seu corpo e de seus sentimentos e deve fazer deles o que bem lhe aprouver – só acho supérfluo, no nosso caso particular a entidade “Gayvota” – a não ser que a entidade tenha apenas o caráter associativo, funcione como local de referência para a Festa, para confraternização, como ponto de encontro e apoio estratégico. Quanto ao mais, tudo [ilegível] divina luz: nosso planeta é uma festa para quem sabe ver, faça-se a

---

<sup>12</sup> Termo popular para se referir a homens gays de maneira ofensiva no Maranhão.

luz com as tonalidades adequadas, viva o cor-de-rosa, que a pomba ilumine e proteja a todos. (TEIXEIRA, 2004)

Como é possível perceber, ao longo de todo o texto da coluna, o autor mobiliza uma série de estereótipos e termos de baixo calão de maneira apenas pretensamente inofensiva, mas que servem ao propósito de produzir justamente o apagamento da heteronorma que produz pessoas LGBT's como aqueles e aquelas que estão de fora da norma, que são os anormais, e a ele, o autor, homem cisgênero heterossexual como o suposto indivíduo universal. (BUTLER, 1990)

Fica evidente ainda a maneira com que o autor precisa se opor a que a recém-fundada organização se revista de propósitos políticos, chegando a sugerir uma simetria até mesmo com o crime organizado e demonstrando que o seu “respeito às opções individuais” só vai até o momento em que as pessoas LGBT decidam reivindicar politicamente direitos fundamentais e insurgir-se contra uma situação de cidadania secundária.

A insistência em despolitizar o movimento é visível de maneira intermitente ao longo dos anos e pelos três jornais e varia não só de acordo com o jornalista que escreve a peça, como também de acordo com a seção do jornal em que o tema é abordado, sugerindo sua clara ligação com as tendências ideológicas de quem influencia no que é escrito e publicado. Por exemplo, no mesmo ano de lançamento da Parada, o Jornal Pequeno realizou uma cobertura relativamente adequada, que embora apontasse para os elementos estéticos de que a parada tradicionalmente lança mão (“A I Parada Gay de São Luís agitou ontem a Avenida Litorânea, transformando-se num animado espetáculo de cores, ritmos e trajes exóticos”), por diversos momentos, reconhece o caráter político do movimento como legítimo. A saber:

O evento surpreendeu pela adesão de pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais, muitas delas líderes e militantes de movimentos populares que atuam em bairros da capital maranhense. A I Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual de São Luís, organizada pelo grupo Gayvota, entidade não-governamental que atua em prol dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transgêneros no Maranhão, contou com a presença da primeira-dama do Estado, Alexandra Tavares, e de um grande número de assessores do governo e de candidatos a vereador de praticamente todos os partidos que disputam as eleições municipais de 3 de outubro. A parada contou também com o apoio do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, do Governo do Estado e de vários grupos organizados da sociedade civil.

[...] Para Carlos Garcia, coordenador da geral do grupo Gayvota, o evento com o tema “Violência não, dignidade sim”, teve o objetivo principal de sensibilizar a sociedade maranhense para a necessidade de vencer o preconceito que, segundo ele, precisa ser substituído pelo respeito à diversidade sexual. (PARADA...,2004)

O mesmo texto, inclusive, deixa transparecer o alcance público que a parada, a despeito de ser “acusada” de não passar de uma festa, assume ao longo dos anos. Reforçando a tese de que se trata aqui de uma esfera pública subalterna nos moldes em que Fraser (1992) advoga que foram os clubes e movimentos de mulheres do final do século XIX e início do século XX. O referido caráter público pode ser comprovado, além do massivo comparecimento popular desde a primeira edição, pelo próprio interesse político mencionado no texto, de membros do governo do estado, personalidades políticas e parlamentares municipais. A saber:

A I Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual de São Luís, organizada pelo grupo Gayvota, entidade não-governamental que atua em prol dos direitos de gays, lésbicas, travestis e transgêneros no Maranhão, contou com a presença da primeira-dama do Estado, Alexandra Tavares e de um grande número de assessores do governo e de candidatos a vereador de praticamente todos os partidos que disputam as eleições municipais de 3 de outubro. A Parada contou também com o apoio do Ministério da Saúde, do Governo do Estado e de vários grupos organizados da sociedade civil. (PARADA...,2004)

Outra decorrência relevante que chama a atenção é a constante articulação, no texto, das categorias da estética e da política na mera descrição da programação do evento, o que sugere a estratégia de realizar política através da estética, se frequentemente consuma o risco de reificação e despolitização da luta, sentido na pele e manifestado pelos ativistas e militantes entrevistados, tem potencial para ser bem sucedido em matérias, em veículos e pelas mãos de jornalistas pontuais.

A programação também incluiu a participação de grupos de capoeira, de dança de rua e acrobatas patinadores. Houve também shows com artistas maranhenses, e após a concentração da Praça do Pescador, na praia de São Marcos, desfilaram vários trios elétricos ao longo da orla. O Gayvota também usou a parada para divulgar os trabalhos desenvolvidos em prol da causa homossexual. O grupo, em suas reuniões semanais, aborda temas como educação e saúde, preconceito, abandono e outras especificidades. (PARADA...,2004)

Na mesma edição do jornal, por exemplo, foi publicada uma coluna que abertamente estigmatiza homossexuais como degenerados que praticam sexo à luz do dia, e que intencionalmente coloca o projeto de lei da ex-deputada Marta Suplicy em favor da regulamentação da união homoafetiva, no mesmo “nível de absurdo” de uma proposta de fazer um parque ao ar livre para encontros sexuais.

A quebra de paradigmas de comportamentos sociais tem sido a tônica desde então. Dele é filho o movimento neurótico americano do politicamente correto. Dele é filho as atuais reivindicações das ditas minorias, especialmente dos homossexuais, que tentam por todos os modos enfiar goela abaixo da sociedade que sua opção sexual os torna uma classe especial e merecedora de proteção e determinados direitos iguais aos demais cidadãos. Não que sejam não sejam cidadãos, é que querem construir

uma para-sociedade segundo seus princípios morais, éticos e de escolha sexual, inclusive com simulacros de família no sentido do que ainda se entende: pai, mãe e filhos. (ALENCAR, 2004)

O que predomina, porém, tanto em tamanho de página, quanto em hegemonia na narrativa, é a tentativa de utilizar justamente os elementos estéticos da Parada para produzir o apagamento de sua dimensão política. O Jornal Pequeno, por exemplo, chega a colocar uma travesti com os seios fartos a mostra na capa de sua edição do dia 11 de julho de 2005. Embora se pudesse sugerir que a publicação de tal imagem pudesse ser um movimento transgressor poderoso de insurgência contra moralismos, a composição da fotografia, alinhada à legenda e à manchete que a acompanham, sugere uma intenção de despolitizar o evento e desqualifica-lo de acordo com o padrão de racionalidade discursiva hegemônica estabelecido no âmbito da esfera pública burguesa da qual essas empresas de comunicação constituem um dos *locus* principais e que, para Fraser (1992) são desenhadas com base em um padrão machista de discurso, com a finalidade específica de dificultar o acesso de outros grupos sociais, como mulheres, trabalhadores, e, hodiernamente, LGBTs à arena do discurso.

Parada Gay arrasta multidão em São Luís. A II Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual agitou a Avenida Litorânea, na tarde de ontem, transformando-se num animado espetáculo de cores, ritmos e trajes exóticos. A concentração dos manifestantes começou por volta de meio-dia, entre as praias do Calhau e de São marcos, e logo se estendeu por toda a Avenida Litorânea, com diversos trios elétricos e carros de som. (PARADA...,2005)

Abaixo, a reprodução da imagem de capa da edição do jornal:

Imagem 1 – Parada LGBT é notícia de capa do Jornal Pequeno.



**A** II Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual agitou a Avenida Litorânea, na tarde de ontem, transformando-se num animado espetáculo de cores, ritmos e trajes exóticos. A concentração dos manifestantes começou por volta de meio-dia, entre as praias do Calhau e de São Marcos, e logo se estendeu por toda a Avenida Litorânea, com diversos trios elétricos e carros de som. ÚLTIMA PÁGINA

Fonte: Jornal Pequeno.

O receio da despolitização que emerge em diversos momentos das falas dos militantes entrevistados parece gerar uma atitude defensiva, a partir da qual os próprios ativistas discursivamente abrem mão do maior trunfo de sua forma específica de fazer política, qual seja, a da performatividade da parada. Um dos ativistas entrevistados pela reportagem do jornal O Imparcial, por ocasião da primeira parada em 2004 chega mesmo a afirmar que: “[...] a parada não é lugar “bicha” dar “pinta”, mas para lutar pelos seus direitos igualitários”. (PARADA...,2004)

Em sua fala, o referido ativista ressona a fala de todos os três militantes entrevistados do Gayvota. Betinho, por exemplo, afirma: “[A parada] pode ser simplesmente o carnaval gay, a palhaçada, só as bichas montadas, fazendo patacoada ali. Então a gente tá buscando qualificar esse movimento”, sugerindo que a performance estética e a festividade da parada não são qualificadas o suficiente para o tipo de objetivo político almejado pelo movimento.

Em matéria do dia 12 de julho de 2004, mais uma vez é possível notar a tendência a suplantar o caráter político pela narrativa do carnaval, de modo que afirma o autor da matéria que: “O tom crítico da mobilização deu lugar à festa. Quatro carros com balões, com as cores do arco-íris, bandeiras do movimento, drag queens, transformistas, travestis e curiosos transformam a parada num verdadeiro carnaval fora de época.” (DIVERSIDADE...,2004)

O mesmo nota-se em:

Unisexy. Um arco-íris fulgurante se posiciona na tarde deste domingo na orla marítima de São Luís com a II Parada do Orgulho pela Diversidade Sexual de São Luís. Políticos ligados à banda S (simpatizantes) do movimento deverão marcar presença sem medo da discriminação. E a lógica às escâncaras, (UNISSEXY..., 2005)

Esse impulso de despolarizar categorias que são evidentemente políticas em seus contextos sociais materiais é remontado por Chantal Mouffe a uma noção liberal e pós-política que tomou corpo especialmente após o fim da guerra fria, com a queda do muro de Berlim.

Para Mouffe, a visão pós-política, que elimina o conflito, é equivocada, porque ignora que o conflito é parte constitutiva da natureza das relações coletivas. Aduz que negar o antagonismo é uma atitude política perigosa. Para a autora, o que está desaparecendo no momento atual, não é a dimensão adversarial, mas sim uma mudança no sentido de que o político está sendo jogado num registro moral. E aí reside o perigo. Não há mais disputas entre adversários, mas sim entre bem e mal, e, portanto, o outro é o inimigo que é preciso destruir. Isto é, as disputas não se dão mais em um registro político – entre direita e esquerda, por exemplo – mas em um registro moral, isto é, entre certo e errado, entre bem e mal, entre moral e imoral, honestos e corruptos. Neste sentido, a abordagem consensual no sistema democrático, ao invés de criar condições para uma sociedade reconciliada, leva à emergência dos antagonismos que estamos vendo e que uma perspectiva agonística, ao prover tais conflitos com uma forma legítima de expressão, teria dado conta de evitar. (MOUFFE, 2005)

Se retomarmos o texto da primeira coluna mencionada acima, identificaremos sem esforço que transparece uma série de preconceitos patentes, tanto contra sexualidades e identidades de gênero dissidentes da heteronorma (BUTLER, 1990), quanto de classe, demonstrando um elitismo arcaico e deslocado em relação ao tema que o texto se propõe a abordar. Ao criticar o caráter político do movimento organizador da parada LGBT em São Luís, o autor proporciona um notável paralelo com a constatação de Mouffe (2005) a respeito da natureza das identidades coletivas que, por definição, sempre trazem uma discriminação do tipo nós *versus* eles. Para Mouffe, tais identidades desempenham um papel central na política e a tarefa da política democrática não é superá-las através de um consenso, mas construí-las de uma forma que energize o confronto democrático. Aí é que reside o erro do racionalismo liberal: ignora a dimensão afetiva mobilizada pelas identidades coletivas. Considera tais paixões como algo primitivo, quando é, na verdade, algo inerente e crucial para as sociedades humanas, que demanda um canal para se expressar de maneira legítima. Essa é a função da distinção entre esquerda e direita e o porquê de resistirmos aos teóricos que pensam para além de esquerda e direita, ou, das opiniões que visam despolitizar as ações de grupos minoritários oprimidos.

. Diluído nesse movimento de despolitização das disputas sociais notado pela nossa pesquisa nos textos dos jornais e por Mouffe (2005) nas teorias de democracia liberal contemporâneas, está, para a autora, o traço do liberalismo racional que ignora a dimensão afetiva mobilizada por identificações coletivas, e que também ressona a noção postulada por Rancière de há um elemento inerentemente estético na política. O apagamento dessa dimensão é relevante para nossa discussão porque o caráter afetivo de identificações coletivas pode oferecer indícios do porquê de a forma estética de política da Parada LGBT ter conseguido mobilizar tanto capital político em duas décadas de maneira bem-sucedida. Da mesma forma que explica porque é estrategicamente importante para os grupos opositores e conservadores buscarem neutralizar a força afetiva despertada por um movimento que age pela estética.

O papel desempenhado por “paixões” na política revela que, para reconciliar com o “o político”, não é suficiente que a teoria liberal reconheça a existência de uma pluralidade de valores e defenda a tolerância. Política democrática não pode estar limitada ao estabelecimento de meios-termos entre interesses ou valores ou à deliberação sobre o bem comum; É necessário que haja uma real troca nos desejos e fantasias das pessoas. Ser capaz de mobilizar paixões em direção a diretrizes democráticas, política democrática deve ter um caráter partidário. (MOUFFE, 2005, p. 6)

A pesquisa identifica, portanto, a clareza política de um movimento que enxerga na mobilização de uma identidade que é, na verdade, heterocomposta, um expediente estratégico. Heterocomposta porque consegue dar vazão às paixões políticas de segmentos completamente diferentes uns dos outros, ainda que estejam todos sujeitos a alguma forma de opressão ligada à expressão de sua sexualidade ou de identidades de gênero e que, em todos os casos, possuem repercussões materiais muito palpáveis.

A tentativa de negar o que há de político na existência de pessoas LGBT ou nos movimentos de Parada, revela aquilo que para Mouffe (2005) não é apenas uma omissão empírica do pensamento liberal, mas uma omissão constitutiva dessa linha teórica que, como a cobertura dos meios de comunicação aqui exposta comprova, produz repercussões no campo da política também, ainda que aqueles que a reproduzam não estejam cientes de o estarem fazendo. É que, para a autora, a partir da análise que faz da crítica de Carl Schmitt ao liberalismo, a negação do político e, portanto, da natureza irrevogável da dimensão antagonista das relações sociais, é parte da própria premissa liberal. Todo pensamento liberal consistente, afirma, precisará negar o antagonismo porque ao evidenciar o “momento de decisão inescapável” – no sentido de ter que decidir em um terreno daquilo sobre o que não se pode decidir – o antagonismo revela justamente o limite de qualquer consenso racional.

Um ponto chave da abordagem de Schmitt recepcionada por Mouffe (2005) é justamente esse: que todo suposto consenso racional é baseado em um ato de exclusão. Portanto, apenas parece consensual uma vez que as dissidências foram devidamente excluídas ou eliminadas. Existem importantes paralelos que podem ser aqui traçados com argumentos mobilizados anteriormente por nós nesse trabalho. A ideia de que os supostos consensos racionais somente podem ter essa aparência de consenso por causa da exclusão das dissidências ressona a noção de Butler e Foucault no que concerne ao efeito produtivo das instituições. Alegam meramente representar o indivíduo universal, porque justamente estão produzindo essa aparência de consenso a respeito do que é o indivíduo a ser representado. Entretanto, quando a luta por visibilidade de movimentos como os das paradas do orgulho LGBT demonstram que existe uma enorme diversidade de sujeitos que não estão representados pelas instituições e que o indivíduo apresentado por elas como universal é, na verdade, o homem branco, rico, cisgênero e heterossexual, fica evidente que aquele suposto consenso fora produzido a partir de sucessivas exclusões das dissidências. Da mesma forma, essa noção ressona a crítica de Fraser à esfera pública burguesa ao se colocar como a esfera



pública universal, mesmo tendo sido feita à imagem e semelhança do homem burguês europeu médio, demonstrando que, o incômodo daquele jornalista com as feições politizadas que o então recém-nascido movimento de São Luís demonstrava adquirir, era, na verdade, o incômodo de ver questionado o suposto consenso racional em que sua visão de mundo estava estabelecida.

Para Mouffe, portanto, é necessário abraçar essa dimensão antagonista porque ela é uma decorrência e um sinal da natureza plural do mundo social, que esse tipo de liberalismo é incapaz de assimilar. A compreensão típica do liberalismo a respeito do pluralismo é a de que vivemos em um mundo em que existem, de fato, muitas perspectivas e valores e que, em função de limitações empíricas, nós jamais poderemos adotar todas elas, mas que colocadas todas juntas, elas constituem um conjunto harmonioso e não conflitante. Essa tentativa do liberalismo é falha porque não há como erradicar a dimensão do político da vida social. O político deriva sua força de toda faceta da experiência humana, na medida em que toda antítese moral, religiosa, econômica e ética pode vir a ser politizada se for suficientemente forte para agrupar pessoas efetivamente em torno de um grupamento de amigo contra inimigo. (MOUFFE, 2005)

Aqui é importante que evidenciemos uma dissidência teórica entre os autores que nossa bibliografia mobiliza e explicar porque não a consideramos relevante para a discussão que promovemos. Habermas é um dos teóricos, frequentemente associado ao espectro liberal e um dos que responde frontalmente às críticas elaboradas por Carl Schmitt à democracia representativa, na medida em que Schmitt afirma que o político é um domínio onde se deve sempre esperar encontrar discórdia. Para Habermas (1996), entretanto, se questões de justiça não puderem transcender a autocompreensão ética de formas de vida concorrentes, e se valores existenciais relevantes, conflitos e oposições devem afetar toda e qualquer questão controversa, então, em último caso, nós terminaremos com algo que se parece muito com a visão de Carl Schmitt da política (um notório apoiador de regimes autoritários). Mouffe (2005) discorda de Habermas no sentido de que, para ela, o reconhecimento do caráter necessariamente conflitante da política, advogado por Schmitt, é justamente o começo necessário para compreender os objetivos da política democrática. A autora coloca-se em contraponto à posição que atribui a teóricos liberais – autores entre os quais parece colocar Habermas – de que a especificidade da política democrática é a superação da oposição nós/eles. Para ela, o que a democracia requer é a definição de uma distinção nós/eles de uma

forma que seja compatível com o reconhecimento do pluralismo é constitutivo da democracia moderna.

Parece-nos, entretanto, que o modelo agonístico advogado pela autora subsequentemente, em que o grupamento nós/eles seria constituído mais no registro de adversários políticos do que no de inimigos que devem ser eliminados, não é suficientemente distinto da noção de embate de ideias e de racionalidade comunicativa de Habermas (1996) para que torne inviável a sua articulação para os fins desse trabalho.

Para Habermas (1996) a esfera pública promove justamente aquilo que o autor chama de interlocução entre as esferas de reprodução social, como a cultura, a educação e a família, a política, a ciência ou a economia. Tal interlocução só é possível através do impedimento da completa autonomização daquelas esferas de reprodução social em relação aos seus contextos comunicativos, ou seja, em relação às expectativas normativas do público afetado em relação ao seu desenvolvimento.

Por isso é que movimentos como os das Paradas LGBT e sua luta e estratégias por visibilizar, primeiro suas existências e, depois, a precariedade de suas vidas (BUTLER, 2010) são fundamentais para o acesso a direitos: eles criam efetivamente uma arena de debate político protagonizada por esses indivíduos alijados dos processos e esferas públicas tradicionais e forjam justamente interlocução entre suas demandas e o direito que uma esfera pública, na compreensão habermasiana, deve ensejar.

A seguir analisaremos justamente como essa atuação coletiva e performática consolidou-se no Maranhão, a partir das narrativas dos militantes e como isso está expresso nas narrativas midiáticas e no acesso a políticas públicas por esses grupos.

#### **4.4 A sabedoria das massas**

Pelo prisma da invisibilização da luta LGBT, que os movimentos de massa surgidos mundo afora na última década, como aqueles da Primavera Árabe, do *Occupy Wall Street*, e as chamadas Jornadas de Junho no Brasil tenham sido vistos como grandes novidades em termos que movimentos sociais, quando as Paradas LGBT têm atuado há pelo menos três décadas mundo afora a partir da lógica de grandes grupamentos de pessoas em espaços públicos, não chega a ser surpreendente.

Em *Notes Towards a Performative Theory of Assembly*, Butler, motivada pelos movimentos supracitados busca analisar justamente a especificidade desta forma performativa coletiva de política de maneira que ficou claro que suas reflexões continuariam, assim como o foram no segundo capítulo, cruciais para discussão que empreendemos aqui.

Se até aqui advogamos pela performatividade do tipo de atuação política promovido pelas paradas LGBT como seu grande trunfo, é relevante a advertência de Butler no sentido de perceber que esse tipo de movimento apresenta também seus riscos. Ao mencionar autores da teoria democrática, como Tocqueville e Edmund Burke, evidencia os questionamentos muito explícitos elaborados a respeito de se as estruturas democráticas poderiam sobreviver a demonstrações desenfreadas de soberania popular, ou se o comando do povo não pode acabar transformando-se em uma ditadura da maioria. Será que todo movimento que clama para si o título “popular” ou “democrático” o é de verdade? Como reconhecê-los? (BUTLER, 2015)

Por isso, em nosso pleito de demonstrar a forma específica de política do movimento LGBT, realizada através das paradas do orgulho, usando-se de expedientes performativos e estéticos em que uma reunião de corpos dissidentes ocupa um espaço público por excelência, importa-nos demarcar de maneira inequívoca, que nem todo movimento que se denomina “democrático” ou que é chamado “democrático” o é. (BUTLER, 2015)

Carl Schmitt, frequentemente preciso no seu diagnóstico, ainda que o coloque a serviço das causas erradas, defendeu enfaticamente a união de política e estética na figura de um líder carismático que desse unidade política a uma nação, prescrição evidentemente levada a sério pelo regime nazista alemão no começo do século XX, do qual Schmitt foi um notório defensor. Em sua compreensão do político como articulação “amigo” versus “inimigo”, Schmitt demonstra suas vertentes totalitárias ao sugerir que qualquer dimensão da vida humana pudesse ser politizada, de maneira a criar um extremo negativo e outro positivo, do qual a autoridade estatal pudesse se utilizar, no pólo positivo, dimensões entre as quais inclui a do estético.

[...] Isto porque o político tem suas próprias categorias, as quais se tornam peculiarmente ativas perante os diversos domínios relativamente autônomos do pensamento e da ação humanos, especialmente o moral, o estético e o econômico. Por isso, o político tem que residir em suas próprias diferenciações extremas, às quais se pode atribuir toda a ação política em seu sentido específico. Suponhamos que no âmbito do moral as extremas diferenciações sejam bom e mau; no estético, belo e feio; no econômico, útil e prejudicial ou, por exemplo, rentável e não rentável. A questão é, então, se também existe – e em que consiste –, uma diferenciação especial como critério simples de político, a qual embora não idêntica

e análoga às outras diferenciações, seja independente destas, autônoma e, como tal, explícita sem mais dificuldades. (SCHMITT, 2008, p. 27)

A diferenciação especificamente política a que se refere Schmitt, é claro, é o de amigo/inimigo, que representa uma antítese suficientemente correspondente aos critérios relativamente autônomos de outras antíteses, como “bom e mau” no moral, “belo” e “feio” no estético, a ponto de poder utilizar-se desses aspectos, mas sem ser idêntico o suficiente para que possa ser diretamente relacionada e, portanto, corra o risco de ser neutralizada em sua função de gerar união contra aquele que se quer tornar o inimigo. Assim, um regime ou movimento autoritário pode utilizar elementos estéticos para, a partir do “feio” gerar a sensação de que o outro é o inimigo político. Mas esse inimigo não precisa ser esteticamente “feio”, nem precisa ser moralmente “mau”, basta que seja suficientemente diferente e desconhecido para que, em casos extremos, seja possível o conflito com ele.

Schmitt demonstra, inclusive, o interesse pelo estético como ferramenta política ao considerar o então nascente cinematógrafo como uma instância da cultura que precisava ser controlada e neutralizada pelo estado, justamente pelo risco que representava para narrativa do inimigo político criada e sustentada pelo estado totalitário. Ora, judeus, negros e homossexuais começam a ser retratados no cinema e deixam de ser o outro desconhecido sobre quem pouco ou nada de sabe, é mais difícil sustentar a narrativa de que são o inimigo. A saber:

O problema político do influxo de massas pelo cinematógrafo é tão significativo que nenhum Estado pode deixar sem controle este poderoso instrumento psicotécnico; tem que subtraí-lo para a política, neutralizá-lo, o que na realidade implica – dado que a política é inevitável – pô-lo ao serviço da ordem existente, mesmo quando não tenha objetivo de utilizá-lo abertamente como meio para a integração de uma homogeneidade psicológico-social. (SCHMITT, 2008, p. 173)

Da mesma forma, entre os movimentos heterogêneos que tomaram as ruas das grandes cidades do Brasil em junho de 2013, encontravam-se vários que embora clamassem para si a alcunha de movimentos representantes da vontade popular e democrática mostraram-se posteriormente como movimentos financiados por grandes corporações que aproveitaram um momento de levante popular genuíno, expressão de um desejo legítimo e generalizado de mudança, para, na verdade, desestabilizar a democracia brasileira e promover pautas não-democráticas, não-populares e autoritárias.

O movimento da parada LGBT, encabeçado, em São Luís, pelo Gayvota funciona como o exato antídoto da fórmula schmittiana de formação de unidade política através da

diferenciação amigo/inimigo. Isso porque ao buscar visibilidade para a comunidade LGBT, em um espaço festivo que se propõe a congregar tanto as pessoas LGBT quanto outras pessoas dispostas a celebrar a diversidade, combate justamente o desconhecimento e a sensação de “o outro perigoso” que o fascismo se utiliza para alimentar a construção do inimigo, frequentemente usada contra as pessoas LGBT ainda hoje. E o faz inclusive através da estética e de um expediente performativo.

Portanto, a prescrição de Butler (2015) no sentido de compreender que aceitar que é democrático qualquer movimento que se chame assim, é, na verdade, desistir da democracia. A discussão empreendida por Butler funda-se em uma pergunta que tem estado ao fundo de toda a nossa pesquisa até aqui e que queremos trazer nessa etapa final o debate: quem é o povo? Alguém tem o direito de traçar a linha que separa quem é o povo e quem não é? Como grupos alijados de uma cidadania material podem acessar essa cidadania e, portanto, serem materialmente parte de um povo?

O problema dessa questão, como apontam tanto Butler (2015) quanto Mouffe (2005), inclusive citada por aquela, é que a própria questão de quem é o povo, ou de colocar essas relações em termos de quem precisa ser “incluído” acaba fazendo pressuposições implícitas sobre quem está incluído, caracterizando o que Mouffe chama de “a exclusão constitutiva”. Assim, o movimento discursivo de estabelecer “o povo” de uma forma ou de outra, acaba sendo uma aposta pelo reconhecimento e pela validação de uma determinada fronteira ou linha de demarcação, quer seja essa linha a de uma nacionalidade ou a de uma classe de pessoas “reconhecíveis” como o povo. (BUTLER, 2015)

Retomando a noção de reconheçibilidade, tão importante para o trabalho da autora em Quadros de Guerra e para a discussão que mobilizamos em nosso segundo capítulo, Butler permitir realizar a ligação argumentativa que é central para a nossa pesquisa: aquela entre a noção de visibilidade, e da qualidade dessa visibilidade, com a do acesso à cidadania e às prestações do Estado. Como solução para o impasse a respeito de se a política democrática deve ou não ter como seu objetivo a inclusão, correndo o risco de paradoxalmente afirmar a exclusão de alguns ao fazê-lo, Butler propõe uma mudança de paradigma. O de que o objetivo da política democrática não é simplesmente o de estender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas, mas, antes, de compreender que apenas quando mudarmos a relação entre “reconhecível” e “irreconhecível” poderemos alcançar dois pontos cruciais: a) que a igualdade

seja compreendida e buscadas e que b) “o povo” possa tornar-se permanentemente aberto a futura elaboração.

Para a autora, mesmo quando uma forma de reconhecimento é estendida a “todas” as pessoas, ainda permanece uma premissa de que há uma vasta região daqueles que permanecem irreconhecíveis e que essa mesma irreconhecibilidade é reproduzida, paradoxalmente sempre que aquela forma de reconhecimento é estendida, também o é a zona do irreconhecível. Para o que a única solução apresentada é que essas formas implícitas e explícitas de desigualdades reproduzidas por categorias fundamentais como “inclusão” e “exclusão” passem a ser referidas como parte de uma luta democrática temporalmente aberta.

A prescrição de Butler a aproxima da noção de identidade do sujeito constitucional apresentada por Michel Rosenfeld (2003) como uma identidade que precisa estar permanentemente vazia, sob o risco de estar permanentemente gerando injustiças contra determinados indivíduos e grupos sociais. Rosenfeld (2003) atribui um caráter evasivo à identidade do sujeito constitucional que, segundo o próprio autor, não tem a ver somente com as dificuldades relativas ao decurso do tempo, mas também com sua tendência de encontrar-se sempre mergulhada em complexas e ambíguas relações com outras identidades relevantes. Ora, não seria possível reconhecer na relação conflituosa das identidades que para Rosenfeld informam a identidade constitucional, com os conflitos das identidades heteronormativas com as outras identidades que, invisibilizadas pelo discurso cogente dominante, insistem em afirmar-se, como as identidades trans e travesti?

Se considerarmos o papel de uma esfera pública política como aquele espaço de interlocução entre grupos interessados e o espaço de legitimação do direito, faz sentido que uma noção tão importante quanto a de “povo” para o direito constitucional seja crucial no debate a respeito de determinadas esferas públicas e suas formas de atuação política. Assim, para o autor:

Rosenfeld (2003) atribui um caráter evasivo à identidade do sujeito constitucional que, segundo o próprio autor, não tem a ver somente com as dificuldades relativas ao decurso do tempo, mas também com sua tendência de encontrar-se sempre mergulhada em complexas e ambíguas relações com outras identidades relevantes. Ora, não seria possível reconhecer na relação conflituosa das identidades que para Rosenfeld informam a identidade constitucional, com os conflitos das identidades heteronormativas com as outras identidades que,

invisibilizadas pelo discurso cogente dominante, insistem em afirmar-se, como as identidades trans e travesti?

Pelo menos no que toca as constituições escritas, a identidade constitucional é necessariamente problemática em termos da relação da constituição com ela mesma. Um texto constitucional escrito é inexoravelmente incompleto e sujeito à múltiplas interpretações plausíveis. Ele é incompleto não somente porque não recobre todas as matérias que deveria idealmente contemplar, mas porque, além do mais, ele não é capaz de abordar exaustivamente todas as questões concebíveis que podem ser levantadas a partir das matérias que ele acolhe. Mais ainda, precisamente em razão da incompletude do texto constitucional, as constituições devem permanecer abertas à interpretação. (ROSENFELD, 2003, p. 18).

Butler (2015) prossegue afirmando que, assembleias populares tendem a se formar de maneiras espontâneas e se dissolverem por condições voluntárias ou involuntárias e, para ela, essa transitoriedade está diretamente ligada à sua função crítica. Explico: uma vez que a vontade popular tenha persistido nas formas que institui (seja um governo constituído a partir de uma revolução popular, seja uma política pública reivindicada por um movimento) ela precisará evitar se perder para os formatos daquelas instituições se quiser manter a legitimidade de retirar apoio a qualquer forma política que falhe em manter a legitimidade. Ela precisa ter a capacidade de não se tornar inseparável da própria instituição.

Nesse sentido, a compreensão direito e da constituição formada por Michel Rosenfeld pode ser de grande ajuda, porque o autor advoga justamente que, no que diz respeito ao que ele chama identidade do sujeito constitucional, é que ela seja, a um só tempo, necessariamente plural e permanentemente vazia, justamente para evitar que ela sequestre as identidades que a informam ou que seja colonizada por uma identidade demasiadamente dominante em um dado contexto social. Em tempo: para que uma determinada ordem constitucional mantenha-se legítima.

Interessa-nos, sobremaneira, para discussão aqui empreendida, o aspecto interno da distinção plural entre o “eu” (self) e “outro” elaborada pelo autor. Essa distinção, enquanto distinção interna à comunidade política constitucional é relevante, na medida em que confere um caráter atômica e pluralista à comunidade. A saber:

No interior desses limites, a identidade do sujeito constitucional jamais pode se tornar assentada, pois não há como superar a separação entre o “eu” (self) e o “outro”. Tal como avaliado do ponto de vista do sujeito constitucional, a separação é tanto interna quanto externa. Por um lado, ela é interna ao passo que a comunidade política constitucional (*constitutional polity*) é, por natureza, necessariamente pluralista. Essa comunidade política pode ser atomisticamente pluralista, com cada indivíduo sentindo-se provocado contra os outros, ou constituída por uma pluralidade de grupos distintos, ou ainda por ambos. Em

qualquer caso, a comunidade política constitucional é necessariamente separada internamente, o que explica o seu desejo de se tornar envolta por uma identidade constitucional compartilhada por todos. (ROSENFELD, 2003, p. 111)

Butler (2015) oferece pistas sobre como evitar que as instituições absorvam e reifiquem essas manifestações da vontade popular. Nesse aspecto prescreve autora: corpos precisam se reunir e, além disso, é crucial que os significados políticos performados por essas demonstrações não sejam somente aqueles veiculados por discurso, seja escrito, seja vocalizado.

Aqui, Butler ressona Fraser (1992), que demonstra a forma como, durante formação da esfera pública burguesa, o homem branco burguês europeu fez-se a imagem do sujeito universal e gerou o padrão discursivo considerado eficiente, racional, másculo e sério, o único a ser levado a sério, justamente por sua eficácia em excluir do âmbito de participação outros segmentos populacionais, como mulheres, trabalhadores, etc.

Fica evidente, ainda, a relevância direta desse trabalho de Judith Butler para uma das categorias mais relevantes surgidas do trabalho de codificação nessa pesquisa: a da política como moralidade. Como já mencionado no capítulo anterior, em diversos momentos das falas de alguns dos militantes entrevistados, há um impulso de afirmar a necessidade de tornar a parada “mais política”, o que invariavelmente significa, na fala deles, dar ela contornos mais tradicionais com discursos, mais palavras de ordem e menos “festa”. É como vemos na fala de Betinho e Andressa:

Eu acho que os eventos, o seminário que culmina... assim, pra construção da parada, porque a parada é a comemoração em si, quando a gente vai pra avenida, pra rua, pra praça, por onde seja, por resistência, porque nós existimos, pelos avanços, pelas políticas que já estão aí. E que a gente necessita, né? Mas na construção da Parada, existem os seminários, né? Que vem muito antes, e que são muito mais políticos que a parada em si. Porque é onde a gente tem as discussões, os debates, as pautas pertinentes do movimento LGBT, a discussão atual no movimento [...].

Quando questionados, porém, se entendiam que a Parada deveria dar lugar a formatos mais convencionais de manifestação política, todos os militantes expressam muita clareza em compreender que se o uso de uma forma mais performativa e estética de fazer política não deixa de ter seus riscos, para os quais estão em constante alerta, é justamente a articulação da produção de um discurso com a produção de ações corporificadas que constituem o seu maior trunfo. A saber:

Eu acho que a Parada é mais do que um ato político. É um ato de, digamos, dizer pra sociedade que nós estamos ali por algo, que nós estamos vivos, que nós resistimos. Que nós estamos nas praças, nas ruas, nos guetos, nas favelas, que o Brasil é LGBT



também, que o Maranhão é LGBT também. Eu acho que é isso! Acho que a parada é, sim, um ato político, não sei se é política dessa forma que tu citaste, como sindicato, mas é um ato político de cobrança, de existência, de resistência, e que é o ápice de tudo. É a hora que a gente vai e grita por cidadania, por respeito, por direitos, por deveres, por tudo que já conseguimos na luta enquanto movimento LGBT organizado.

É, acho que o atributo primordial são as palavras de ordem os manifestos, os protestos que tem na parada, as pessoas que vão pra parada com protesto no corpo, com protesto na roupa. E que muitos vão vestidos pra protestar npe, e as bandeiras que são levadas pra parada, dos movimento sociais, eu acho que um dos atributos fundamentais é os protestos, os manifestos, né, essa expressão livre de ir pra parada lgbt com a consciência de levar vamo se dizer, um protesto uma luta, uma política específica, pedir justiça as vezes também, pedir um olhar do estado para esses LGBT. Eu acho que protesto, o manifesto, o ato político de gritar por ordem e porque lgbt é gente, que LGBT é gente, que LGBT vive, que LGBT estuda, que LGBT precisa viver, que LGBT PRECISA estar na luta, eu acho que é um dos atributos mais fortes da parada . Eu acho que é isso mesmo, os manifestos, o protesto, e os corpos viventes que lá estão pra dizer e gritar por ordem e direito a todos os LGBTs.

Ora, quando Andressa expressa o valor inerente que o ato de colocar pessoas LGBT nas ruas guarda, mostrando que existimos e ressaltando como essas pessoas, por vezes, expressam suas mensagens através de seus próprios corpos ou das roupas de vestem, ela torna extremamente relevante a teoria de Butler a respeito dos movimentos de assembleias públicas. Para a autora, ações corporificadas de vários tipos são dotadas de significados que não são, a rigor, nem discursivos, nem pré-discursivos, isto é, as diversa formas de assembleias possíveis, dentre as quais estamos colocando a Parada LGBT, já significam anteriormente a e independentemente de qualquer demanda que eles veiculem. (BUTLER, 2015)

Nesse aspecto é importante, sobretudo, a forma como a autora chama atenção para o fato de que a liberdade de reunião é separada da liberdade de expressão e, para ela, isso ocorre justamente porque o poder que as pessoas tem de se reunirem umas com as outras é uma prerrogativa política importante bem importante do direito de dizer o que quer que eles tenham a dizer, uma vez que tenham se reunido. Trata-se de uma forma plural de performatividade. (BUTLER, 2015)

Para ela, a ação coordenada de corpos em espaços públicos pode ser uma corporificação do questionamento das dimensões primitivas e dominantes do político. Essas formas de performatividade corporificada e plural são importantes componentes de qualquer compreensão do “povo” ainda que, reconhece a autora, elas sejam necessariamente parciais. Na medida em que nem todos podem comparecer fisicamente, e muitos dos que não podem aparecer, que estão limitados a formas virtuais ou eletrônicas de comparecimento, também são parte do povo, evidencia-se, as formas restritivas com que a esfera pública tem sido

colocada de maneira acrítica por aqueles que pressupõem total acesso e direitos de aparição em uma determinada plataforma.

É claro que é possível questionar no sentido de que se a ação coletiva e corporificada tem significado, ela é um discurso. Porém, essa não parece ser a questão central para Butler. A autora aduz, na verdade que há uma relação quiasmática entre performatividade linguística e formas de performatividade corpórea, que se confundem na medida em que mesmo o ato do discurso está implicado nas condições corpóreas da vida.

Muito embora a performatividade tenha sido frequentemente associada a uma performance individual, movimentos como os das Paradas LGBT provam que existem formas de performatividade que operam somente através de ações coordenadas, cujas condições e objetivos são justamente a reconstituição de formas plurais de agência e práticas sociais de resistências. Há algo que acontece, parado ou em movimento, quando alguém decide estacionar o seu corpo no meio da ação de alguém. Aquele ato não é nem de um nem de outro, mas algo que acontece através da relação entre os dois, equivocando o eu e o nós e tomando proveito do equívoco. É de fato impressionante o quanto o texto de Butler ressona as experiências contadas pelos militantes.

Sabemos, entretanto, que até recentemente, sobretudo no estado do Maranhão, não havia espaço algum para a participação de pessoas LGBT em algum dos *locus* da esfera pública. Fosse em assembleias de movimentos sociais tradicionais, aos quais Betinho e Airton, sobretudo, contam que estavam ligados, fosse nos meios de comunicação tradicionais a respeito dos quais todos os militantes relatam um histórico de exclusão e um presente de desleixo na qualidade das representações. Por isso a importância de que, excluídos dos *locus* da esfera pública convencional, o movimento LGBT tenha forjado uma esfera pública própria. Deixados de fora dos quadros da vida apreensível, os LGBT pintaram tão colorido do lado de fora, que foi impossível ignorar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando minha entrevista com Betinho já estava quase no fim, ouvimos alguém batendo na porta meio velha da repartição pública. Não me surpreendeu que estivéssemos sendo interrompidos, sendo aquele um prédio tão movimentado. Estávamos dentro da

superintendência LGBT da Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão. Para minha surpresa, era Airton que entrava. Os dois trabalham agora como assessores na secretaria e, segundo me contam, têm estado ativamente envolvidos no processo de municipalização do Plano Estadual de Combate à LGBTfobia, processo que envolve, inclusive, o trabalho de oficinas políticas com os grupos realizadores das Paradas LGBT nos municípios do interior do estado.

Eu já havia entrevistado Airton naquela altura, e acabara de concluir a conversa com Betinho, de maneira que nos pusemos a conversar livremente, inclusive sobre a pesquisa. A sensação que os dois passavam era a de duas pessoas que tinham a certeza de que de longe tinham vindo. De fato, o que foi alcançado pelo movimento em menos de 14 anos desde a primeira parada, bem como, por aqueles militantes era impressionante. E essa simbiose entre as trajetórias dos militantes - seja Betinho, Airton, Andressa ou Leandro – e a do movimento constitui um dado crucial dessa pesquisa.

As trajetórias de todos começam, como a da própria população LGBT e como a minha própria, em um não-lugar, de precariedade, de vidas que não são apreensíveis e, por isso, não são tidas como vidas vividas. A exemplo do que incessantemente sugere a cobertura dos jornais analisados e de minha antiga insistência em não abordar temas ligados à sexualidade em minha trajetória acadêmica, o lugar daqueles que viviam de fora da heteronorma era o âmbito privado: o gueto, a boate, a balada. Ou o carnaval, onde as expressões de identidades de gênero e sexualidades dissidentes da heteronorma eram lidas como brincadeiras e onde, como estabelece Green (1999), a associação lar-segurança/ rua-perigo é subvertida, no que diz respeito àqueles cujas vidas fora do carnaval estão em constante estágio de precariedade justamente nos seios das famílias.

Assim, a história do movimento da Parada do Orgulho LGBT em São Luís do Maranhão é a história de uma lenta e gradual publicização do movimento, em que, tradicionalmente alijados da esfera pública tradicional e, portanto, do âmbito de construção do direito (HABERMAS, 1997), o movimento LGBT forja sua própria esfera pública subalterna.

A metáfora adotada nos títulos dos capítulos 2 e 3 é rica em desdobramentos importantes para a nossa análise, principalmente porque ela permite aludir àquele que, ficou claro, é um dos grandes trunfos que explica o sucesso do movimento da Parada LGBT: o uso da estética como política que, nos termos do que postula Rancière, representa, na verdade,

uma dimensão inerente à política. Duplamente significativo o uso da estética nesse caso, na esteira de Butler (1990) se, para a população LGBT, as formas de opressão ligam-se a aspectos eminentemente performativos da sexualidade e das identidades de gênero, nada mais apropriado que as formas de resistência também o sejam performativas.

Pressupondo que a esfera pública constitui essa arena de construção de direitos e, se aceitamos a premissa de Nancy Fraser (1992), de que a esfera pública dominante burguesa esteve rendida a uma performance discursiva patriarcal, masculina e heteronormativa, a estratégia adotada, de maneira deliberada ou não, pelo movimento de paradas LGBT parece politicamente muito eficaz. No Maranhão, especificamente, - com o ganho de visibilidade alcançado pelo movimento, e a adoção pelo governo do Estado de políticas públicas específicas para a população LGBT, incluindo um Plano Estadual de Combate à LGBTfobia e sua municipalização, bem como com a própria absorção pelo aparato do estado de alguns dos militantes tradicionalmente ligados à construção da parada – fica claro que o sucesso dos pleitos dos movimentos traz alguns riscos inerentes à institucionalização de movimentos de assembleias públicas, como advogados por Butler, e que para a autora, tendem a ter sua criticidade diretamente ligada ao seu caráter transitório e impermanente.

A parada LGBT de São Luís, demonstra, entretanto, que há alguma razão na solução que Butler defende para o risco de anulação do viés crítico dos movimentos de assembleias públicas. Embora defenda que a criticidade desses movimentos está diretamente atrelada a sua transitoriedade, a autora sugere que o antídoto para essa perda de criticidade seria justamente a agência desses movimentos de reunir corpos em espaços públicos gerando um discurso público que não necessariamente é verbal, nos moldes da noção tradicional de discurso da esfera pública burguesa. Que os militantes da parada LGBT de São Luís estejam agora trabalhando na municipalização do Plano Estadual de Combate à LGBTfobia e que, ao fazerem-no estejam ajudando a estruturar movimentos de Paradas do Orgulho LGBT em cada município pode ser justamente a receita para manter a criticidade desses movimentos, uma vez que estejam ao menos parcialmente institucionalizados.

O uso interesseiro do expediente de ressaltar elementos estéticos presentes na agência política da parada LGBT, como vimos, frequentemente serve ao propósito de despolitizar o movimento aos olhos da sociedade, mas também, como as entrevistas revelaram, de enfraquecer a crença dos próprios militantes em sua forma de fazer política. É

significativo que os próprios militantes desdenhem dos elementos estéticos e festivos, como traços pouco políticos, da agência por eles efetiva e que os trouxe aqui, ajudando a alcançar tantas conquistas importantes.

Portanto, no esforço de sistematizar os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, elencamos, a seguir, aqueles que consideramos de maior relevância. Primeiramente, opção do movimento Gayvota de utilizar elementos estéticos, ao aderir ao formato de paradas do orgulho LGBT, consistiu em um expediente que, apesar dos eventuais trunfos possuía consideráveis riscos. Um dos principais riscos experimentados pelo movimento ficou bem representado na qualidade da cobertura midiática ao longo do tempo a respeito da Parada. Uma cobertura que desdenhava do aspecto eminentemente estético do movimento e que, longe de elogiar a originalidade daquela forma de manifestação, apostava na má vontade de um público conservador ao utilizar termos como “irreverente” para enfraquecer o viés político e reivindicatório do desfile. Outra constatação crucial foi a reação de integrantes do movimento ao expediente supracitado, gerando a constante tentativa de justificar o movimento e a sua opção por uma forma eminentemente estética de expressão, ressaltando elementos políticos mais tradicionais como discursos formais e palavras de ordem, como provas do caráter político do movimento e deixando de reconhecer a própria estética e a ocupação criativa de espaços públicos como formas de atuação política por si só. Por fim, é importante ressaltar o sucesso do movimento que, além de ter se mantido na ocupação periódica de espaços públicos ao longo de catorze anos, tem contribuído ativamente com o avanço nas políticas públicas voltadas para a população LGBT no estado. Tendo servido como espaço de legitimação de atores e ativistas, o movimento Gayvota tem agora vários de seus integrantes fazendo parte da equipe da superintendência LGBT da secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, de onde têm atuado consistentemente na implantação da Política Estadual de Combate à LGBTfobia, inclusive, capacitando os grupos responsáveis pelas paradas LGBT nos municípios do interior.

No fim, o que está por trás da resistência em reconhecer o que há de afetivo e, portanto, estético na política é a velha crença de que a racionalidade não envolve emoção e de que o conhecimento é neutro. Nesse sentido, se o uso da estetização da política pelos regimes totalitários resume-se ao uso estratégico da emoção, a fim de convencer e de manipular e opera no sentido de negar o potencial racional das massas e a força da emoção, para os movimentos de resistência o uso da emoção é a própria celebração da política como espaço de

disputa na construção da igualdade como o direito à diferença. Se muitos de nós seguem fora dos quadros da vida apreensível, é inegável que, dentro ou fora, pintamos algo nas paredes impossível de ser ignorada. Quando mantiveram os olhos fechados para nós, nossas cores gritaram.

## REFERÊNCIAS

ADORNO; HORKHEIMER. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. In. Textos escolhidos. São Paulo: Editora Abril, 1975.

\_\_\_\_\_. **O conceito de iluminismo**. In. Textos escolhidos. São Paulo: Editora Abril, 1975.

ALENCAR, Eudes O. de. Liberte seus instintos/ jardim dos gays. **Jornal Pequeno**. São Luís, 12 jul. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E

TRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.

BENETTI, Márcia. Análise de Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia. **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. (p. 107-122).

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Nova Iorque: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_, Judith. **Frames of War: when is life grievable?** Londres: Verso, 2009.

\_\_\_\_\_, Judith. Notes towards a performative theory of assembly. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

CALHOUN, Craig. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, Craig. (org). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1992.

CARVALHO NETTO, M. SCOTTI, Guilherme. **Os Direitos Fundamentais e a (in)certeza do Direito: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras**. Fórum: Belo Horizonte, 2011.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006.

COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além de Stonewall. In: COLLING, L. (org). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011.

FOUCAULT, Michel. The Subject and Power. In: **Michel Foucault: Power**. Org.: James D. Faubion. New York: The New Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. **The History of Sexuality: an introduction**. Vol. 1. Nova Iorque: Random House, 1978.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. (org). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: The MIT Press, 1992.

GLASER, Barney G.. **Theoretical Sensitivity: Advances in the Methodology of Grounded Theory**. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1978

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 1ª ed, Editora Unesp: São Paulo, 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia – Vol.2: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigação quanto a uma categoria de sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.



MOUFFE, Chantal. **On the political**. New York: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Notícias de homofobia: enquadramento como política. In: DINIZ, Debora. OLIVEIRA, Rosana M. **Notícias de homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

PALLAMIN, Vera. Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. In: *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, V. 12, n. 2, p. 6-97, 2010.

PARADA GAY AGITA A AVENIDA LITORÂNEA. **Jornal Pequeno**. São Luís, 12 jul. 2004.

PARADA DO ORGULHO GAY ACONTECE HOJE EM S. LUÍS. **O Imparcial**. São Luís, 11 jul. 2004.

RANCIÈRE. Jacques. **La Haine de la démocratie**. Paris, La Fabrique, 2005.

ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**. Trad.: Menelick de Carvalho Netto. Mandamentos: Belo Horizonte, 2003.

SCHMITT. Teoria de la constitución. Trad. Francisco Ayala. Salamanca: Alianza Editorial, 2006.

SEDWICK, Eve. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia. **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007. (p. 84-102).

SOLOMON, Andrew. **Longe da Árvore: pais, filhos e a busca da identidade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

STRAUSS, A. CORBIN, J. **Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques**. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

TEIXEIRA, Ubiratan. Coisa de pomba e bem-querença. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 09 jul. 2004,

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNISSEXY. **O Imparcial**. São Luís, 10 jul. 2004.

## **ANEXOS**

## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*O ESPELHO TRINCADO: meios de comunicação, a esfera pública política brasileira e movimentos LGBT na luta pela legitimação de direitos*”, de responsabilidade de *Lucas Moraes Santos*, estudante de mestrado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *mapear as formas de resistência e criatividade política do movimento de Paradas LGBT no Brasil, notadamente, da Parada de São Luís do Maranhão, e a relação dessas estratégias com as mudanças nas representações elaboradas e veiculadas pelos jornais locais*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Asseguramos que que o seu nome apenas será divulgado na estrita medida em que você autorizar uma vez que, ciente dos eventuais riscos para a sua reputação e integridade, concorde em participar. Tentaremos ao máximo minimizar os riscos de participação na pesquisa, de modo que a menção da identidade dos participantes somente será feita na medida em que o estudo das organizações da sociedade civil em tela torna evidente a

identidade os indivíduos dos quais se fala, caso em que há reais riscos de danos à reputação e a geração de alguns conflitos. De modo que, ao concordar em participar desta pesquisa você estará se declarando ciente desses riscos e optando por continuar a despeito destes. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, isto é, as gravações de áudio das entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa, sendo utilizadas apenas as transcrições de trechos na redação final do trabalho.

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevista semiestruturada e pesquisa documental*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco direto à saúde física. Eventuais riscos, mencionados acima, à saúde psicológica, relativas à exposição de episódios de conflitos com pessoas e empresas de mídia, objeto do trabalho realizado, poderão ser minimizados através de assistência psicológica gratuita a que nos comprometemos a encaminhá-lo, caso necessário. Esta pode ser encontrada, em São Luís, no serviço de Plantão Psicológico, que é oferecido pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Em São Paulo, o atendimento psicológico gratuito pode ser encontrado na Clínica Psicológica “Durval Marcondes” (Clínica-Escola) do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (IPUSP). No que tange a eventuais demandas legais, comprometemo-nos com o encaminhamento dos entrevistados, se necessário, à assistência jurídica gratuita, através das Defensorias Públicas, que contam com núcleos específicos para as demandas da população LGBT e/ou da Ordem dos Advogados do Brasil, nas Seccionais do Maranhão e de São Paulo, que, além de possuírem serviço de Assistência Jurídica Gratuita, possuem Comissões de Direitos Humanos e Diversidade Sexual, preparados para lidar com a demandas dessas populações.

Espera-se com esta pesquisa *contribuir para mapear a importância das estratégias do movimento de Paradas LGBT para o avanço na luta por direitos e na representações sociais dessas lutas e identidades*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99874-8966 ou pelo e-mail [lucasantos.moraes@gmail.com](mailto:lucasantos.moraes@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do envio da versão final do trabalho, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

São Luís, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_